

Hersília Monteiro Cadengue de Oliveira

**RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER NO COTIDIANO
DAS MULHERES ASSENTADAS NO CABO DE SANTO
AGOSTINHO (PE)**

RECIFE
2010

Hersília Monteiro Cadengue de Oliveira

**RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER NO COTIDIANO
DAS MULHERES ASSENTADAS NO CABO DE SANTO
AGOSTINHO (PE)**

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de doutor em Sociologia pelo
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Pernambuco, sob a
orientação da Prof^ª Dr^ª Maria de Nazareth
Baudel Wanderley.

RECIFE
2010

Oliveira, Hersília Monteiro Cadengue de
Relações de gênero e poder no cotidiano das mulheres
assentadas no Cabo de Santo Agostinho (PE) / Hersília Monteiro
Cadengue de Olivera. – Recife: O Autor, 2010.
163 folhas : il., tab., mapas.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco.
CFCH. Sociologia, 2010.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia. 2. Agricultura familiar. 3. Assentamentos
humanos. 4. Relacionamento social. 5. Gênero. I. Título

316
301

CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)

UFPE
BCFCH2010/51

Ata da Sessão de Defesa de Tese de *HERSÍLIA MONTEIRO CADENGUE DE OLIVEIRA*, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro e Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º. andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de *HERSÍLIA MONTEIRO CADENGUE DE OLIVEIRA*, sob o título: "**RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER NO COTIDIANO DAS MULHERES ASSENTADAS NO CABO DE SANTO AGOSTINHO**" – (PE). A comissão foi composta pelos professores: **Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley** – Presidente/Orientadora; **Dra. Maria Ignês Silveira Paulilo** – Titular-Externa/UFSC; **Dra. Marilda Aparecida de Menezes** – Titular –Externa/UFPE; **Russel Parry Scott** – Titular – Interno/PPGS e **Dra. Cynthia Hamlin** – Titular – Interna/PPGS. Dando início aos trabalhos a **Professora. Maria de Nazareth Baudel Wanderley** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra à autora da Tese, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua argüição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o presente trabalho. Ao retornarem, a **Professora Maria de Nazareth B. Wanderley, presidente da mesa e orientadora** da candidata solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão aprovando a Tese **por unanimidade**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 18 de novembro de 2008..

Zuleika Elias
p/ Zuleika Elias – Secretária

Maria de Nazareth B. Wanderley
Dra. Maria de Nazareth B. Wanderley

Maria Ignês Silveira Paulilo
Dra. Maria Ignês Silveira Paulilo

Marilda Aparecida de Menezes
Dra. Marilda Aparecida de Menezes

Russel Parry Scott
Dr. Russel Parry Scott

Cynthia Hamlin
Dra. Cynthia Hamlin

Hersilia Cadengue
Hersilia Monteiro Cadengue de Oliveira



Às minhas amigas e amigos dos assentamentos Arariba da Pedra, Arariba de Baixo e Potozi, que me receberam, compartilharam suas vidas e, assim, proporcionaram as condições para que este trabalho se tornasse real.

A minha família que depositou todo amor, orgulho e confiança, indispensáveis na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por ser a força suprema que ilumina a vida;

A Deus, pela sua constante presença em todos os momentos da minha vida.

A minha mãe, por tudo que representa e aos meus irmãos, pelo que nem sabem que representam, mas que sempre estiveram, de um modo ou de outro, presentes.

A toda minha família, em especial a minha filha Mariana, meu amor, razão de todo meu esforço.

A Professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley pela compreensão, incentivo e paciência com que me orientou.

Ao Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS, da Universidade Federal de Pernambuco, pela oportunidade oferecida;

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão de bolsa de estudo;

Aos docentes e colegas do mestrado pela contribuição para a minha formação profissional e na elaboração desta. Em especial a funcionária Zuleika pelo suporte administrativo sem o qual nada teria sido feito.

Aos meus colegas do Laboratório Permanente sobre as Transformações do Mundo Rural do Nordeste, sem os quais eu nunca teria conseguido, em especial a Maurício e Assunção.

A José Nunes, Vânia Sanches e Janaina que, além de colegas, tornaram-se irmãos na construção desse trabalho e para vida toda;

A Mariomar, minha amiga e irmã, apoio em todos os momentos da minha vida recente;

E por último e especialmente, aos membros dos Assentamentos Arariba de Baixo, Arariba da Pedra e Potozi, pela colaboração e respeito por uma atividade de retornos tão indiretos como a pesquisa acadêmica.

A todos, minha gratidão e respeito!

Hersília Cadengue

RESUMO

O presente trabalho, realizado nos assentamentos Arariba de Baixo, Arariba da Pedra e Potozi, no município do Cabo de Santo Agostinho, tem como objeto de estudo as mulheres dos referidos assentamentos, e enfoca a construção das relações sociais entre homens e mulheres nas práticas cotidianas da agricultura familiar nestas áreas. São consideradas, para tanto, as divergências, conflitos e tensões, antagonismos e relações de poder que emergem de tais relações sociais. Procura-se dar visibilidade, a partir do enfoque das agricultoras, ao lugar que elas ocupam no âmbito das unidades domésticas. Abordamos a presença e ação das mulheres, a plenitude de seus papéis, a coerência de seu cotidiano e seus poderes, apresentando um modo de vê-las, além da tradicional visão de simples donas de casa insignificantes, ajudantes dos homens chefes das famílias (sejam eles seus pais, maridos ou filhos), negligenciadas e negligenciáveis, oprimidas e humilhadas, mas como mulheres ativas, resistentes, guardiãs da subsistência, administradoras do orçamento familiar e que têm a capacidade de se rebelar, de utilizar táticas criativas para poderem fazer isso dentro de seu contexto, e que, mesmo quando silenciosas, são combativas, conseguem burlar imposições sociais, ainda que não promovam rupturas. O estudo demonstra que, para as pesquisadas, a relação de complementariedade entre homens e mulheres, maridos e esposas, sem que haja anulação da mulher, ou mesmo de qualquer uma das partes, é o prioritário, tendo em vista que para elas tal situação é que permitiria a implementação do projeto familiar, e conseqüentemente o bem-estar de todos os membros desta.

Palavras-chave: Gênero. Relações Sociais. Cotidiano. Agricultura Familiar. Assentamentos. Cabo de Santo Agostinho.

ABSTRACT

The following research work, done on the settlements of Arariba de Baixo, Arariba da Pedra and Potozi, in the town of Cabo de Santo Agostinho, has as research subjects the women living on the referred settlements, and it focuses on building the relationships between men and women on the daily practices of family agriculture in these areas. The conflicts, tensions and differences, antagonisms and power relationships which emerge from such social relations will be considered for the sake of this study. We seek to give visibility, from the women farmers' point of view, to the place they occupy in the domestic units. We approach the women's presence and action, their wholesome roles, the coherence of their daily lives and their power, presenting a way to be perceived, beyond the traditional view of simple and insignificant housewives, helpers of the leading men of the family (whether they are their fathers, husbands or sons), neglected and negligible, oppressed and humiliated, but as active, resistant, guardians of subsistence, managers of the family's income and who have the capability of rebelling, using creative tactics to do so within their context, and, even being silent, they are combative, managing to cheat social impositions, yet not breaking up with society. The study demonstrates that, for the researched ones, the relation of complement between men and women, husbands and wives, without women's annulment, or even any of the parties, is the priority realizing that such situation would allow the implementation of the family project, and consequently the well-being of the members of the family.

Keywords: Gender. Relationships. Quotidian. Family Agriculture. Settlements. Cabo de Santo Agostinho.

SUMÁRIO

Introdução	10
Hipótese e Objetivos.....	14
1. Feminismo, Gênero e Poder	21
1.1. Diferentes enfoques das teorias de gênero	26
1.2. Gênero e poder.....	31
2. Cotidiano e Gênero	43
2.1. Considerações iniciais sobre o cotidiano.....	43
2.2. O cotidiano em Agnes Heller	46
2.3. O eu goffminiano e sua representação no cotidiano.....	48
2.4. Michel de Certeau e o cotidiano	51
2.5. A relevância do cotidiano nas relações de gênero.....	55
3. Agricultura familiar	59
3.1. Agricultura Familiar na realidade Brasileira	61
3.2. Agricultura familiar e o papel das mulheres nesse contexto	67
3.3. Movimentos sociais de mulheres na agricultura e o novo quadro institucional.....	73
4. Os Assentamentos	77
4.1. Luta pela terra.....	84
4.2. Construção dos laços	87
4.3. Gênero nos assentamentos.....	88
5. Apresentação do Universo de Pesquisa	91
5.1. Breve histórico da monocultura da cana-de-açúcar e sua implicação na formação da estrutura agrária da região em estudo	91
5.2. O município do Cabo de Santo Agostinho	95

5.2.1. O Centro das Mulheres do Cabo - CMC	99
5.2.1.1. Projetos do Programa Gênero e Desenvolvimento Local Sustentável para as áreas dos assentamentos	100
Aviários de Potozi	101
A Fábrica de Polpa de frutas e o plantio de maracujá em Arariba da Pedra	102
Tanques de peixes em Arariba de Baixo	103
5.3. Os assentamentos do Cabo de Stº Agostinho	105
5.3.1. A condição de morador.....	105
5.3.2. Da ocupação a legalização – o acampamento	106
5.3.2.1.Ocupantes e moradores – a formação dos assentados	108
5.3.3. A concretização do sonho – os assentamentos	109
5.3.3.1 Infra-estrutura e serviços sociais	113
5.4. A realidade feminina nos assentamentos Potozi, Arariba de Baixo e Arariba da Pedra.....	114
Considerações Finais	135
Referências	139

Introdução

Os estudos e pesquisas qualitativos e quantitativos realizados nas últimas décadas contribuíram para mostrar a participação das mulheres rurais no âmbito da unidade familiar agrícola. No entanto, apesar da bibliografia existente, ainda são necessários estudos diversos a fim de ampliar o conhecimento sobre o cotidiano das mulheres rurais no Brasil (BRASTED, 2002).

Por se considerar que a forma de organizar a unidade de produção é ponto central para se entender o modo de vida no espaço rural, este trabalho se deterá na questão da agricultura familiar e nas relações de poder que se estabelecem em seu interior, mais especificamente, nas relações de gênero, consideradas, atualmente, por diversas instituições, inclusive pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2003), como um dos aspectos estruturantes das relações sociais no meio rural. Ainda de acordo com o MDA, as mulheres não devem apenas ser vistas como beneficiárias indiretas no interior das unidades de produção familiares, mas agentes políticos que contribuem para a construção da Reforma Agrária e para a consolidação da agricultura familiar. É, portanto, necessário que se aplique o princípio da igualdade entre homens e mulheres, em todos os procedimentos que tratem do desenvolvimento do mundo rural brasileiro, desde as políticas agrícolas à reforma agrária.

No âmbito da agricultura familiar, por sua singularidade de reunir no mesmo lócus as tarefas condizentes com a esfera da reprodução e da produção e por ser organizada a partir da família e para a mesma, podemos observar as diferentes esferas de manifestação das desigualdades em nosso país: gênero, classe, raça, geração e região. Essas questões, não apenas, atravessam e dão forma ao problema da agricultura familiar e, também, do desenvolvimento no Brasil, mas, sobretudo, nos desafiam a pensar as questões da agricultura familiar para além da esfera estritamente econômica.

A agricultura familiar aparece como um dos modelos para o desenvolvimento agrícola, possivelmente, o mais justo, tanto diante das desigualdades sociais e econômicas e do ponto de vista socioambiental, quanto pela grande capacidade que teria de responder à situação de crescente empobrecimento de grandes contingentes da população rural brasileira, de fornecer alimentos para o mercado interno com produção diversificada e de democratizar o uso da terra. (PORTELLA; SILVA; FERREIRA, 2004).

As pesquisas sobre a participação das mulheres na produção doméstica de alimentos, sua contribuição para a renda familiar, sua participação no processo de tomada de decisão e seu acesso a terra apontam para a existência de uma grande assimetria entre os sexos, além de assinalarem a subordinação do trabalho das mulheres nas atividades produtivas e a subvalorização do mesmo nas esferas reprodutivas (DEERE; LEON, 2002), e enfatizarem a necessidade de reconhecimento da importância da contribuição das mulheres para a superação de tais assimetrias.

Mesmo que já se vislumbrem fissuras nesse padrão de comportamento, a construção das relações de gênero, no âmbito da agricultura familiar, ainda inicia-se a partir da tradicional divisão sexual das tarefas, legitimada pela nossa sociedade ocidental, na qual a mulher, de modo geral, é relegada à esfera privada e reprodutiva e às atividades assistenciais, tais como: cuidados com a saúde e a educação. O espaço público e as atividades produtivas (da roça) são considerados masculinos, como o são, também, as tarefas de coordenação e gerenciamento das unidades de produção: sejam micro (como as unidades domésticas) ou mais amplas (como os acampamentos e assentamentos).

Entretanto, ao mesmo tempo em que tais estudos apontam esta realidade, também mostram o quanto a participação da mulher é importante para o bom desenvolvimento das unidades de produção, estando presente em todas as etapas da produção, e, mais visível, no que se refere à reprodução. De acordo com Tedesco (1999), o trabalho da mulher, como todo trabalho realizado por qualquer membro da família, desempenhado no âmbito da unidade de produção familiar, é visto, pelos membros da família, envolto em uma relação de troca moral com a mesma (mulher) e em uma lógica de obrigações familiares.

Ainda, segundo Tedesco (1999), a agricultora familiar não encara como problemático o fato de o marido ser o responsável pela unidade de produção familiar – apesar de, às vezes, se ressentir quando não há a democratização das decisões; uma vez que a mulher entende que é a família que está em jogo, e é ela que impõe suas exigências a todos os seus membros. Isso não significa que tudo seja harmonioso no seio da família. É exatamente neste contexto que podem ser notadas as tensões existentes entre os seus membros, entre o projeto de vida, os desejos e sonhos de cada um deles, e o projeto coletivo familiar. Essas tensões, muitas vezes, expressam as diferenças de gênero, gerações, nível educacional, entre outras.

O presente trabalho, realizado nos assentamentos Arariba de Baixo, Arariba da Pedra e Potozi, no município do Cabo de Santo Agostinho, tem como objeto de estudo as mulheres dos referidos assentamentos, e enfoca a construção das relações sociais entre homens e mulheres nas práticas cotidianas da agricultura familiar nestas áreas. Serão consideradas, para

tanto, as divergências, conflitos e tensões, antagonismos e relações de poder que emergem de tais relações sociais. Procurar-se-á dar visibilidade, a partir do enfoque das agricultoras, ao lugar que elas ocupam no âmbito das unidades domésticas, tendo sempre como pano de fundo as questões: Qual a importância da participação das mulheres na construção do projeto de vida da família e do assentamento? Quais as práticas cotidianas que representam esta participação? Como são construídas cotidianamente as relações de poder entre os gêneros, no seio das unidades domésticas de produção? E como as mulheres vêm essas relações?

O que se pretende abordar é a presença e ação das mulheres, a plenitude de seus papéis, a coerência de seu cotidiano e seus poderes, apresentando um modo de vê-las, além da tradicional visão de simples donas de casa insignificantes, ajudantes dos homens chefes das famílias (sejam eles seus pais, maridos ou filhos), negligenciadas e negligenciáveis, oprimidas e humilhadas, mas como mulheres ativas, resistentes, guardiãs da subsistência, administradoras do orçamento familiar e que têm a capacidade de se rebelar, de utilizar táticas criativas para poderem fazer isso dentro de seu contexto, e que, mesmo quando silenciosas, são combativas, burlam imposições sociais, ainda que não promovam rupturas.

Assim, focar a questão agrária através da participação feminina implica reconhecer a mulher como ser histórico, sobretudo na sociedade brasileira. A mulher deve ser vista não como figura universal, porém como sujeito histórico de múltiplas faces.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, trabalhamos o referencial teórico acerca da categoria gênero, e ao assumirmos que gênero é uma primeira forma de atribuir significado às relações de poder, também aqui nos deteremos à categoria poder, bem como a inter-relação entre os dois.

A partir da argumentação de que o poder está em todos os locais, que faz parte de nossa vida cotidiana, apresentaremos, no segundo capítulo, uma reflexão teórica acerca do que significa o cotidiano, e como as relações de gênero são construídas cotidianamente.

O terceiro capítulo diz respeito à reflexão acerca da agricultura familiar, como esta é vista por diversos autores, da sua importância para o mundo rural na atualidade, e, principalmente, do papel das mulheres nesse contexto.

O quarto capítulo apresenta o referencial teórico sobre os assentamentos rurais, tratando desde a luta pela terra até a construção dos laços depois de concretizada a reforma agrária. Tudo isso salientando o papel da participação feminina e o seu *status*, durante o processo de conquista da terra e após esta conquista.

No último capítulo, contextualizamos o local da pesquisa, traçando um perfil da área e dos sujeitos, ao mesmo tempo em que apresentaremos a análise dos dados coletados.

Nas considerações finais, apresentaremos, a partir dos resultados apontados no desenvolvimento deste trabalho, as considerações gerais, o prognóstico, os conflitos e, por último, sugestões de caminhos e propostas a serem pensadas para o desenvolvimento de ações nas áreas de assentamentos, de modo que estas apresentem uma visão mais abrangente das mulheres presentes no mundo rural.

Focalizemos, nesse momento, os objetivos e os aspectos metodológicos do trabalho, fazendo uma rápida abordagem da perspectiva teórica utilizada, descrevendo as etapas do trabalho, e especificando os procedimentos e instrumentos utilizados, tanto para a coleta quanto para a sua análise.

As duas questões que originam e orientam a reflexão metodológica na sociologia são: a que remete ao problema da natureza geral da explicação sociológica e, em especial, da existência e da possibilidade de postular leis de causalidade sobre a vida social; e a que diz respeito à antiga controvérsia em torno da relação entre a ação individual e a estrutura social abrangente. Ou seja, deve-se conceber as ações dos indivíduos ou, ao contrário, tais ações devem ser vistas como produto da sociedade?

Diante do exposto anteriormente, tanto aqui quanto no momento das escolhas teóricas - do objeto de estudo e da pretensão da pesquisa - assumimos que nossa alternativa aponta para as abordagens que concebem ação individual e estrutura social como elementos indissociáveis para o entendimento dos fenômenos sociais, no que concordam Bourdieu e Foucault.

Da mesma forma, a investigação das práticas cotidianas não tem o objetivo de constituir explicações universais, já que as práticas são pontuais, singulares, circunstanciais.

Os estudos sobre o cotidiano não focalizam aqueles processos desenvolvidos pelos sujeitos políticos instituídos. Ao contrário, dirigem a atenção para o dia-a-dia, no qual o trabalho, os trabalhadores, a família, as relações de poder, as resistências, as imposições hierárquicas e as negociações se dão. Focalizam o simples, a vida comum de todo ser humano nos mais diversos espaços. Assim,

quando se fala em vida cotidiana não se entende só o vivido no plano do indivíduo, nem a interação pura e simples, nem só as posições coletivas e muito menos, a idéia de freqüência das ações. A vida cotidiana é um atributo do ator individual e se realiza sempre num quadro socioespacial, seja de um modo individualista, seja de um estruturalista (TEDESCO, 1999b, p.22).

O estudo do cotidiano tem como ponto de partida o sujeito enquanto ser particular-individual, suas reflexões próximas, regulares, intensas, adesivas, fixas e mutáveis. Porém, não significa que os grandes dispositivos sociais, as macroteorias (sistemas, classes, organizações e outros) não possam se apresentar.

De acordo com Bourdieu (2006), para poder-se dar conta das práticas sociais, é necessário apreender dialeticamente ambos os sentidos delas: seu objetivo (estruturas sociais externas e independentes da vontade dos agentes) e seu sentido vivido (o que os agentes representam, sentem, pensam, vivem).

Hipóteses e Objetivos

Assim, à luz do referencial teórico a ser exposto, têm-se como pressuposto a existência de uma assimetria nas relações de gênero, o que aponta para a necessidade de uma redefinição das relações hierárquicas entre homens e mulheres; e como hipóteses de trabalho:

1) O projeto de vida familiar é prioritário para todos os membros da família, em especial para as mulheres, que quase sempre, abdicam dos seus sonhos em favor do bem-estar geral, de tal modo que muitas vezes os seus projetos individuais e os da família chegam a se confundir. Tal fato não significa dizer que não haja tensão entre os projetos e entre os membros da família;

2) As mulheres, em áreas de assentamento, são detentoras de um poder que, nem sempre, está vinculado apenas à titularidade da terra. Esse poder se constrói no cotidiano das unidades domésticas, dos assentamentos, através das lutas e resistências/acomodações femininas.

O presente estudo tem como objetivo geral resgatar e analisar, a partir do ponto de vista das mulheres – entendidas como sujeitos históricos – a importância da participação delas na formação dos assentamentos e no projeto de vida da família, e de que maneira essas participações contribuem para alterar as relações de gênero;

Visando alcançar tal objetivo, têm-se como objetivos específicos:

Identificar e analisar, quando existentes, os conflitos, tensões e antagonismos e confluências entre os projetos individuais das mulheres e o projeto familiar;

Identificar e analisar de que maneira as relações de gênero permeiam o cotidiano familiar, a divisão do trabalho e a organização política do Assentamento;

Identificar e analisar as estratégias utilizadas pelas mulheres para garantir o exercício de seus poderes, bem como para serem reconhecidas como cidadãs;

Observar de que maneira as relações de gênero estruturam e/ou são estruturadas pelas relações dos assentados com os agentes externos presentes no local;

Operacionalização da pesquisa e coleta de dados.

Em uma pesquisa qualitativa, a expectativa é que a preocupação do pesquisador deva direcionar-se menos para as generalizações e muito mais para a possibilidade de aprofundamento e abrangência da compreensão, seja dos sujeitos, dos grupos sociais, de organizações, instituições, políticas ou representações. A abordagem qualitativa parte de “um universo de significados, motivos aspirações, crenças e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos [...] um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1998, p. 21-22). Seu critério, portanto, não é numérico. Assim, como lembra MINAYO (1993), uma amostra ideal será aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões.

Nesse sentido, deve-se definir com clareza os sujeitos e os grupos sociais mais significativos e relevantes para participarem do processo de entrevista e observação, prever inclusões progressivas, a partir das descobertas de campo e seu confronto com a teoria; e planejar o uso concomitante de várias técnicas de abordagens e de várias modalidades de análise, de vários informantes e pontos de vista de observação, com o objetivo de verificar e validar a pesquisa.

O uso das diversas técnicas de abordagens, assim como a adesão rígida a um ou outro método de pesquisa, não é o que dá a uma pesquisa um maior critério de verdade, ou de cientificidade. Assim, pode-se adotar a utilização de mais de um recurso de análise, desde que eles estejam sobre uma “vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições do seu emprego” (BOURDIEU, 2006, p. 26).

Sob essa orientação, ao invés de restringir a pesquisa a uma única fonte de dados, diversificaram-se as fontes de abordagem, visando a um maior aprofundamento e à abrangência da compreensão sobre o objeto do que as suas generalizações.

Este é um estudo de natureza mais qualitativa, no qual recorreremos aos dados quantitativos, no sentido de fortalecer argumentos e complementar informações sobre os fatos, a exemplo dos dados sócio-demográficos, que permitiram traçar uma visão mais completa da situação econômica das mulheres em termos de idade, composição familiar, etc.

Diretamente relacionados com o tipo de pesquisa estão os métodos e técnicas que foram adotados. Sabe-se que os dados e as informações não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante de observação. Ocorrem em contextos fluentes

de relações. São fenômenos que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, pois se manifestam em uma complexidade de oposições, revelações e de ocultamento.

Para realizar a pesquisa, utilizamos o estudo de caso, entendido como um método de pesquisa cientificamente consagrado, que concentra o foco da análise em uma situação específica de um caso típico. Nele se pode aprofundar particularmente o estudo das estruturas e das dinâmicas sociais, ou seja, uma forma particular de investigação do real, em que foram coletados e registrados dados para uma posterior interpretação. O objetivo foi a reconstrução, em bases científicas, dos fenômenos observados, possibilitando o uso de distintas técnicas de coleta de dados (DINIZ, 1994).

Assim, por meio do estudo de caso, o pesquisador identifica e descreve fatos sociais. A classificação, a compreensão e a explicação dos dados remetem à investigação sobre a realidade, a uma dimensão epistemológica da totalidade.

O estudo de caso é a estratégia preferida quando são abordados o como e o porquê, quando o investigador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco é sobre um fenômeno contemporâneo, dentro do contexto da vida cotidiana (YIN, 1989).

Para conhecer o processo de assentamento, fizemos uso dos documentos do INCRA, leitura de jornais, documentos de diversos movimentos sociais de luta pela terra, órgãos do governo estadual e do governo federal, de modo a melhor contextualizar a área em estudo.

Então, para entender os processos sociais encontrados no campo da pesquisa, usamos instrumento de coleta de dados que respeitam a característica qualitativa de nossa abordagem.

Essa abordagem, segundo Haguete, “fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação face à configuração das estruturas sociais, seja a incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e únicos” (2001. p. 63).

Na pesquisa qualitativa, todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a insistência das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio, o consensual e o contraditório, o singular e o genérico. O importante é encontrar o significado do que se manifesta e mergulhar mais fundo no que permanece oculto.

A pesquisa de campo foi realizada em Assentamentos Rurais no município do Cabo de Santo Agostinho¹, durante o período de 2004 a 2007. Ressaltamos que as visitas realizadas no ano de 2004 visavam apenas o contato inicial com a área e, apesar de estarmos delimitando como término do campo o ano de 2007, em 2008 ainda estivemos na área, três vezes, para

¹ Maiores detalhes da área serão apresentados no próximo capítulo.

complementar informações. Também está prevista para o ano de 2008 a apresentação do trabalho junto ao público alvo.

Um dos instrumentos utilizados foi o Diário de Campo, em que foram registradas todas as informações relativas a conversas informais, comportamentos, gestos, expressões, hábitos, usos, costumes, impressões, falas, diálogos, enfim, tudo o que pudesse estar relacionado com o tema da pesquisa.

Foi feito uso também, de duas modalidades de Observação, a Não Participante e a Participante. A observação foi incorporada ao trabalho para tentar captar nos momentos mais naturais do cotidiano, o que as respostas fornecidas durante as entrevistas não esclareciam completamente. Assim, buscou-se sempre observar as posições assumidas por homens e mulheres no cotidiano familiar, a participação das pessoas em atividades comunitárias e a linguagem utilizada pelos membros do grupo - internamente e entre eles e a entrevistadora.

Realizou-se também Entrevista Não Estruturada, ou seja, aquela baseada no discurso livre do entrevistado mediante estímulo inicial do pesquisador e foi direcionada, mais especificamente, às mulheres assentadas e ocasionalmente a alguns colaterais.

A entrevista semi-estruturada possibilitou abordar o tema pesquisado, a partir de um roteiro com perguntas fechadas e abertas, elaborado com base nos dados anteriormente levantados (questionários e observação). Tais entrevistas abordam estas questões:

Como se deu a luta pela terra?

Para você, qual o significado/importância da sua participação no processo de conquista da terra?

O título da terra está em seu nome? Para você, isso é importante? Por quê?

Como foi começar a viver no assentamento?

Qual a participação dos membros da família na definição e execução das atividades (produtivas e reprodutivas) a serem desenvolvidas no lote?

Qual a importância da participação das mulheres nos projetos produtivos implementados pelo CMC?

Existe diferença entre trabalhar nos projetos e trabalhar no lote da família?

Em que sentido essa participação contribui para mudanças nas relações de gênero, no âmbito da família e do assentamento?

Qual o seu projeto de vida? Você tem conseguido desenvolvê-lo?

Existem festas comunitárias no assentamento? Quais? Todos participam? Quem organiza?

Como são as relações de vizinhança/amizade no assentamento?

O processo de entrevista semi-estruturada permite um maior

grau de liberdade assegurada pela técnica, tanto para o entrevistador, quanto para o entrevistado, em relação à formulação de perguntas e às respostas [...] começando pelas informações mais acessíveis – fatos, comportamentos – até chegar a níveis mais psicológicos e profundos – opiniões e atitudes, etc (RICHARDSON, 1999, p. 209).

É, exatamente, esse maior grau de liberdade, que os informantes tinham para expressar suas idéias, atitudes, sonhos, desejos e convicções, conjuntamente com o convívio entre pesquisador e entrevistados, o que permitiu a obtenção de importantes dados qualitativos, cuja análise possibilitou o aprofundamento das temáticas em estudo.

Para organização, interpretação e condensação dos dados, vários instrumentos foram utilizados: a análise de conteúdo temática foi aplicada para a parte qualitativa dos questionários e da grande parte das entrevistas; já os dados quantitativos foram utilizados para a construção de gráficos a fim de se obter uma visão geral da área.

A análise de conteúdo dos dados da entrevista possibilitou extrair as idéias subjacentes e latentes, contidas no discurso das pesquisadas, compreendendo ou tentando compreender o significado objetivo e subjetivo da fala.

Bauer e Gaskel (2002) apontam que “os textos, do mesmo modo que as falas, referem-se aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões das pessoas, e algumas vezes nos dizem mais do que seus autores imaginam” (BAUER; GASKEL, 2002, p. 189).

Buscando ter-se uma visão do perfil sócio-demográfico da área pesquisada, foram aplicados questionários com 141 famílias, sendo de Potozi - 37 famílias; Arariba da Pedra – 40 e Arariba de Baixo – 64.

Inicialmente uma parte do questionário estava constituída de algumas perguntas fechadas de cunho sociodemográficos, tais como idade e tempo de escolarização, com “categorias ou alternativas fixas e preestabelecidas” (RICHARDSON, 1999, p. 191). E outra parte compunha-se de perguntas abertas, as quais, de acordo com o autor em questão, permitem conhecer de forma mais profunda as atitudes das pessoas diante de uma questão em que “evidentemente são necessárias várias perguntas visando abranger a multidimensionalidade da problemática” (RICHARDSON, 1999 p. 193).

A escolha de questões abertas e fechadas em um questionário é um reflexo dos limites que cada uma pode proporcionar para a análise dos resultados.

Por exemplo, para Richardson (1999) a aplicação de perguntas abertas tem como uma das vantagens a possibilidade de o entrevistado responder com mais liberdade, não estando restrito a marcar uma ou outra alternativa. Porém, ao mesmo tempo em que de tais perguntas

permitirem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões, o que possibilita investigações mais profundas; apresentam alguns inconvenientes como: dificultar a resposta ao próprio informante, que deverá redigi-la, e a análise ser mais difícil, complexa e demorada (LAKATOS; MARCONI, 2005).

Exatamente a grande dificuldade de redação por parte de entrevistados, que, na área em estudo, apresentam baixo grau de escolaridade, fez com que, no decorrer da aplicação do pré-teste², fosse tomada a decisão de limitá-las ao máximo, a ponto de quase excluí-las dos questionários. De modo que as questões mais amplas foram tratadas apenas no momento da realização das entrevistas.

Os questionários foram aplicados por meio do contato direto, tendo em vista também, que na aplicação indireta,

[...] há pelo menos possibilidade de os entrevistados não responderem ao questionário ou de deixarem algumas [questões] em branco. No contato direto o pesquisador pode explicar e discutir os objetivos da pesquisa e do questionário, responder dúvidas que os entrevistados tenham em certas perguntas (RICHARDSON, 1999, p. 196).

Por tratarmos de metodologia aplicada aos estudos das relações de gênero, não se pode deixar de salientar que, se parte de uma perspectiva que, do ponto de vista epistemológico, se diferencia claramente de uma ciência clássica, em vários aspectos: (I) não se postulam noções de objetividade absoluta, (ii) não se omite a forma como o/a investigador/a está implicado/a na sua investigação, (iii) não se pressupõe que o “objeto de análise” é passivo, quando este, pelo contrário, está em constante modificação em função daquele/a que o observa, e (iv) não se oculta como são importantes, para o contexto da análise, as relações que se estabelecem entre agente de investigação e a pessoa ou grupos em que é focalizada a atenção, no sentido de vê-las à luz da existência de relações de poder que atravessam o próprio processo de investigação.

Salientamos ainda que, apesar desta pesquisa não ser participativa, gostaríamos de nos apropriarmos de uma das suas intenções, ou seja, de contribuir para tornar possível a indivíduos e/ou grupos normalmente tidos como subalternos, ou, no dizer de Paulo Freire (2000), “oprimidos”, a oportunidade de serem vistos quando sujeitos de suas histórias, a partir

² De acordo com RICHARDSON “O pré-teste refere-se a aplicação prévia do questionário a um grupo que apresenta as mesmas características da população incluída na pesquisa. Tem por objetivo revisar e direcionar aspectos da investigação [...], teste do processo de coleta e tratamento dos dados [...], [e também] serve para treinar e analisar os problemas apresentados pelos entrevistados, e obter informações sobre o assunto estudado, etc” (RICHARDSON, 1999: 202-203)

da sua participação no desenvolvimento da pesquisa e ao se permitir ser observado no seu convívio íntimo e privado.

1. Feminismo, Gênero e Poder

Historicamente, a dominação/subordinação se apresenta como característica que permeia a relação homem/mulher, aceita pela sociedade como natural, passa a fazer parte do cotidiano, transformando-se no real, concebido como aquilo que existe independentemente da percepção. Representa o pensamento silenciado pela ideologia, estribada do patriarcado que alimenta o pensar e agir feminino na sociedade. É o silêncio regulado pelas leis que submetem o mundo das mulheres ao mundo dos homens. (FISCHER, 2004).

A história mostra, no entanto, que a condição da mulher foi estruturada de forma particular no tempo e no espaço, em cada civilização, assumindo traços e peculiaridades segundo valores, cultura, religião e tradição de cada época. Isso é o que se chama de cultura de gênero, que na tradição das sociedades ocidentais designa às mulheres o limite do espaço privado, no qual não se criam direitos políticos nem cidadania; e cabe ao homem o domínio dos espaços públicos – espaços da produção. No Brasil, ainda, há uma idéia de que a mulher é um apêndice do homem, e, concretamente, em vários casos – especialmente na área rural - ela não possui nenhum documento que prove sua cidadania.

Em nossa cultura ocidental, a menina aprende desde cedo que ser mulher é saber cuidar de crianças, cozinhar, lavar, passar, cuidar da casa e do marido; é adotar a postura do servir, do submeter-se, do obedecer ao membro masculino responsável pela família. A mulher deve ser dependente, passiva, dócil, carinhosa, gentil, paciente, emotiva; deve ser aquela que sabe agradar, entre tantas outras coisas. Já o menino, por outro lado, aprende que ser homem é ter sob seu comando as experiências dos outros, especialmente, das mulheres, é poder tomar decisões por todo um grupamento social como a família, é ser ativo, viril, corajoso, intransigente etc. (FAGUNDES, 1991). Um exemplo disso pode ser observado no dicionário da língua portuguesa³ no qual o termo homem, dentre outras definições, é definido como “qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva, [ou ainda], dotado das chamadas qualidade viris, como coragem, força, vigor sexual etc”. (FERREIRA, 1999, p. 1058) Já para o termo mulher, podemos citar a seguinte definição “dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição)” (FERREIRA, 1999, p. 1377). Tais definições vêm ao encontro do estereótipo presente no senso comum.

³ Novo Aurélio para o Século XXI.

Com a modernidade, porém, novos horizontes vêm sendo descortinados pelas mulheres, que, aos poucos, estão ocupando os espaços públicos, principalmente, ao aumentarem sua participação no mercado de trabalho e a sua capacidade de mobilização em busca do direito à cidadania. Vale ressaltar que, apesar de a mulher estar rompendo barreiras, o faz, em geral, sob o signo da inferioridade e da subvalorização que o sexo feminino representa em relação ao masculino, isto é, ocupando as posições inferiores - recebendo salários menos compensadores, e, geralmente, não aspirando aos postos de comando, ou exercendo tarefas que constituem prolongamentos dos trabalhos domésticos, ou tarefas repetitivas que exigem atenção e paciência, destreza e minúcia, resistência à monotonia, qualidades socialmente definidas como próprias da força de trabalho feminino (SOUZA-LOBO, 1991; SAFFIOTI, 1996; HIRATA, 2002).

No Brasil, a história da luta pelos direitos da mulher não tem sido diferente do que ocorre em vários países: difícil e complexa. Aqui, por exemplo, a luta das mulheres pelo voto começou em 1910, com a fundação do Partido Republicano Feminino, no Rio de Janeiro, porém apenas em 1932, o presidente Getúlio Vargas promulga, por decreto-lei, o direito das mulheres de votar e de serem votadas. (PINTO, 2003).

Entre as várias conquistas alcançadas pelo segmento feminino brasileiro, pode-se destacar a promulgação da Constituição de 1988 que, entre outras coisas, assegurou a universalização dos direitos humanos, sem fazer distinção entre os sexos, ao consagrar a igualdade de todos perante a lei⁴. A Constituição, também, reconhece, explicitamente, a igualdade entre homens e mulheres na família⁵; dispõe sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título de domínio ou de concessão de uso de terras para fins de reforma agrária⁶ (BRASTED, 2002); garante às trabalhadoras rurais os mesmos direitos previdenciários que os trabalhadores rurais do sexo masculino ao estabelecer: o piso de um salário mínimo para todos os trabalhadores rurais; e a aposentadoria por idade (aos 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres), e, por tempo de serviço, incluindo as produtoras rurais em regime de economia familiar, mesmo que elas não tivessem contribuído, previamente, para nenhum sistema previdenciário (DELGADO; CARDOSO, 2000).

Um outro avanço em termos de política agrícola e de equidade de gênero, diz respeito à criação, em 1996, do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e vinculado,

⁴ Artigo 5º da Constituição Federal Brasileira.

⁵ Artigo 226, §5º da Constituição Federal Brasileira.

⁶ Artigo 189, parágrafo único da Constituição Federal Brasileira.

atualmente, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa busca propiciar condições de melhoria da capacidade produtiva, de geração de emprego e de renda dos agricultores familiares e de suas famílias (BRASTED, 2002).

Com o objetivo de reduzir as desigualdades entre mulheres e homens, no processo de produção no campo, o MDA, através da Portaria nº 121, de 22 de maio de 2001, determinou que 30% dos créditos do PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar) fossem, preferencialmente, concedidos às mulheres (BRASTED, 2002). O MDA, levando em consideração que somente cerca de 12% dos lotes assentados distribuídos possuía a titularidade em nome de mulheres, determinou que 30% do Fundo da Terra e da Reforma Agrária sejam destinados a elas, e que em todas as demais documentações finais de concessão da titularidade conste o nome do casal. “Essa mudança fortalece a posição de retaguarda das mulheres, já que aumenta a probabilidade de que, caso se separem, se divorciem ou fiquem viúvas, possam garantir a metade da propriedade comum à qual têm direito nos termos da maioria dos regimes de casamento” (DEERE; LEON, 2003, p.104).

O posicionamento do MDA baseia-se no princípio de que a superação da desigualdade entre os gêneros requer o equilíbrio de poder entre mulheres e homens em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações pessoais, e pode ser impulsionada à medida que a perspectiva de gênero seja incorporada nas políticas públicas.

Tal perspectiva procura alterar o modo de ver e entender mulheres e homens como segmentos isolados, para uma forma que revele as relações interpessoais e sociais, através das quais homens e mulheres são, mutuamente, constituídos como categorias sociais desiguais.

O debate atual vem enfocando novas categorias, como a categoria “gênero”. Ao estudarmos a história da origem do conceito de Gênero, fica claro que a mesma está ligada aos posicionamentos críticos da explicação do lugar da mulher na sociedade. O conceito de gênero como categoria analítica superadora de outras matrizes explicativas (tal como a categoria mulher) surge incrustada do interior do pensamento Feminista.

Vale a pena ressaltar que o termo “gênero” possui duas perspectivas: uma política e outra teórica. O referido termo, quando instrumento metodológico, pretende contribuir para a compreensão das relações sociais desiguais entre homens e mulheres. E várias pesquisas, nessa temática, têm como meta modificar tais relações sociais, como a discriminação das mulheres na família, na escola, no trabalho e em vários outros âmbitos.

A produção sociológica na temática de gênero, enquanto redefine seus instrumentos de análise frente à realidade social e em busca de novos paradigmas e referenciais teóricos, vem absorvendo as reflexões metodológicas de outras áreas das ciências. Esse processo de

reconceituação nem sempre é simples, e, nele, os pesquisadores deparam-se com referências distintas e, muitas vezes, inconciliáveis de produção intelectual que são, geralmente, utilizadas de forma parcial e fragmentadas em observações sistemáticas locais. Tal fato gera uma imprecisão conceitual do termo o que contribui para que os estudos de gênero costumem ser criticados pelos próprios pesquisadores da área (GROSSI, 1995).

De acordo com Coulouris (2004), esta aparente inconsistência dos estudos de gênero deve ser considerada como uma especificidade de um campo de saber próprio, que possui a sua própria historicidade. O saber acadêmico sobre as questões relacionadas às mulheres, ou à condição feminina, sempre esteve articulado, de forma direta ou indireta, com as questões reivindicadas pelas feministas. Portanto, este saber não pode ser compreendido de forma dissociada da militância política, mesmo porque ele surge a partir das problemáticas postas pelo movimento feminista europeu e norte-americano.

O movimento feminista, que surgiu nos Estados Unidos e na Europa, nas décadas de 1960 e 1970, pode ser dividido em pelo menos três fases, a saber: a primeira fase do feminismo tinha por objetivo defender a igualdade de direitos entre homens e mulheres, reivindicando a igualdade civil, política e social em uma perspectiva civilizatória e linear, no interior de paradigmas racionais iluministas. Tal reivindicação trazia como pressuposto uma desvalorização do feminino, ao mesmo tempo em que tomava como referência o masculino. Segundo Oliveira (1999), tentava-se provar que as mulheres não são inferiores aos homens, e que podem fazer as mesmas coisas que eles. Porém, assumir funções antes desempenhadas por homens levou-as à dupla jornada feminina, já que se queria provar que as mulheres eram capazes de assumirem outras atividades sem que houvesse prejuízo para o ambiente familiar.

Ainda para a referida autora essa ambigüidade vivida pelas mulheres é uma resposta “às mensagens diferentes e contraditórias que elas recebem – e acatam – da sociedade moderna”. (OLIVEIRA, 1999, p. 77).

Já a segunda fase passa a anunciar que as mulheres não são inferiores aos homens, mas sim diferentes. Essa fase seria herdeira do movimento de “contra-cultura” americano e europeu, característico do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Marcada por uma prática política separatista e sexista, essa geração pós-68 enfatizava a posição antagônica entre os sexos, debruçava-se no estudo de papéis sexuais masculinos e femininos e denunciava a dominância masculina com o propósito de eliminar as diferenças *universais* entre os gêneros.

A terceira fase – a chamada “a geração do gênero” – emerge no cenário acadêmico no final dos anos 80, exatamente, no momento em que teóricos e pesquisadores buscavam uma forma de desnaturalizar a questão da mulher, substituindo os “estudos sobre a mulher”. De

acordo com Scott (1995), apesar da grande contribuição de tais estudos para que as mulheres fossem vistas como sujeito coletivo, os mesmos não conseguiram explicar a sua subordinação e nem tão pouco desnaturalizá-la. Desnaturalizar a percepção que se tem do que é ser homem e ser mulher é atribuir a seus papéis e atributos um caráter socialmente construído, o que permite tanto desconstruir, quanto pensar de outras formas os lugares que homens e mulheres podem ocupar na sociedade. Tentava-se, assim, mudar uma visão mais associada ao determinismo biológico, inclusive no conceito de papéis sociais, e atribuir um caráter relacional e social às construções de feminino e masculino.

Conforme Saffioti (1992):

como o gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero têm lugar (p.187).

Desse modo, o conceito de gênero vai ser utilizado em substituição aos termos “sexo” e “diferença sexual” para marcar a posição de ruptura com o determinismo biológico e afirmar a historicidade das distinções sociais entre gêneros (SCOTT, 1995). Por ser um conceito relacional, ele compreende a idéia de que não é possível analisar homens e mulheres em separado, já que um se define em relação ao outro e que as relações de gênero, como relações sociais, são permeados pelo poder. O gênero é, por definição, um conceito pluridisciplinar⁷. Ao contrário de um conceito sociológico como a classe social, o gênero não é homogêneo, é atravessado por outras categorias sociais como: a etnia, a pertença a uma classe social, a uma comunidade religiosa etc. Todas essas características se traduzem nas condições de vida dos homens e das mulheres, na sua maneira de ser, de existir e de criar⁸.

Ressaltamos que a mudança no uso da terminologia mulher para gênero não se deu tão tranquilamente quanto se poderia crer, por vários motivos, dentre os quais: a opinião de alguns pesquisadores para os quais o gênero despolitizava o movimento feminista, ao substituir um sujeito politicamente construído, a Mulher, por um termo neutro, o Gênero.

Segundo Costa (1998), “o gênero, como categoria de análise, permitiu uma certa despolitização dos estudos feminista na academia Latino-Americana” e os pesquisadores que adotaram tal terminologia mantiveram o rigor e excelência científicos, conquistando assim um

⁷ Este conceito confere ao “sexo” o caráter transversal de uma variável demográfica e apresenta como categoria institucional e psicológica o caráter coletivo de uma variável sociológica.

⁸ La prise en compte du genre dans les actions de la coopération française. Projet de capitalisation et de valorisation – diffusion des études et des données relatives au genre, IFAD, France, 2001.

espaço seguro no âmbito da academia. A autora afirma ainda que falar de gênero em vez de mulher, também, dava mais *status* e revelava maior sofisticação por parte da pesquisadora e que talvez este fato tenha “seduzido” muitos pesquisadores a utilizarem esta terminologia.

Tendo em consideração a dificuldade de unanimidade no uso do conceito de gênero, não é se estranhar que o mesmo seja tratado de diversas abordagens, que serão sumariamente expostas a seguir.

1.1. Diferentes enfoques das teorias de gênero

O pensamento social costuma identificar três perspectivas principais para se abordar a questão de gênero, embora haja muitas mais, especialmente, se forem incluídas subcategorias e sínteses parciais entre as perspectivas do feminismo. As três mais tradicionais são: o feminismo liberal, o feminismo socialista e o feminismo radical. Como exemplo das categorias adicionais, podemos citar o conservadorismo – a sociobiologia -, o pensamento feminino negro, o pós-modernismo, a teoria dos sistemas duais, o eco-feminismo e o feminismo materialista.

No entanto, deve-se observar que esta visão geral é esquemática, considerando pressupostos filosóficos-políticos, e que a existência de muitos textos isolados dificultam, porque não dizer, desafiam, uma categorização simples, além de que a estas grandes correntes, geralmente, adiciona-se novas classificações como: a culturalista feminista, os feminismos da diferença, ou aprofunda-se nas categorias estabelecidas que distinguem tipos diferentes da filosofia política liberal, estágios diferentes, de acordo com a diferença entre o feminismo norte-americano e o feminismo europeu. Dessa forma, apresentaremos, de modo bastante sucinto, e sem a intenção de tentar esgotar a questão, um resumo das principais teorias de gênero e suas respectivas críticas. (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996; JAGGAR, 1988).

A teoria feminista liberal tem como argumento que, nas sociedades contemporâneas, o tratamento oferecido às mulheres, viola, de uma forma ou de outra, os princípios do liberalismo político de liberdade e igualdade. A discriminação sexual é injusta, tendo em vista que nega às mulheres a igualdade de direitos que lhes permitira perseguir seus próprios interesses. A justiça requer a igualdade de oportunidade e mesma consideração para todos os indivíduos, independentemente de sexo, de raça e de religião. Sob esta concepção, o sexo é, meramente, um acidente, uma característica não essencial da natureza humana.

Assim, a causa da subordinação das mulheres seria a injusta discriminação, em especial, a legal por elas sofridas. Uma das manifestações de tal discriminação é o acesso desigual de homens e de mulheres a determinadas posições no mercado de trabalho. A falta de igualdade na vida pública é o principal centro de atenção do feminismo liberal, e seu principal objetivo é a eliminação da discriminação sexual.

Inicialmente, a atenção dos pesquisadores dessa corrente tinha como foco a igualdade perante a lei. Uma das principais autoras dessa corrente foi Mary Wollstonecraft com a sua obra “*A Vindication of the Rights of Woman*” (1792).

Com relação ao feminismo marxista, devemos, inicialmente, destacar que, de um modo geral, influenciou-se claramente no materialismo histórico e no Comunismo. Apesar disso, a relação entre feminismo e marxismo foi uma relação histórica e teórica complexa, e esteve cheia de discordâncias. Começando pelo próprio fato de não existir um modelo original da aplicação do materialismo histórico à interpretação das relações sociais e à história das mulheres.

O feminismo marxista, de acordo com os princípios filosóficos, epistemológicos, ontológicos e políticos do marxismo, desenvolveu uma teorização sobre a condição das mulheres que: 1) articula a subordinação das mulheres aos mecanismos mais amplos de dominação e exploração, particularmente, no capitalismo; as mulheres, portanto, não são tomadas enquanto categoria universal, mas transversalizadas na classe social; 2) não dissocia as condições materiais da existência das elaborações simbólicas que as explicam, justificam ou questionam; assim, o conceito de ideologia, aplicado ao gênero, vai desnudar os interesses do capitalismo na opressão e na exploração das mulheres, o que assegura, juntamente com outros mecanismos, a manutenção e reprodução deste sistema social; e 3) não dissocia a luta política pela emancipação das mulheres do enfrentamento do capitalismo, embora reconheça suas especificidades e particularidades. Portanto, somente uma sociedade, socialmente justa e igualitária, possibilitará a afirmação das mulheres como sujeitos livres, autônomos e criativos, lado a lado com homens, com crianças e com velhos, de todas as raças e etnias, enfim libertos da exploração/subjugação (CASTRO, 2000).

A última das correntes a ser aqui apresentada é a do feminismo radical. Esta teoria é um fenômeno contemporâneo com duas influências: o movimento de liberação das mulheres dos anos de 1960 e a nova esquerda.

No âmbito dessa corrente, encontram-se propostas muito heterogêneas em relação às quais podem-se assinalar alguns elementos em comum, a saber: a) a reflexão sobre a relevância política da biologia reprodutiva humana; b) a consideração de que a biologia

feminina é básica para a divisão sexual do trabalho; e c) o papel relevante da cultura e da socialização.

A teoria feminista radical aceita a importância de fatores tais como: a hierarquia, a classe ou a raça com relação à opressão das mulheres, mas considera que a causa básica da subordinação feminina é o patriarcado, um conflito sexual que os homens têm utilizado a seu favor, controlando os corpos, a sexualidade e os processos reprodutivos das mulheres.

Segundo os autores dessa corrente, a opressão das mulheres não pode ser erradicada, reformulando-se as leis e fazendo com que homens e mulheres compartilhem, com igualdade, as responsabilidades que antes eram divididas com base no sexo (como postulam os feministas liberais), ou as instituições políticas e econômicas (como sugerem os marxistas e socialistas), porém apenas por meio de uma reconstrução radical da sexualidade. Daí, o interesse por questões como: maternidade, prostituição, assédio sexual ou pornografia.

Numa outra perspectiva, tomando como ponto de partida o trabalho “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de Scott (1995) encontramos uma classificação das teorias organizadas em três correntes principais, dentre elas, uma desenvolvida pela própria autora.

A primeira corrente apontada pela autora é a do “Patriarcado”. Os integrantes dessa corrente dirigem sua atenção à subordinação das mulheres e encontram a explicação dessa subordinação no que a autora chama de “necessidade” masculina de dominar as mulheres.

Esta teoria está centrada nas desigualdades, que têm por base as diferenças biológicas, entre os gêneros. Mesmo que reconheça o papel do sistema social na construção dessas desigualdades, não esclarece a relação entre as desigualdades de gênero e os demais tipos de desigualdades sociais existentes. Scott (1995), porém, argumenta que o ponto frágil desta abordagem encontra-se justamente em estar alicerçado apenas nas diferenças biológicas, uma vez que “pressupõe um significado permanente ou inerente ao corpo humano – fora da construção social ou cultural – e, em consequência, a a-historicidade do próprio gênero” (SCOTT, 1995, p. 78). Podemos afirmar que a desigualdade de gênero é, nessa concepção, vista como fixa e invariável em todas as culturas e em todos os tempos.

O feminismo marxista retorna na abordagem apresentada por Scott (1995) como a segunda perspectiva teórica. Segundo a autora, esta corrente possui uma visão mais histórica de Gênero, porém, embora admita variações e adaptações, está centrada na localização, em última instância, da causa da subordinação das mulheres na vida material, concretamente nas relações de produção e de reprodução. Sua busca por uma “igualdade”, em seu sentido mais amplo, é sempre vinculada a um projeto de revolucionário de transformação societária. Assim a “exigência auto-imposta de que haja uma explicação material para o gênero tem limitado ou,

ao menos, retardado o desenvolvimento de novas linhas de análise” (SCOTT, 1995, p. 78). Diante do exposto, podemos concluir que o principal problema desta teoria reside no fato de nela a categoria gênero ter sido, por muito tempo, tratada como subproduto de estruturas econômicas em transformação, de modo a, inclusive, limitar o campo de desenvolvimento dos estudos de gênero e não contemplar a multiplicidade de vozes e a diversidade de gêneros.

A última corrente, apontada por Scott (1995), é a psicanalítica. Esta corrente é dividida em duas escolas, a anglo-americana e a francesa, porém ambas tem como preocupação central os processos pelos quais a identidade do sujeito é formada. Enfatizam as fases iniciais do desenvolvimento da criança a fim de encontrar pistas sobre a formação de tais identidades, de modo que suas pesquisas, normalmente, estão circunscritas ao âmbito de estruturas de interação. Com tais estruturas podem ser consideradas pequenas, como, por exemplo, a divisão do trabalho na família e o papel de cada um dos pais na construção das identidades dos filhos, o conceito e as construções de gênero ficam limitadas à esfera da família sem possibilitar que os pesquisadores extrapolem este conceito para outras estruturas tanto sociais, quanto políticas, econômicas ou de poder. Segundo Scott (1995), outro fator que merece atenção é que esta perspectiva não inclui em suas análises a questão da desigualdade entre os gêneros, não questionando o fator que leva a masculinidade ser mais valorizada que a feminilidade, em diversas culturas.

Tentando superar as deficiências apontadas nas perspectivas acima, Joan Scott (1995) apresenta a sua própria teoria que está baseada em duas proposições “1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Scott (1995), enfatiza que sua definição de gênero é composta por quatro elementos e que, embora não ajam simultaneamente, como se fossem um simples reflexo do outro, nenhum dentre eles opera de forma isolada, sem os outros. São eles: os símbolos, culturalmente, disponíveis que evocam representações simbólicas (freqüentemente contraditórias); os conceitos normativos, que evidenciam as interpretações do sentido dos símbolos, expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, que assumem a oposição binária entre o masculino e o feminino; a política, as instituições e a organização social que reproduzem a aparência de uma eterna permanência binária do gênero; e, enfim, a identidade subjetiva que se forma por intermédio da aculturação e que transformam o sexo biológico em identidade de gênero.

A partir deste ponto, deter-nos-emos mais profundamente na primeira parte da argumentação de Scott (1995), ou na questão da categoria gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos.

Gênero como construção social supõe um conjunto de acordos tácitos ou explícitos, elaborados por uma comunidade determinada em um momento histórico específico, e que inclui os processos de ensino e aprendizagem. Essa construção é um processo ativo e sutil, mais tácito que explícito e que vai sendo elaborado cotidianamente. É uma relação na qual cada um sabe o que espera de si e, quando isso não ocorre, põe em risco o pertencimento ao grupo e a própria identidade do indivíduo.

O entendimento sobre gênero como categoria de análise requer que se esteja atento para processos de práticas significantes. Através destas práticas podemos conhecer a realidade das pessoas, pormenorizando o entrelaçamento do sujeito com suas redes de relações hibridizadas, oportunizando expor como acontecem as mudanças. (SCOTT, 1995)

Tal como Scott (1995), outros autores (LEON, 1993; VILA NOVA, S. 1985; WHITEHEAD, A.,1984) consideram os homens e as mulheres seres sociais que, ao conviverem, estabelecem entre si formas de relacionamentos, que não podem ser abordadas como algo dado ou fixo, mas histórica, social e culturalmente construído, à medida em que os seres humanos estão inseridos numa dinâmica cultural, como sujeitos em interação. Desta maneira, não é possível pensar em homem e mulher, mas em homens e mulheres inseridos em contextos, também, dinâmicos e mutáveis.

Diante do exposto, até o momento, e tomando gênero, enquanto ordenamento da prática social, devemos ter em conta que o mesmo possui uma estrutura internamente complexa, na qual se sobrepõem várias lógicas. De modo que o seu uso requer uma explicação dos referenciais conceituais que congrega, para que não se caia no engano de um uso “abusivo” e ordinário do conceito. A perspectiva a ser adotada, neste estudo é aquela que compreende o gênero não apenas como uma mera formulação cultural de um dado natural, de modo a implementar uma análise a partir das interações sociais entre homens, homens e mulheres, e entre mulheres, vistas como um diálogo entre a complexidade polimorfa dos sujeitos concretos e os rótulos dos padrões orientadores.

Para tanto, gênero é aqui visto como *processo e prática* vivenciados tanto nas relações cotidianas carregadas de poder, como nas formulações identitárias ao longo da vida, o que recai numa teoria da prática.

1.2. Gênero e poder

Gostaríamos, agora, de nos aprofundar na segunda proposição de Scott (1995), na qual a mesma argumenta que o gênero é uma primeira forma de atribuir significado às relações de poder. Embora não seja o único, o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Gênero tem se constituído um persistente e recorrente meio de possibilitar eficácia à significação do poder no Ocidente na concepção desta autora.

Os conceitos de gênero, estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. E, à medida que estas referências estabelecem distribuições de poder, o gênero torna-se envolvido, tanto na concepção como na construção do poder em si mesmo. Scott (1995) considera então que as relações de poder e de gênero se constroem reciprocamente, e que as mudanças na análise podem ser iniciadas em diversos lugares. Sendo assim, deve-se considerar o contexto sócio-histórico e cultural na análise dos fenômenos.

Consideramos que este também é o caminho teórico seguido por Pierre Bourdieu que procura, através de sua teoria, superar a dicotomia subjetivismo *versus* objetivismo existente entre as duas linhas dominantes nas ciências sociais – o estruturalismo e a sociologia de base fenomenológica, de caráter essencialmente subjetivista. Em outras palavras, ele visa formular um modelo teórico que possibilite articular dimensões mais estruturais e outras mais diretas, e imediatamente visíveis nas práticas sociais. Sua teoria é uma tentativa de entender a vida social como produto das condições materiais e culturais, bem como das práticas e experiências coletivas e individuais, gerando assim a possibilidade de uma macro sociologia e de uma análise de âmbito estatístico. (ORTIZ, 1994).

A sua reflexão teórica pode ser considerada como uma proposta de síntese, uma vez que repousa na questão da mediação ou articulação entre o agente social e a estrutura.

Para Bourdieu, os agentes sociais estão inseridos espacialmente em determinados campos, e a posse de grandezas de certos capitais (cultural, social, econômico, político, artístico, esportivo, etc.), bem como o *habitus* de cada ator social condiciona seu posicionamento espacial e, na luta social, identifica-se com sua “classe social”, que só pode existir potencialmente. Então, imprescindível para a compreensão da teoria de Bourdieu a assimilação dos seus conceitos fundamentais, como o de *habitus*, de campo, de capital e de poder simbólico (AZEVEDO, 2003).

Entende-se por campo uma esfera da vida social em que se adquiriu autonomia, progressivamente, através da história em torno de relações sociais, de recursos específicos, no

qual a posição dos agentes se encontra fixada à *priori*. Podendo cada campo se constituir em um *locus* de forças específico que se caracteriza por uma distribuição desigual de recursos e, por isso, por uma relação de forças entre dominantes e dominados, campo de lutas onde os agentes se confrontam para conservar ou transformar essa relação de forças. De acordo com CANO (1996), os campos funcionam de maneira independente e operam como um sistema de forças objetivas. Para Bourdieu (1983, p. 89) para que “um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa...”.

Uma vez que o território do campo é constituído a partir de um capital, e que se organiza em função do interesse e das lutas que seus componentes travam para obtê-lo, a idéia de capital (recurso, às vezes poder) só existe em relação ao campo, e está diretamente integrada à especificação da disposição de posições espaciais dentro desse campo, ou seja, como já dito anteriormente, é a posse de um determinado *quantum* de capital que estabelece o lugar e o sentido representacional (ortodoxo ou heterodoxo) a ser exercido pelos agentes dentro do campo.

A noção de capital corresponde a um recurso que representa riqueza, uma "energia social", um poder. Este conceito foi retirado de Marx e reinterpretado por Bourdieu, que, através do rompimento com o economicismo estreito, dá a este conceito outras dimensões, passando a existir também o capital cultural, o simbólico, etc... (QUINIQU, 2000). Nesta perspectiva, os poderes sociais fundamentais – aqueles que estruturam o processo de socialização e permitem que os diversos grupos participem de maneira e influência diferenciadas – são:

(...) primeiramente o capital econômico, nos seus vários gêneros; em segundo lugar, o capital cultural, ou melhor, o capital informacional, de novo nos seus diferentes gêneros; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão fortemente correlacionadas, o capital social, que consiste em recursos baseados em relacionamentos e associação de grupos, e formam quando são perseguidos e reconhecidos como legítimos (BOURDIEU, P., 1990, p. 154).

Segundo Ortiz (1994), Bourdieu recupera a idéia escolástica de *habitus* que enfatiza a dimensão de um aprendizado passado, sendo produto da interiorização das estruturas objetivas do campo e representa os sistemas de disposições socialmente construídas.

Desse modo, o *habitus* é para Bourdieu:

um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e

estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas sem que por isso sejam produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 1980:88-89).

Para entender, melhor, o conceito do *habitus*, quatro aspectos devem ser considerados: disposições, duráveis, transponíveis e sistema.

Por disposições, entende-se a propensão para perceber, sentir, fazer e pensar de uma certa maneira, interiorizadas e incorporadas, na maioria dos casos de modo não consciente, por cada indivíduo, em resultado das suas condições objetivas de existência e da sua trajetória social;

Apesar do fato de tais disposições poderem modificar-se no transcorrer das nossas experiências, elas estão fortemente enraizadas em nós e tendem assim a resistir à mudança, revelando assim certa continuidade na vida do indivíduo, o que faz que sejam consideradas duráveis;

São consideradas transponíveis, uma vez que essas as disposições adquiridas por ocasião de determinadas experiências (familiares, escolares, por exemplo), têm efeitos sobre outras esferas de experiências (profissionais, por exemplo);

O próprio fato de serem transponíveis faz dessas disposições um encadeado, umas levando a construção de outras, de modo a constituírem um sistema.

Com a noção de *habitus*, Bourdieu valoriza a dimensão de um aprendizado passado. Segundo ele, a ação de estruturas sociais como a família, com seus valores e crenças, incidindo sobre o comportamento de seus membros, em especial as crianças, leva, por meio do aprendizado, quase natural, a incorporações dos chamados *habitus* primários. Assim, no convívio familiar, com aprovações, censuras, lições de moral, elogios, prêmios, entre outras influências, as crianças vão construindo seus gostos mais íntimos, seus trejeitos, suas aspirações, sua auto-imagem, enfim, vão incorporando os *habitus* primários. O autor pregoa ainda, que estes servirão de base à recepção e assimilação da mensagem pedagógica que, se incorporada, mesmo que parcialmente, constituirá os *habitus* secundários os quais, introduzidos pela ação da escola, estarão no princípio da percepção e da apreciação das demais experiências do indivíduo.

Pode-se dizer que os campos constituem, nesta perspectiva, a "face da exterioridade da interioridade", e, que o *habitus* corresponde, de algum modo, às *estruturas sociais da nossa* subjetividade, que se constituem de início através das nossas primeiras experiências (*habitus*

primário), e seguidamente, através da nossa vida adulta (*habitus* secundário) (CORCUFF, 1995). Tal fato pode ser explicitado na perpetuação do *habitus*, e em especial do que diz respeito à ordem dos gêneros, Bourdieu (1999) reconhece a relevância da ação conjunta da família e da escola, sobre estruturas inconscientes. Todavia, é à família que o autor atribui o papel mais relevante na reprodução da dominação masculina. Segundo ele, é no ambiente familiar que a criança interioriza a divisão sexual do trabalho e que os estereótipos vão sendo inculcados. Por outro lado, a escola colabora com a reprodução desses estereótipos, ao fundamentar-se na representação patriarcal, que mantém uma estrutura hierárquica, com forte conotação sexuada, fazendo do homem o princípio ativo e da mulher, o passivo.

Por exemplo, na área do estudo em questão, as meninas começam com a prática dos serviços domésticos, aos sete anos de idade (em alguns casos até antes) quando iniciam nas práticas de um aprender-fazendo. Pela repetição, tomam conhecimento das técnicas desse fazer, que se torna um saber-técnico, que vai se transmitindo entre as mulheres da rede de parentesco e entre as mulheres da vizinhança. Construindo, desse modo, ao longo das suas vidas o reconhecimento de que essas práticas e técnicas de organização doméstica são da ordem e do mundo das mulheres, de seus domínios e de si.

O referido autor trabalha com a idéia de que, na estrutura de gênero, os papéis do homem e da mulher se dão de forma extremamente diferenciada: o homem, dentro de uma sociedade patriarcal, foi construído como dominante e seu papel, assim como o da mulher, já foi de tal forma incorporado e legitimado que passou a dispensar justificção. (BOURDIEU, 1999)

O autor, acima citado, propõe uma reflexão sobre o modo como o mundo é percebido e entendido, no qual a inferioridade feminina é considerada como algo “natural”. Este processo está inserido na organização natural das coisas, fazendo parte dos esquemas perceptivos dos indivíduos, do pensamento e da ação. Esta oposição entre ser e conhecer é mediada por meio do *habitus*, pois, na medida em que os subordinados compreendem o mundo a partir da relação de dominação já estabelecida socialmente, suas formas de conhecimento seriam pautadas em atos de submissão.

De modo que a ordem androcêntrica predominante promove a exaltação aos valores masculinos e, ao mesmo tempo, torna-os exigência. A categoria Gênero refere-se, então, a uma das formas simbólicas de hierarquizar e ordenar o universo em termos de um princípio de valor e pode imbricar-se, por sua vez, na própria produção do social não se referindo apenas a identidades subjetivas.

Desta forma, o *habitus* tende a conformar, guiar e padronizar as ações dos agentes, mesmo aquelas que *a priori* poderiam ser pensadas como completamente individuais e subjetivas como, por exemplo, a escolha estética. Entretanto, mesmo sendo estrutural, o *habitus* não é imutável, eterno, é uma disposição histórica, e durável. (LIMA FILHO, s/d). Portanto, “o princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como escolha da vocação, e, muitas vezes, consideradas efeitos da tomada de decisão, não é outra coisa senão o *habitus*,...” (BOURDIEU, 2003, p. 201). A partir do exposto, pode-se afirmar que o subjetivo não passaria do objetivo interiorizado, o individual não passaria do social individualizado (QUINIOU, 2000).

Vale ressaltar que do ponto de vista conceitual, *habitus* pode ser associado tanto a situações positivas quanto negativas, sendo aplicável às mais diversas relações do indivíduo com o mundo e em diferentes contextos sociais. Assim, na política, no esporte, na religião, na escola e na família, a formação de *habitus*, princípio gerador de nossas escolhas e de nossa conduta, antecede as práticas. A expressão *habitus dominado*, o autor adota para designar aquelas questões carregadas de estigma e preconceito, tais como: gênero, etnia e cultura explicando-o como “relação social somatizada, lei social convertida em lei incorporada, não são das que se podem sustar com um simples esforço de vontade, alicerçado em uma tomada de consciência libertadora” (BOURDIEU, 1999, p. 51).

Em sua obra, *A Dominação Masculina*, Bourdieu (1999) aplica o seu conceito de *habitus* no processo de subordinação do gênero feminino. A dominação masculina exercida sobre as mulheres é apoiada na violência simbólica e estabelecida a partir do compartilhamento entre quem domina, e quem é dominado. Isto não ocorre a partir de mecanismos conscientemente elaborados pelos homens para exercer sobre as mulheres, mas a um gradativo processo de “socialização do biológico e de biologização do social”. (BOURDIEU, 1999, p. 14) Tal processo é organizado a partir de categorias androcêntricas, sendo expresso através de modos de falar, pensar e de se comportar e provocam efeitos no corpo e na mente dos indivíduos.

A solução das questões de gênero passaria, então, por uma mudança de “*habitus*”. Porém, a formação de novos *habitus* requer tempo e condições. As mudanças sociais só ocorrem se os espaços vividos pelos atores oferecerem condições econômicas e culturais condizentes. Segundo Bourdieu (1996b), a cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus*.... Além da mudança de *habitus*, as mulheres precisam vencer a dominação que sofrem nos espaços e nas relações sociais construídas em seu entorno. Para tanto precisariam adquirir capitais diversos, como: o cultural, o econômico e político.

Bourdieu (1996a) trabalha os diversos tipos de capitais⁹, mas, entre eles, há um que se destaca pela sua capacidade de transitar por todos os campos – o capital simbólico, ao qual cabe o poder de fazer crer. É através do acúmulo deste que se concretiza o poder simbólico, que “é o poder de fazer coisas com as palavras” (BOURDIEU, 1990, p. 167), é o poder que se cristaliza através do uso da linguagem e que serve para corroborar outras formas de poder, pois, para ele “a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos apenas sermos compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos”. (BOURDIEU, 1996a, p. 161)

Desse modo, é possível perceber, no cotidiano, a hierarquia social através do ato da interlocução, no qual há algumas pessoas autorizadas a falar. Instaura-se uma situação em que há uma fala menos legítima, ordinária, trivial, vulgar, corrente, livre e popular, ou uma fala distinta, correta e publicável. Assim nos campos sociais existem relações de forças e monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros. Dessa forma, Bourdieu não nega a desigualdade e o conflito existente no espaço social.

Tal conflito engloba relações de dominadores e dominados que, em muitos casos, efetua-se no âmbito do sistema simbólico que é arbitrário, uma vez que não se assenta numa realidade dada como natural.

Para explicar esta dominação simbólica, Bourdieu utiliza o conceito de poder simbólico, tratado como uma construção da realidade que reafirma os instrumentos de imposição ou legitimação da dominação. Trata-se de um poder caracterizado pela sua invisibilidade, mas que “não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder”. (BOURDIEU, 1999, p. 53).

Se considerarmos que o sujeito se relaciona com os outros, a partir do lugar social que ocupa, as relações entre as pessoas são aqui consideradas como relações de poder. (ORTIZ, 1994) O lugar social consiste na posição simbólica assumida pelo sujeito no grupo, a qual se, por um lado, precede o sujeito, por basear-se em fatores históricos e culturais pré-determinados, por outro, está, continuamente, sendo re-construída pelos sujeitos em relação.

Tomando como base o exposto até o momento, concordamos que as relações socialmente construídas entre mulheres e homens não são necessariamente harmoniosas e não conflitantes, e que tais relações sociais implicam a maneira como uma determinada sociedade se organiza para produzir social, material e politicamente, influenciando sobre as normas, valores, sentimentos, modo de agir e pensar das pessoas.

⁹ O capital, nesse sentido, transcende o significado comum, relacionado ao financeiro, e assume uma dimensão simbólica, na medida em que se constitui como algo reconhecido, valorizado dentro do campo.

Corroboramos ainda com a idéia de que tais relações conformam uma ordem caracterizada por sua rigidez e se expressam através de práticas e atos cotidianos com componentes objetivos e subjetivos tão arraigados que parecem muito difícil poder modificá-la. Entretanto, mesmo que já possamos observar a existência de mudanças nos papéis de gênero (por exemplo, mulheres trabalhando na construção civil, e homens, como empregados domésticos), a hierarquia de gênero é de mudanças mais lentas.

Deere e León (2002) apontam que, durante muitos anos, as questões do poder foram ignoradas pelas feministas latino-americanas¹⁰ e ressaltam dois fatores que contribuíram para isso: o pressuposto de que as mulheres não tinham poder, sendo este um privilégio masculino, e a existência do mito de que “as feministas não estavam interessadas no poder”.

A noção de poder, como a contida no primeiro motivo, é a mesma presente no senso comum que, costumeiramente, o trata como “algo” substancializado e, geralmente, associado às dimensões políticas e econômicas da vida social. Normalmente, a idéia de poder é construída como se tratasse de algo que está acessível aos diversos indivíduos e como se possuísse a forma de um objeto que pode ser apropriado e utilizado do mesmo modo que qualquer outra coisa que se deseja possuir. Tratada desta forma, a noção de poder se presta a uma série de confusões, nos diferentes campos onde se insere tal discussão. Ao abordá-lo como um “objeto” que pode ser possuído por alguém, este fica reduzido a um tratamento dicotômico (os que têm e os que não têm poder), por isso reducionista, uma vez que não se atenta para os diversos e complexos elementos que estão em jogo nas relações sociais. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Saffioti (1992) argumenta que, nos dois pólos da relação entre homens e mulheres existe poder, porém em doses desiguais. Tal percepção de poder nos remete aos trabalhos de Michel Foucault para o qual o poder não é uma coisa ou um lugar, mas uma relação ou, nas palavras de Roberto Machado (1982), algo que se exerce, que se efetua e que se disputa.

Foucault foi, provavelmente, o autor que, de forma mais atenta, se debruçou sobre este tema e formulou, ao longo de sua trajetória como pesquisador social, diferentes formas de expressão do poder. Porém Roberto Machado (1982) ressalta que não se pode perceber na obra de Foucault uma teoria geral do poder.

¹⁰ As referidas autoras indicam que uma das primeiras discussões abertas sobre essas questões ocorreu no IV Encontro Feminista Latino-Americano, em Taxco, no México, em 1987, onde ficou clara a “necessidade de reconhecer o exercício do poder dentro do movimento e vê-lo como uma fonte de transformação” (DEERE & LÉON, 2002:54) e a adoção de novas compreensões sobre o poder que ultrapassassem o preceito de que os homens têm poder e as mulheres não o possuem, sendo assim vítimas.

Em Foucault, a noção de poder assume uma dimensão bastante ampliada e que perpassa toda sua obra. O poder, antes de tudo, uma relação, ou seja, não se limita a lugares, tempos e instituições determinadas, nem existe de forma concentrada, isto é, o poder não se restringe às fronteiras sociais criadas ou imaginadas.

As análises de Foucault não consideram o poder como realidade portadora de uma natureza ou de uma essência definida por suas características universais. Portanto, não existe como algo unitário e global, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. Essa concepção reforça a idéia de que o poder não é um objeto natural, uma coisa. É uma prática social e, como tal, constituída historicamente.

Partindo desse argumento, Foucault não concorda com a idéia de que o Estado é o órgão central e único de poder, ou de que a rede de poderes das sociedades seria uma extensão dos efeitos deste, ou seja, uma mera difusão de seu modo de ação do Estado.

Foucault (1989, p. 90) enfatiza que “o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” e que onde existe poder, há resistências - plurais, possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, planejadas, irreconciliáveis - e, no entanto, estas não se encontram em posição de exterioridade em relação ao poder. Para Foucault (1982, p. 91) “estamos no "poder", e dele não se escapa”.

Uma das principais preocupações de Foucault era chamar a atenção para os níveis moleculares do exercício do poder sem partir do centro para a periferia ou do macro para o micro.

Foucault está interessado em perceber o poder junto das pessoas em sua vida cotidiana e por isso vai analisar o poder como uma “malha capilar” de “micropoderes”, que se espalham, sutilmente, entre todos os indivíduos, através de pequenas práticas repetitivas. Os hábitos diários repetidos de forma imperceptível, mas que vão lentamente adestrando os corpos. Esse “poder capilar”, como já foi dito, não parte do Estado, como um poder central para se espalhar pelas partes da sociedade até chegar aos seus membros individuais. Não se trata de um poder derivado de um poder maior, mas, muito pelo contrário, de um poder que está na realidade mais concreta e cotidiana dos indivíduos. É um poder que está tão próximo dos indivíduos que eles não têm como evitá-lo. Um poder que se exerce sobre o próprio “corpo” dos indivíduos, intervindo diretamente e materialmente sobre ele. Esse poder significa o controle diário, sistemático, repetitivo e minucioso do comportamento cotidiano do corpo de cada um.

O micropoder não tem uma ação exclusivamente negativa e proibitiva, mas ele é, principalmente, exercido de uma forma construtiva. Ele produz positivamente

comportamentos e corpos através de classificações, normatizações e adestramentos. Por exemplo, a normatização das condutas de meninos e meninas, a produção de saberes sobre a sexualidade, as táticas e as tecnologias que garantem “o governo” e o “autogoverno” dos sujeitos. Sem dúvida, o governo das mulheres, exercido pelos homens (pais, maridos, companheiros, etc); bem com o “governo de si”, se constitui no objetivo final dos diversos processos educativos exercidos sobre meninos e meninas, homens e mulheres, ocupando nossa atenção quando nos voltamos para as relações de gênero. E esses comportamentos produzirão corpos plenamente previsíveis e adestrados.

É exatamente esta uma das questões, apesar de não está diretamente ligada à relação de gênero, que o autor aborda em seu trabalho “Vigiar e punir”, em que argumenta que o objetivo da prisão não é mais simplesmente punir, mas, principalmente, educar e formar o corpo do prisioneiro, através de uma série de normas disciplinares. Salientamos que estas mesmas normas disciplinares estão presentes nas escolas, nas forças armadas e nos hospitais. Estes são os exemplos mais evidentes, pois na realidade o poder normativo disciplinar está difundido por toda a sociedade.

Os dispositivos disciplinares utilizam a “vigilância” em lugar da punição física e violenta para exercer o seu poder. A vigilância, por sua vez, se funda em “saberes racionais e normativos”. Estes “saberes” sempre visam a uma maior eficiência, a um maior conforto, mais prazer, mais saúde e etc. Isto torna a vigilância algo desejado e não algo odiado. Esta é a maior astúcia da sociedade disciplinar: o poder controlador passa a ser desejado como algo prazeroso.

As vantagens dos “saberes racionais normativos” não podem ser negadas, mas também não se pode ignorar o objetivo desses saberes de produzir “corpos dóceis”; corpos submetidos a um regime de poder. Segundo Foucault, “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (FOUCAULT, 1989, p. 118).

Foucault (1989) descreve esse efeito disciplinarizante do exercício do poder como a aptidão para docilizar corpos, induzir comportamentos desejados e esvaziar sua capacidade de contestação.

A perspectiva foucaultiana de poder aplicada às relações de gênero permite o rompimento com a polarização entre o masculino e o feminino, tendo em vista que impede a aceitação de que apenas um dos dois pólos detém o poder, enquanto o outro é totalmente e indiscutivelmente submetido a ele, mas se encontra distribuído de forma desigual entre os

sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização social. Assim, as relações de gênero são marcadas por hierarquias, obediências, disciplinas e desigualdades.

Essa concepção de poder, ao mesmo tempo em que coloca em xeque as concepções tradicionais, também o recusa como meramente negativo, opressor e repressivo, sendo na realidade constituído de dois pólos: um negativo e outro positivo. O poder não apenas nega, impede, coíbe, mas também faz, produz, incita. O autor chama a atenção para as minúcias, para os detalhes, para táticas ou técnicas aparentemente banais, e dentre elas as que ocorrem no âmbito da resistência. São exatamente as resistências que mais nos interessam nesse trabalho.

A resistência está sempre presente na relação de poder. Exercício de poder e resistência se encontram indissolavelmente unidos, convertidos um em complemento do outro, implicados ambos em uma estrutura não dialética, em uma estrutura na qual o exercício disciplinar e a rebeldia da liberdade interatuam e se interfecundam, em que mais do que falar em antagonismos seria melhor falar de “agonismo”, relação que é ao mesmo tempo de incitação recíproca e de luta, não devendo ser tomada como uma relação de oposição que paralisa ambos os lados, mas de provocação permanente (CANAL, 2001).

De acordo com Canal (2001) a resistência pode tomar as mais variadas formas, pode “jogar” conforme a situação de cada momento da disputa. A resistência, assim como o poder, é móvel, mutável, aparece em distintos pontos da rede social, podendo ainda ser: espontânea ou bem organizada; violenta ou pacífica; coletiva ou individual; ativa ou passiva, porém sempre fazem sua aparição como o outro termo necessário à relação de poder.

Ressaltamos, ainda, que as resistências são plenamente criativas, forçando, em determinados momentos, o exercício do poder; em outros, desviando-o ou atravessando-o, às vezes de maneira direta ou através da astúcia, agindo de surpresa, inesperadamente, deslocando-se até espaços de revolta inéditos; criando formas novas e diferentes de expressão; aparecendo sob formas institucionalizadas, codificadas e permitidas, ou fazendo-se presente juntamente onde não é esperado. De modo que o poder deve ser visto como uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade. Na relação de gênero estão presentes os conflitos, tensões, negociações e alianças, seja através de manutenção dos poderes masculinos, seja através da resistência das mulheres a esta manutenção (CORDEIRO, 1995).

Segundo Queiroz (2004), talvez uma interessante representação das práticas de resistência, seja imaginá-las como semelhantes a jogos em que os participantes estão sempre em atividade, ao invés de reduzi-las a um esquema mais ou menos fixo em que um dos competidores é, por antecipação e para sempre, o vencedor.

Assim as relações de gênero, podem significar dominação, mas também podem ser um mecanismo de resistência ou de tomada de poder sobre formas existentes do mesmo. (DEERE; LÉON, 2002).

Considerando que as mulheres não estão excluídas do exercício de poder, elas criam mecanismos que as permitam intervir e influenciar, não só no espaço privado do lar como também no espaço público e político. Estes mecanismos surgem de acordo com a cultura, o cotidiano, a capacidade de percepção e análise da realidade, os recursos da fala e da leitura, ou de atividades predominantemente femininas.

Portanto, ao trabalhar as relações de gênero, sob essa perspectiva das relações de poder, torna-se possível a identificação de como as práticas disciplinares operam no sentido de criarem ordem, conhecimento e, conseqüentemente, efeitos de poder. Ao mesmo tempo, permite-se a identificação de pontos de resistência a essas práticas ao longo das redes relacionais, capazes de romper (em alguns momentos) com os efeitos de poder produzidos, criando outros e reformulando as alianças existentes.

Nesse sentido Michelle Perrot argumenta que as mulheres,

não são nem passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam, não bastam para contar a sua história (...). Afirmam-se por outras palavras, por outros gestos. Na cidade, até mesmo na fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que frustram a racionalidade do poder e estão diretamente enxertadas em seu uso próprio do espaço e do tempo. (PERROT, 2005, p. 222).

Muitas vezes, o fato de a mulher não estar constantemente presente nos espaços públicos, ou de neles não se manifestar gera críticas e preconceito, sendo esta atitude considerada “acomodação”, por isso destacamos que para tratar do embate de gênero não basta olhar as mulheres que estão presentes e ativas nos espaços públicos. O que se deve fazer é tentar compreender o que existe por trás da opção de acomodação, ou seja, compreender que existem mulheres que estão em casa e que não se destacam como agentes públicos, mas que a todo tempo estão fazendo revoluções silenciosas, seja na luta pela educação de boa qualidade para seus filhos, seja pela conscientização dos filhos na Reforma Agrária, ou até mesmo na luta do pão de cada dia.

Estas práticas de resistências podem ser percebidas a partir da observação do cotidiano, no qual as mulheres exercem um determinado tipo de controle sobre os homens, através de “mexericos, escolha de informação e recusa a fornecer serviços de alimentação e sexo entre outras...” (ROCHA-COUTINHO, 1994).

É exatamente a noção de resistência que aparece, nas obras de Foucault, como a força superior a todas as forças implicadas, já que, segundo ele, é a sua ação que obriga a mudança das relações de poder.

A noção de resistência torna-se, dessa forma, fundamental nas abordagens sobre as mulheres, uma vez que oportuniza o desvendamento da presença e atuação da mulher no seio de uma história vista como construída pelos homens, com a finalidade de reagir à opressão que sobre elas incide.

O cotidiano, considerado como portador do passado, como herança, e do futuro, como projeto, é o espaço em que repetições e rupturas interagem; é o momento presente da constante mutação.

Nessa perspectiva, um caminho que se abre é a valorização do cotidiano enquanto categoria da existência. Lançar um olhar ao cotidiano é entender os modos de vida, o fazer da sociedade e modos de resistência. Assim, o próximo capítulo será dedicado à da concepção do cotidiano e às relações de Gênero no âmbito deste.

2. Cotidiano e Gênero

2.1. Considerações iniciais sobre o cotidiano

Entendemos que, no campo dos estudos de gênero, bem como no campo da agricultura familiar, no qual destaca-se o modo de trabalho da unidade familiar, o cotidiano deve ser um dos focos privilegiados de atenção. Afinal o que fazemos quando desenvolvemos os estudos empíricos sobre condições/modos de trabalho da família? O que se faz quando se dirige a atenção para as atividades e locais de trabalho divididos por sexo? Focaliza-se o cotidiano, as condições de trabalho diariamente enfrentadas pelos agricultores e as relações familiares, bem como a inter-relação entre elas. Afinal, são essas as condições cotidianas, que entendemos, se pretende conhecer e analisar. Focalizar o cotidiano de trabalho e da família, certamente, não implica abstraí-lo da estrutura social (infra e superestrutura), mas tampouco, deduzir o seu funcionamento a partir desta estrutura. Isso tudo nos mostra que a vida cotidiana não é simples, a não ser que o nosso olhar a simplifique.

Iniciaremos este capítulo, tendo, como reflexão inicial, a mesma questão que Tedesco (1999b) traz no início de seu livro *Paradigmas do cotidiano*, isto é, o que vem a ser o cotidiano? Muito tem se falado sobre ele, sobre as práticas cotidianas, sobre as relações cotidianas, mas finalmente o que é o cotidiano? Temos consciência de que não conseguiremos dar conta da resolução de tão grande problemática neste espaço. Assim, esse capítulo busca apresentar as idéias de alguns teóricos acerca desse campo de análise.

O cotidiano é um tema complexo. Sua complexidade é logo notada na tentativa de sua conceitualização. Aproveitamos a oportunidade para trazer a ressalva de Ferraco, para quem qualquer tentativa de sistematização de um conceito do cotidiano implica, fatalmente, seu engessamento. Mas poderíamos inicialmente utilizar a definição de que o cotidiano refere-se ao que se faz todos os dias, ou o que sucede e se pratica habitualmente¹¹, sabendo que esta oferece alguns problemas. É ampla e abstrata (ainda que também tremendamente concreta),

¹¹ BUENO, Francisco da Silveira. Dicionário escolar da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Fename, 1980:307, e CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1991:223.

uma vez que englobaria quase tudo o que acontece na vida. Seria a vida em quase toda a sua totalidade.

Além disso, Silva (2006) nos recorda que ao considerarmos essa definição, estaríamos supondo como não fazendo parte do cotidiano tudo aquilo que não é realizado todos os dias, e aqui se criaria um novo problema: como podem ser pensadas as festividades ou celebrações? Por exemplo: o natal apesar de ocorrer somente uma vez por ano pode ser considerado parte de nosso cotidiano, pois sua experiência é sempre costumeira. Seria então a estranheza ou o absolutamente novo, o que está em oposição ao cotidiano, o que nos ajudaria, talvez, desse modo a chegar a um conceito do cotidiano? Sendo, pois, definido a partir da negatividade e não da positividade. Assim o cotidiano seria tudo aquilo que não nos é estranho ou inusitado.

O autor continua argumentando que esta definição, apesar de agradar mais, nos traria novos problemas. Seria muito difícil estabelecermos o que seria o cotidiano concretamente, através dela, devido ao seu caráter relativista – algo pode ser estranho ou inusitado para alguns e não causar nenhuma estranheza para outros.

De acordo com Tedesco (1999b), a vida cotidiana é um termo que assume diversos usos, não apenas acadêmicos. Frequentemente, é utilizado para designar o banal, o frívolo, o corriqueiro, o que não tem importância, tornando-a incompreensiva. Contudo, a vida do dia-a-dia estabelece um cenário onde a trama do mundo vivido expõe o presente, na sua sociabilidade contemporânea, revelando, inclusive, suas transformações geográficas nas práticas sócio-espaciais ou sociológicas. Trata-se, neste contexto, de um campo da análise social importante, principalmente quando vivenciamos a aceleração das rotinas, a fragmentação dos acontecimentos cotidianos, o aumento da circulação de pessoas, bens, recursos e a transformação de significados (TEDESCO 1999b).

Devemos lembrar que existem visões sobre o cotidiano que o tratam como espaço da banalidade, da trivialidade, da mera reprodução daquilo que já foi dado, da manifestação do fútil, do superficial. Ele seria, a partir desses limites, o espaço da alienação.

É assim que as ciências desenvolvidas no âmbito do modo burguês de pensar/produzir e reproduzir, que representa a visão dominante, o tem apresentado, a partir da evolução do pensamento, contagiada pela separação/dicotomização entre o que seria a vida cotidiana e o que seria uma pressuposta História global, a qual seria produzida a partir dos “grandes” acontecimentos, das grandes descobertas e assim por diante.

Tal concepção reforça, cada vez mais, a cisão entre um saber cientificamente institucionalizado e o saber cotidiano das pessoas. Foi-se estabelecendo um distanciamento entre as “verdades” científicas e as “não-verdades” praticadas no dia a dia das pessoas, dado

então como espaço do banal, do trivial, logo, daquilo que não tem importância para a ciência e seu fazer interpretativo. Já o inverso do cotidiano, um suposto espaço do sério e do verdadeiro entendimento da realidade seria o espaço filosófico ou mesmo da visão científica.

Não é sem razão, então, que a tematização do cotidiano suscite tanto avaliações e reflexões de otimismo - em que a liberdade do homem comum parece ser possível, quanto aquelas que tomam a vida cotidiana como o espaço da impossibilidade de escapar à estrutura social.

Há muitas polêmicas sobre a origem desse campo de análise, sua constituição, seus métodos, suas epistemologias e sua importância para o conjunto do campo sociológico. A sociologia já abordava esse assunto dentro do pensamento de Weber e de Schurtz durante os anos de 1920 até 1940. Tedesco (1999b) aponta ainda várias correntes que tratam do cotidiano, e argumenta que todas elas, mesmo que de modo dispare, retomam a noção de senso comum, visto não como uma instância fechada, mas como um pré-requisito para a análise do vivido, para âmbitos de suspensão e de análise científica.

O cotidiano tem se colocado como um importante campo da ciência, sendo a sociologia do cotidiano fruto de uma constituição muito recente, porém sua base e seus pressupostos advêm do surgimento da chamada sociologia tradicional. Segundo Tedesco (1999b), o referido campo constitui-se como uma espécie de praxeologia, e contempla o domínio das ações individuais, rotineiras e não organizadas.

Os estudos sobre o cotidiano não focalizam aqueles processos desenvolvidos pelos sujeitos políticos instituídos, mas ao contrário, dirige a atenção para o dia-a-dia, no qual o trabalho, os trabalhadores, a família, as relações de poder, as resistências, as imposições hierárquicas e as negociações se dão. Focaliza o simples, o não memorável, a vida comum de todo ser humano, nos mais diversos espaços.

Vale ressaltar, tendo em vista o próprio objeto da sociologia do cotidiano, que a mesma se constituiu no embate entre os modernos e os pós-modernos, no centro da crise das propostas totalizantes e/ou nihilistas do pós-histórico. Este é um dos motivos apontados para que a sociologia do cotidiano esteja em grande expansão hoje.

Tedesco (1999b), porém, alerta que o sujeito individual, suas relações próximas e regulares, não está isento de vínculos em relação aos grandes dispositivos sociais, às classes e aos sistemas, de modo que centralizar as análises no sujeito individual através de suas práticas e representações significa dizer que o cotidiano não é apenas o vivido.

O mérito de constituição do campo da sociologia do cotidiano está exatamente em “demonstrar a possibilidade de estabelecer ligações entre os grandes dispositivos sociais e os

que regulam a vida cotidiana, bem como em resgatar o reaparecimento do sujeito em face das estruturas, dos sistemas e do instituído no vivido” (TEDESCO, 1999b, p. 21), assim,

quando se fala em vida cotidiana não se entende só o vivido no plano do indivíduo, nem a interação pura e simples, nem só as posições coletivas e muito menos, a idéia de freqüência das ações. A vida cotidiana é um atributo do ator individual e se realiza sempre num quadro socioespacial, seja de um modo individualista, seja de um estruturalista (TEDESCO, 1999b: p. 22).

Diante do exposto, até o momento, podemos considerar que o campo de estudos do cotidiano abre a possibilidade de reconhecimento das ambigüidades, da dinâmica de conformismo e de resistência (CHAUI, 1993), e da deferência e da rebeldia (THOMPSON, 1998); enfim, fenômenos que são isto e aquilo ao mesmo tempo (CHAUI, 1993).

Dito de outra forma, o cotidiano emerge “enquanto um espaço de mudança, resistência ao processo de dominação, define um campo social de múltiplas interseções, de fatores que contribuem decisivamente para transcender categorias e polaridades” (DIAS, 1992, p. 51).

O uso do conceito contemporâneo do cotidiano aponta um estudo de mudanças, rupturas, de novos modos de ser, pois são nas práticas de sobrevivência com suas táticas e subterfúgios que se emerge o cotidiano sempre em processo de ser (re)inventado. Ou seja, estudar o cotidiano pode significar desbravar o novo, o singular, o heterogêneo, o subjetivo, justamente aquilo que é homogeneizado na perspectiva dominante.

Como foi dito anteriormente, buscaremos nesse capítulo trazer o debate a cerca do cotidiano, a partir do diálogo entre diferentes autores, tais como Heller, Goffman e de Certeau, a fim de apontar e esclarecer a importância da temática para nosso estudo, e conseqüentemente a nossa escolha teórica.

2.2. O cotidiano em Agnes Heller

Agnes Heller, em diálogo permanente com as ciências sociais contemporâneas, desenvolve uma teoria do cotidiano, buscando uma perspectiva de construção de uma antropologia dialética de base não-estruturalista. Em duas importantes de suas obras originalmente publicadas na década de 1970, *Sociologia da vida cotidiana* (HELLER, 1977) e *O cotidiano e a história* (HELLER, 1989), a autora apresenta reflexões sobre a cotidianidade como categoria fundamental de uma teoria microssocial marxista, analisando a determinação do modo de vida em articulação com a esfera restrita da produção econômica.

De acordo com Heller (1989):

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; (...), sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, ... (HELLER; 1989, p. 18).

Todavia, a significação e o conteúdo da vida cotidiana não expressam apenas uma imensa variedade de formas "de viver a vida", mas também refletem formas concretas de uma hierarquia que não é eterna e imutável, e que "se modifica de modo específico em função das diferentes formações econômico-sociais" (HELLER, 1989, p. 18). Para Heller (1989) são traços característicos da vida cotidiana: o caráter momentâneo dos efeitos, a natureza efêmera das motivações e a fixação repetitiva do ritmo, a rigidez do modo de vida. Haverá, nesta esfera da cotidianidade, uma heterogeneidade hierarquizada e articulada, com base na repetição, como um modo de produzir a vida cotidiana, porém nunca como estrutura ou superestrutura.

Na concepção helleriana, o modo de vida não é totalmente independente da vontade dos sujeitos, na medida em que o próprio indivíduo (...) dispõe de um certo âmbito de movimento no qual pode escolher sua própria comunidade e seu próprio modo de vida no interior das possibilidades dadas (HELLER, 1989, p. 22). Por outro lado, o caráter cotidiano da atividade humana é levado bastante a sério, posto que o modo de vida é reconstruído diariamente (HELLER, 1977).

Para Agnes Heller

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais 'insubstancial' que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente. (HELLER, 1989, p. 17)

O cotidiano é o chão onde se dá a produção e a reprodução das relações sociais, ou seja, da sociabilidade humana. É à base das produções materiais da vida em suas dimensões social, política, econômica, cultural e histórica. Lembrando Heller, podemos dizer que a vida é vivida no cotidiano e dele ninguém escapa. A vida cotidiana se faz e se refaz no pensamento e na ação dos homens. Neste sentido, o cotidiano é o modo de existência social abstrato/concreto, homogêneo/heterogêneo, individual/coletivo. É também o modo ambivalente existencial das incertezas e das certezas, das ilusões e das desilusões, das realidades e dos sonhos. Enfim, é um espaço de possibilidades ilimitadas de transformações e constitui-se como um espaço de resistência e de insurreição.

O cotidiano é assim a instância em que os homens produzem as coisas, as idéias, valores, símbolos, representações, toda a sua vida, no teor de sua completa inteireza: produção do mundo e produção de si mesmos, num ininterrupto e criador fazer/devir histórico em que o particular e o genérico, o individual e o universal, a parte e o todo ganham uma existência eminentemente dialética, plena de conflitos e contradições.

Uma das questões importantes a ressaltarmos neste ponto é que é no processo da vida cotidiana que sofrem metamorfoses todos aqueles elementos ou componentes da essência humana: o trabalho (objetivação), a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade (HELLER, 1989, p. 5).

Para Heller (1989, p. 24) “A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas”. E comportaria, nesse sentido, certos graus de liberdade diante do já instituído. Assim, a relação do homem com a realidade se dá de tal forma que na medida em que lida com o mundo material, relacionando-se com os outros homens, também constrói suas bases conceituais e representação da realidade dada e realimentando sua práxis criadora e recriadora da História.

Ainda, neste mesmo sentido e contexto tratado, o cotidiano deve ser visto também, enquanto uma instância, sobretudo que produz metamorfoses.

Se, por um lado, tais metamorfoses/transformações estão vinculadas às circunstâncias dadas ou heranças históricas, por outro lado um dos elementos que fazem parte da produção da vida ordinária dos homens é justamente o indeterminado e o acaso. O aleatório, o contingente, movidos pelas novas necessidades, desejos e vontades que vão se construindo na micro-história diária, serão parte inerente que empurrarão e contribuirão para o engendramento de novas experiências.

2.3. O eu goffminiano e sua representação no cotidiano

De acordo com Goffman, as estruturas apresentam as regras e os recursos que são oferecidos aos agentes e estão inseridas no sistema social. Elas não existem independentemente das pessoas ativas e, assim apresentam certa dualidade internamente aos indivíduos. A estrutura atua como restritiva e ao mesmo tempo facilitadora das ações. Externamente, é o conhecimento de convenções sociais do próprio ator e de outros seres humanos que determina a capacidade de “prosseguir” para se realizar uma ação.

Goffman, entretanto, no livro *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, ressalta que os seres humanos estão sempre performando, quer tenham consciência disso ou não. Ele

compara a vida social ao teatro, em que os sujeitos participantes da ação representam seus papéis através de vários comportamentos com diferentes motivações. Normalmente, os indivíduos se apresentam vantajosamente performados por diversos propósitos uns com os outros. O próprio autor explica que

Os princípios de que parti são de caráter dramático. Considerarei a maneira pela qual o indivíduo apresenta, em situações comuns de trabalho, a si mesmo e a suas atividades às outras pessoas, os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas (GOFFMAN, 2002, p. 7).

Goffman acredita que nós atuamos melhor do que pensamos saber atuar, à medida em que nossas expressões corporais fazem parte de um repertório de ações armazenado na memória.

Performances da vida diária e da construção de identidade podem parecer relativamente fluidas, mas isto não significa que não sigam regras também. Até mesmo, a interação social mais aparentemente casual é guiada por regras culturalmente específicas. Educação, boas maneiras, linguagem corporal e outras atividades operam de acordo com cenários conhecidos.

A especificidade das regras difere conforme cada sociedade e cada circunstância. Mas não há interação social humana que seja fora da lei, ou que seja independente de quaisquer regras.

O autor, portanto, argumenta que a maior parte de nosso cotidiano requer um trabalho de performance, como por exemplo, nas atividades profissionais, na família, em um jantar formal ou em um funeral..., ou frente às situações que concretizam relações de poder. Nessas ocasiões, espera-se um determinado comportamento e interação social adequada. Comportamentos esses estabelecidos ou codificados de acordo com o meio cultural circundante.

Apesar das regras sociais variarem de cultura para cultura e de época para época, nunca existiram períodos da história sem regras ou códigos de comportamento, e de um modo geral, expressam relações sociais de gênero desiguais e injustas, estando sempre as mulheres em desvantagem.

Na performance do cotidiano, a representação não está apenas na mente das pessoas, mas, sobretudo, nos seus atos públicos, ou seja, nas suas relações ou interações. É o caráter e a qualidade dessas relações que constituem a realidade do dia a dia. Na realidade do cotidiano, as coisas são como parecem ser, mas o "como parecem ser" está sempre em constante mutação.

Goffman acredita que todos os encontros sociais, isto é, todas as formas de relacionamento são como o teatro, pois a vida por si só é dramática. Às vezes, os aspectos da performance são menos óbvios como, por exemplo, quando estamos à vontade com amigos, mas nem por isso são ausentes. Para ele, mesmo as pessoas comuns, quando têm em mãos um "script", podem atuar como atores conferindo certa veracidade ao mesmo. "O mundo todo não é um palco, mas onde não o é, não é possível ou fácil especificar". (GOFFMAN, 2002, p. 232).

Pode-se dizer que quanto maior o papel público, maior é o teatro representado. Quanto mais o sujeito acredita no papel social que desempenha, melhor o performa, pois a performance é realizada para duas audiências; a sua própria e a social. Isso pode ser bem representado pela forma com que durante anos as mulheres assumiram, como biologicamente dado, o seu papel de cuidadoras do lar. E tal performance do cotidiano parece sempre natural porque é baseada em comportamentos aprendidos na infância. Ao longo do nosso crescimento, quase todos já não ouvimos frases tais como "você não pode fazer isto porque é mulher", ou ainda no trânsito "só podia ser uma mulher...!". Por meio dessas frases, é definido o lugar social da mulher, lugar em que ela é colocada como: incapaz, inferior, sem inteligência, entre outros atributos desvalorizantes. O paradoxal é que, o preconceito estigmatizante na condição feminina, muitas vezes, é passado por uma outra mulher, em geral a pessoa responsável pela educação, a própria mãe. Ela, também, portadora dos preconceitos inerentes a uma cultura paternalista - que implementa um discurso e atitudes machistas - tanto no modo de agir com as filhas, quanto transmitindo, o seu sentir desvalorizada.

Assim, as mulheres, sujeitos de nosso estudo, se apresentam comumente a nós, "estranhos" pesquisadores, como donas de casa, como aquelas que ajudam ao companheiro (marido) nas tarefas do lote e nas atividades coletivas, mas que assumem, quase sempre, sozinhas as atividades da casa. Porém, a partir de um contato mais íntimo, essa representação tende a desaparecer, sendo substituída pela apresentação de sujeitos criativos, de mulheres lutadoras e questionadoras, mulheres em busca de seu próprio espaço.

O performer do cotidiano não está representando alguém, senão ele próprio, porém esse "eu" só pode ser conhecido se for apresentado. A refletir sobre esta situação, percebemos o desenrolar de uma história preconceituosa e desvalorizante, forjando, uma identidade individual e social marcada de estigmas. Referimo-nos ao estigma como uma marca social que ressoa na vida íntima, chegando muitas vezes a alterar a autopercepção do indivíduo. Erving Goffman (1982) em seu tratado sobre o estigma coloca bem claro ser este, não

somente relacionado a um defeito físico, mas também a uma organização socialmente estereotipada, podendo esta afetar a identidade pessoal.

Mas, vale lembrar que os papéis do cotidiano fora dos palcos são muitos e variados, tais como: performances formais de líderes políticos e religiosos; performances maleáveis de outras profissões e performances "*lights*" de relações informais. Todo comportamento é um comportamento duplamente exercido, feito de combinações de desempenhos anteriores. Ou seja, podemos desempenhar performances diversas nos diferentes "palcos" nos quais transitamos durante a nossa vida. Basta ter em conta o que é de nós esperado em cada um desses espaços.

Por não existir uma rígida separação entre situações de representação e da vida cotidiana, cada pessoa é um performer em potencial, e nas situações corriqueiras há sempre uma performance se apresentando.

Goffman descarta ainda que, da mesma maneira que o público, é importante para a performance artística, também o é para a performance do cotidiano, pois só existimos enquanto "Eu" no momento em que nos relacionamos com o outro. A performance acontece para si, por ter seu fim em si mesma e, para o público, no momento em que este fim é exposto ao outro, ou seja, a performance existe para si e para o outro.

2.4. Michel de Certeau e o cotidiano

Michel de Certeau (2007) observa que no cotidiano das sociedades se estabelece um movimento de resistências que por sua vez produzem micro-liberdades na vida do homem comum. Essas resistências conseguem se realizar por intermédio de maneiras de fazer insuspeitas, que, à primeira vista, parecem obedecer a uma ordem, quando na realidade subvertem-na para construir um modelo que se acomode as suas características de vida.

Em Certeau (2007, p. 45) observamos o engendramento das novas experiências em meio à ordem ou sistema e suas funções preestabelecidas, ou seja, naquilo que pode ser visto como "as astúcias de interesses outros e de desejos que não são nem determinados nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem.

Tal percepção pode ser resumida em uma frase de Michel de Certeau, que se constitui em sua posição, que além de teórico-metodológica, é uma posição ética e política: "Sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas" (CERTEAU, 2007, p. 19).

Ainda, no livro *A invenção do cotidiano* (2007), há o reconhecimento da capacidade que existe na ação ou prática do Homem Ordinário (ou homem comum) que, com seu modo

de ser de astúcias, diante das estratégias (ações próprias do dominador), recria, no cotidiano, práticas de vida, deixando desvelar desse modo seus desejos e seus sonhos. Esta situação revela-nos seres não passivos, seres críticos, seres abusados, seres criativos.

Em sua sociologia do cotidiano Certeau, retoma as idéias de M. Foucault e P. Bourdieu para revisar dois conceitos – a tecnologia do poder e o *habitus* – em busca da compreensão de práticas inventivas (conjunto móvel de operações, técnicas e saberes) feitas pelos sujeitos ordinários no cotidiano.

Segundo Certeau, Foucault acertou ao mostrar que a força do poder está não em sua face maciça, mas em sua capacidade de se multiplicar e se miniaturizar. A microfísica do poder funciona penetrando em todas as esferas da sociedade para que não seja possível localizá-lo com clareza. A análise de Foucault engloba os mecanismos centrais de poder, o disciplinar de corpos, a vigilância, o imperialismo do discurso, deixando de lado outras práticas: os jogos com a ideologia, as rupturas, a resistência.

Ainda dialogando com Foucault, Certeau afirma que

toda a problemática nova, de modo diferente mostrada e interrogada por esse autor (Foucault), também vai privilegiar o aparelho produtor (da disciplina), ainda que, na 'educação', ela ponha em evidência o sistema de uma 'repressão' e mostre como, por trás dos bastidores, tecnologias mudas determinam ou curtam-circuitam as encenações institucionais (CERTEAU, 2007, p. 41).

Devemos considerar que na sociedade capitalista moderna, o homem está o tempo todo sujeito à influência de alguma instituição. Todo seu tempo, toda sua vida é mais ou menos regulada por elementos alheios à sua vontade, que pode apenas manifestar-se na medida em que quadros institucionais maiores e mais fortes assim o permitem.

Ao acordar, o homem está vinculado à sua família. No caminho para o trabalho, serve-se de transportes públicos, regulados pelo Estado, ou particulares – do qual deve prestar contas ao Estado. No trabalho, sua instituição profissional dota-o de regras, horários, práticas mais ou menos legítimas e deixa clara sua posição específica no campo, bem como as estratégias de ação.

É por este motivo que Certeau (2007) entende ser importante buscar saber outra coisa, sobre o que afirma:

se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da 'vigilância', mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que 'maneiras de fazer' formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou 'dominados?'), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política (CERTEAU, 2007, p. 41).

Considerando que o cotidiano é sempre o cotidiano-com-os-outros, já que não o vivemos sozinhos e isolados; a vida cotidiana apresenta-se como “um mundo intersubjetivo”, como nos propõe Berger e Luckman (2002), “um mundo de que participo juntamente com outros homens”. Daí a tese de Garfinkel de que o cotidiano é também sempre organizado. Essa afirmação corrobora com outra de Certeau (2007), que aponta para a existência de regras, de uma lógica entre as práticas cotidianas e corriqueiras.

A linguagem, o conhecimento, a temporalidade e a espacialidade atribuídas à realidade da vida cotidiana num só tempo é que a fazem compreensível (como norma ou como ordem) e comum (todos participam dela). Não quer dizer isto que o cotidiano institui uma regra absoluta, mas que nossas construções individuais dialogam com as construções daqueles com quem convivemos. Somos então levados mais uma vez à percepção de conflitos e impasses quanto à ordem do cotidiano.

Já o *habitus* de Bourdieu corresponde ao adquirido, ao que impede a mobilidade, ao que leva à reprodução totalizante do sistema social, esquecendo-se também de sutis táticas, jogos singulares, inversões, esboçadas por ele mesmo no estudo sobre a Kabília. Certeau retoma e revisa esses conceitos mostrando que nos conflitos cotidianos há alguns mais fortes, dotados de terreno institucional, e muitos outros desprovidos de terreno próprio, mas ainda detentores do tempo, que, usado com astúcia, intervêm no espaço. Essas pequenas habilidades seriam usadas de maneira quase invisível, como ferramentas de caça em locais não autorizados, sob a forma de ação, táticas, práticas, sem possuírem um saber discursivo sobre elas.

As idéias de Certeau se baseiam, fundamentalmente, na capacidade de inventividade e criatividade próprias ao ser humano a partir da relação entre consumidores e mecanismo de produção, tendo como pano de fundo a distinção entre dois usos de práticas, estratégias e táticas, ou seja, o modo de proceder da criatividade humana.

Nesse aspecto, esses modos de proceder, essas astúcias, compõem, no limite, a rede do que Certeau chama de antidisiplina. Assim compreendidos, podemos afirmar que não somos mero reprodutores das estruturas, o cotidiano se inventa com mil maneiras de fazer. A “fabricação” do cotidiano é uma produção, uma criação, uma poética – mas escondida, porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelo sistema de produção dominante (CERTEAU, 2007).

As noções de *estratégia* e *tática* constituem o instrumental teórico de Michel de Certeau nas análises sobre as práticas cotidianas, à medida que procura nessas duas noções as

relações de força existentes na sociedade, no que tange as produções ditadas pelos dominantes, e as produções realizadas pelos dominados.

O conceito de *estratégia* para Certeau (2007), é definida como o

[...] cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e, portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. (CERTEAU, 2007, p. 46).

Paralelamente e em contraposição ao conceito de estratégia, o conceito de tática é definido por Certeau (2007), como:

[...] um cálculo que não pode contar com um próprio nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem aprendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. (CERTEAU 2007, p. 46).

O olhar analítico das táticas deve, segundo Certeau, voltar-se a elas mesmas; a percepção dessas práticas se dá no que elas mesmas se caracterizam – um momento oportuno, o uso de máscaras e metáforas e a invisibilidade.

Concordamos com Brandt (2007) quando o mesmo indica que, para Michel de Certeau, as táticas ocorrem no terreno inimigo, só tendo por lugar “o do outro”. Assim esta deve, a seu ver, jogar com o terreno que lhe é imposto, tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma à distância, numa posição recuada de previsão e de convocação própria: a tática é o movimento no âmbito do campo de visão do oponente e no espaço por ele controlado.

A tática aproveita-se de cada situação, opera “golpe por golpe, lance por lance”, tendo que utilizar, de forma prudente, as falhas que as conjunturas particulares vão franqueando, criando surpresas, estando onde ninguém espera. É a astúcia.

A tática é, portanto, a arte do mais fraco e, é exercida na espreita, aguardando o momento certo para agir nos espaços da ordem dominante, exatamente ao contrário da estratégia.

Segundo Certeau há uma lógica nas astúcias, das práticas dos sujeitos quando os mesmos colocam em andamento suas táticas. Tais práticas colocam em jogo um saber popular, uma maneira de pensar investida em uma maneira de agir, uma arte indissociável de uma arte de utilizar. “São tática do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do

forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas”. (CERTEAU, 2007, p. 45).

Certeau procura mostrar como o cotidiano é tecido de numerosos gestos e ações, de relações com o espaço e o tempo, de usos de linguagem que geram variadas representações, temporalidades. Por estes modos de fazer, como os chamou, os diversos sujeitos sociais e particularmente as camadas oprimidas e exploradas inventam um cotidiano onde podem ser desenhadas estratégias e implementadas táticas que os incluem na condição de protagonistas-chaves do jogo social.

A teoria das práticas cotidianas, formulada por Michel de Certeau, se faz presente nessa pesquisa, para mostrar que o cotidiano não é estaque tal qual o sistema dominante apresenta, e sim, constituído de múltiplas alternativas que os indivíduos dominados utilizam para subverter a “ordem” imposta pelos detentores do “poder”.

Assim, a partir do exposto acima, deixamos claro que neste trabalho compartilhamos com o significado de cotidiano de Certeau (2007), percebendo-o como construção poética. Não o entendemos como rotina ou acomodação; mas como invenção, como um fabricar, um criar, através do qual os indivíduos, comumente vistos como pacatos consumidores, sorrateiramente, não se deixam sucumbir a condição de passivos e docilizados.

O cotidiano se constrói nas entrelinhas das repetições diárias, porém, cada repetição, surge como criação ao mesmo tempo única e plural. Para que possamos entendê-lo, faz-se necessário atentar para as multiplicidades de significações que se constroem em rede e perceber que cada dia nos remete a uma nova construção (ALVES ET AL., 1999).

Sempre de olho nessas duas posições (estratégias e táticas), nesse jogo cotidiano de negociação, partimos para buscar o significado das práticas das mulheres que compõem nosso objeto de pesquisa, envolvidas que estão na luta às vezes silenciosa por legitimidade.

2.5. A relevância do cotidiano nas relações de gênero

Um recorte importante a fazer quando falamos de relações de gênero e/ou de movimentos feministas é o do cotidiano, enquanto um espaço e tempo do social em que é possível inventar e recriar o social. Uma esfera que se pode preencher com criatividade e outras possibilidades.

O cotidiano seria, assim, uma trama tecida pela individualidade, isto é, por um sujeito que nem é vontade absoluta, nem indivíduo atomizado, nem coletivo amorfo. É um espaço/tempo social, onde todas/os e cada um tecem os pontos, com a sua existência, para compor a

teia e a trama das relações sociais de classe, de gênero, de raça e geração, todas transversalizadas pela mediação do poder. Desde a antiguidade Clássica (Roma), as mulheres são apresentadas sempre vinculadas a um elemento masculino que as conduz em suas ações mais cotidianas. O estudo das mulheres na Antigüidade Clássica é moldado sob os parâmetros da submissão. As relações e ações femininas são banalizadas ao extremo. Esta tradição apoia-se em uma aceitação unívoca da idéia de autoridade do *pater familias* como realidade concreta da vida familiar. De fato, segundo várias pesquisas historiográficas (entre as quais as realizadas por Paul Veyne, M. I. Finley, E Aline Rousselle), os homens reprimiam suas mulheres com tanto êxito, que elas não chegavam a ter qualquer tipo de estratégia que extrapolassem os limites dos costumes patriarcais. Com base em tal argumento para Finley (1991), é inconcebível uma mulher que utilizasse táticas de afirmação social em um universo tão restrito. Contudo, acreditamos que esse tipo de abordagem é, em si, pouco fundamentada na realidade vivida, e que tal visão se deriva da aceitação do que rezam as normas legais, desse período, como retrato da realidade^{12 13}.

O cotidiano das mulheres se entrelaça com o espaço doméstico e com o corpo enquanto representação social de lugar de moradia, de casa. É, portanto, sobre esses lugares de onde as mulheres resgatam suas falas, que têm uma experiência e uma vivência marcada por relações de classe, de gênero, de raça e de geração com atributos diversificados e caráter de representação política emergentes, que as mulheres feministas construíram um contra discurso de poder.

É dessa maneira que o cotidiano passa a ser um espaço político, preenchido pelas necessidades e interesses das próprias mulheres. São práticas sociais de sexo que vão sendo adquiridas por força de uma *praxis* social das mulheres. (OLIVEIRA, 2005).

As táticas de resistência que as mulheres inventam e constroem no seu dia-a-dia significam, na realidade, táticas de “empoderamento”. Entendido, o “empoderamento”, como as feministas o utilizaram, ou seja, é a contribuição para que a mudança nas relações entre homens e mulheres vá acompanhada de transformações na linguagem, refletindo novas construções e imaginários sociais (LEON, 1993).

¹² Para maiores detalhes ver: VEYNE, P. A casa e seus libertos. In: _____. *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.; _____. *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.; _____. *La société romaine*. Paris: Éditions du Seuil, 1978. ; ROUSSELE, A. A política dos corpos: entre a procriação e continência em Roma. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres (antigüidade)*. Porto: Afrontamento, 1990.; _____. *Pornéia: sexualidade e amor no mundo antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. e; FINLEY, M. I. As silenciosas mulheres de Roma. In: FINLEY, M. I. *Aspectos da antigüidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

¹³ A pesar de estarmos nos referindo ao período clássico, mais especificamente a sociedade romana, essa realidade pode também ser estendida a outras sociedades e outros tempos históricos.

Ao voltar às atenções para as mulheres da zona canavieira pernambucana, inspiramos-nos nas idéias de Perrot (1988, p. 167-184) que lembra que, no Ocidente contemporâneo, as mulheres têm poderes e, por conseguinte, não são apenas excluídas perenes, nem coitadinhas. Segundo a autora, elas também podem ser vistas para além da representação dominante de donas de casa insignificantes, negligenciadas e negligenciáveis, oprimidas e humilhadas, ou ainda, de suas virtudes, como a intuição, que na perspectiva de Darwin (citado por Galeano, 1999, p. 70), "(...) eram virtudes características das raças inferiores".

Esta imagem da mulher pode ser, como diz Perrot (1988, p. 184), substituída pela “mulher popular rebelde”, ativa e resistente, guardiã das subsistências, administradora do orçamento familiar, a espinha dorsal, coração e a cabeça de onde emanam sensibilidade, afeto, zelo. Elas investem no privado, no familiar, no social e na sociedade civil, tendo um papel determinante no imaginário dos homens, preenchendo, dessa forma, suas noites e ocupando seus sonhos, nos quais ela ainda é considerada para muitos como o *sexo frágil*. Em contrapartida, as pesquisas feministas vêm repensando sobre o poder das mulheres, mostrando a vontade que elas têm de superar o discurso miserabilista da opressão e da fragilidade, visando a subverter o ponto de vista da dominação e desconstruir essas relações sociais milenares que oprimem a mulher nos espaços privado e público, urbano e rural. Tais pesquisas mostram, portanto, o outro lado da moeda, isto é, a presença e a ação da mulher, a plenitude de seus papéis, a coerência de sua cultura e a existência de seus poderes.

As experiências pessoais da opressão são sustentadas por uma organização patriarcal de cunho político e as táticas de poder e de controle usadas em relação às mulheres também são usadas para sustentar o racismo, o classismo, a exclusão de idosos e outras formas de opressão grupais (GROSSI; AGUINSKI, 2001).

É exatamente essa organização patriarcal que coage as mulheres a se apresentarem diante de outros, agindo de acordo com o que esses outros esperam delas. Algumas vezes, tais ações vão ser calculadas de forma consciente ou inconsciente. Outras vezes, elas apenas expressarão...

...intencional e conscientemente de determinada forma, mas, principalmente, porque a tradição de seu grupo ou posição social requer este tipo de expressão, e não por causa de qualquer resposta particular (que não a de vaga aceitação ou aprovação), que provavelmente seja despertada naqueles que foram impressionados pela expressão. (GOFFMAN, 2002, p. 15).

Apesar da opressão sofrida na sociedade as mulheres, assim como outros grupos em situação de exclusão, podem desenvolver capacidade de resistência, ou seja, habilidade de perceber além das pretensões hegemônicas de mistificação e de confusão. Essa capacidade

inclui a visão dual, ou o duplo conhecimento, que permite às mulheres operarem de um modo pluralista, no qual nada é desacreditado; o bem, o mal, o feio, nada é rejeitado, nada é abandonado. (GROSSI; AGUINSKI, 2001).

A experiência das mulheres contém sempre a de outras mulheres e essa experiência vem sendo transmitida oralmente por gestos, olhares e narrativas. As mulheres foram e são construídas com palavras. Nesse processo de construção identitária, a imaginação e a justiça são instrumentos possibilitadores de narrativas – “a pequena história pessoal é parte de uma grande história. Esse é um dos principais caminhos por meio do qual uma pessoa elabora e assimila significados, constrói sua identidade e descobre quem ela é” (EGGERT, 2002).

São muitas as táticas e estratégias presentes no cotidiano das mulheres, pois elas estão a todo o momento vivendo relações de poder. São imbuídas desse poder que as mulheres, em um momento específico de suas vidas, enfrentaram inúmeras adversidades e, a partir de seus limites e possibilidades, tomaram decisões que afetaram a rotina de sua vida familiar, mas, sobretudo, as que mudaram definitivamente suas vidas.

Michel de Certeau, ao escrever sobre o cotidiano e, sobre o chamado por ele, de “jogo de palavras”, ajuda a desvendar o que essas mulheres dizem, especialmente ao afirmar:

[...] Trata-se de um saber não sabido. Há, nas práticas, um estatuto análogo àquele que se atribui às fábulas ou aos mitos, como os dizeres de conhecimentos que não se conhecem a si mesmos. Tanto num caso como no outro, trata-se de um saber sobre os quais os sujeitos não refletem. Dele dão testemunho sem poderem se apropriar deles. São afinal os locatários e não os proprietários do seu próprio saber-fazer. (CERTEAU, 2007, p. 143).

As mulheres participantes desta pesquisa estão em busca de alguns interesses em comum e utilizam-se, muitas vezes, de táticas muito parecidas a fim de construírem suas histórias, porém mesmo que o cenário se assemelhe, cada uma delas vai dar um sentido muito próprio para aquilo que foi vivido.

É possível perceber que, com o decorrer da história, permanências e discontinuidades vão provocando novas práticas sociais e culturais, e que homens e mulheres, na maioria das vezes, sentem necessidade de reverem suas práticas. Assim, como foi possível perceber, na área em estudo, que um grupo de mulheres assentadas está quebrando representações e vivenciando novas práticas sociais.

Ressaltamos que é preciso superar a idéia do poder feminino como uma guerra sexista entre mulheres e homens, meninos e meninas, pois "(...) na história e no presente, a questão do poder está no centro das relações entre homens e mulheres" (PERROT, 1988, p. 184), do mesmo modo que nas relações entre homens e homens, mulheres e mulheres.

3. Agricultura familiar

Pesquisas recentes mostram que a vida do agricultor passa, atualmente, por grandes modificações, não apenas econômicas, mas também sociais. A atividade econômica agrícola é explorada por grupos heterogêneos de produtores rurais. No Brasil, de acordo com estudo realizado pela FAO/INCRA (1994), os produtores rurais estão inseridos em dois modelos gerais, o da agricultura patronal e o da agricultura familiar. Tais modelos possuem características diferenciadas quanto à direção e execução do processo produtivo, à utilização do trabalho assalariado, ao tamanho da área utilizada para a produção e às culturas adotadas.

No momento atual, muitos agricultores familiares trabalham de forma pluriativa, variando as tarefas dentro e fora da unidade doméstica, agrícolas e não agrícolas e entre os membros da família, porém isso não deveria surpreender tanto, uma vez que se trata de uma característica tradicional da agricultura de pequeno porte.

É exatamente essa alta flexibilidade de adaptação a diferentes processos de produção e de geração de renda que tornaram a agricultura familiar um elemento fundamental da modernização agrícola e, particularmente, de certas cadeias agroindustriais.

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar também vem ganhando força, impulsionada pelos debates embasados no desenvolvimento sustentável e também na geração de emprego e de renda e na segurança alimentar. Ao determos nosso olhar sob essa forma de organização da produção, esperamos contribuir para o resgate da dívida social com ela, tendo em vista que esta sempre foi preterida pelos demais modelos de produção agrícola. Quando se aponta para a agricultura familiar como protagonista principal dos novos modelos de desenvolvimento, baseados na sustentabilidade, pretende-se reforçar a necessidade da distribuição de renda, da desconcentração da riqueza produzida, e da busca por uma sociedade plenamente cidadã e democrática. (PRONAF, 2002).

Salientamos ainda que a produção agrícola é sempre, em maior ou menor escala, assegurada pela exploração familiar. Segundo Guanzirolí et al (2001), o produtor familiar não possui um único padrão cultural, social e econômico, mas difere entre si intensamente. Seria necessário estudá-lo em suas várias formas, o que, infelizmente não será de todo possível neste trabalho, assim nos limitaremos a apresentar algumas considerações ao seu respeito.

Em resumo podemos dizer que a unidade de produção familiar na agricultura é conduzida por princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente das demais

unidades de produção. De acordo com esses princípios, a força de trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é a do próprio proprietário dos meios de produção (WANDERLEY, 1998) e de seus familiares, ou seja, a unidade familiar de produção não se organiza sobre a base de extração e apropriação do trabalho alheio.

É exatamente o caráter familiar da produção um dos principais fatores de organização da unidade econômica camponesa, sendo a mão-de-obra o elemento mais importante de organização de qualquer processo produtivo no seu âmbito.

Mendras (1978) acrescenta que o trabalho da família camponesa não é remunerado, pois esta se constitui, essencialmente, em uma comunidade na qual cada integrante contribui com sua força de trabalho para garantir a subsistência de todos sem que este¹⁴ seja contabilizado. Ressaltamos que, em determinadas situações, muito comuns nos dias atuais, os membros do grupo doméstico também contribuem com ingressos adquiridos em trabalhos realizados fora do âmbito familiar para a manutenção da unidade familiar de produção. De acordo com Chayanov, “a renda familiar” é um todo indivisível, sendo resultado de um processo de reprodução da unidade de produção familiar, que se distingue sobremaneira da empresa capitalista.

Da centralidade da família, como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade tanto quanto definidora das necessidades de consumo, decorre a importância que assume a evolução de sua composição, como elemento-chave do próprio processo de transformação interna da unidade família/estabelecimento, o que Chayanov denominou de “diferenciação demográfica (WANDERLEY, 1999, p. 29)”.

Para Mendras (1978), o campesinato é definido a partir do grupo doméstico, e para o entendimento do camponês, é necessário antes de tudo entender a família camponesa¹⁵, pois constitui uma unidade indissociável e conta, ao mesmo tempo, com os braços que trabalham e as bocas a serem alimentadas. Por ser a terra o maior patrimônio da família, a maior preocupação do camponês está na perpetuação do sistema, na manutenção do seu modo de vida e na sua reprodução social.

¹⁴ Para Mendras (1978: 48), “a unidade indissolúvel do grupo doméstico e de seus membros, que são ao mesmo tempo produtores e consumidores, e o fato de que a terra, do ponto de vista da economia do grupo, é um meio de vida e não um capital que deva ser rentabilizado fazem com que o sistema econômico camponês não possa ser analisado nos termos da economia industrial: não se pode isolar de forma significativa, nem salários, nem capital, nem remuneração do capital, nem lucro. As únicas noções operatórias são o patrimônio, o produto final bruto, o tributo e a produção não consumida que pode ser poupada”.

¹⁵ A unidade de produção é um grupo familiar em que os membros estão ligados por laços de parentesco biológico ou simbólico, um grupo que se constitui e se renova, baseado nas relações familiares (LAMARCHE, 1993).

De acordo com Wanderley e Mutzemberg (2006) a unidade de produção familiar possui uma particular relação de solidariedade interna¹⁶, mas, ao mesmo tempo, de subordinação dos seus membros aos objetivos familiares comuns e à autoridade paterna. Tal subordinação se deve ao fato da unidade familiar se constituir uma unidade de produção que abarca, as relações pais-filhos-irmãos-outros parentes. Observa-se que em, quase, todas as famílias, o pai assume o papel de chefe do estabelecimento produtivo, sendo o responsável pela direção das atividades de todos os demais membros da família¹⁷ e pela constituição e permanência do patrimônio familiar (WANDERLEY; MUTZEMBERG, 2006). Porém os referidos autores ressaltam que,

a referência aos laços de solidariedade não impede, naturalmente, de reconhecer que as relações familiares podem se constituir, igualmente, como fonte de profundos conflitos, frutos freqüentemente do caráter autoritário do poder paterno, da atribuição desigual de oportunidades presentes e futuras e de disputas patrimoniais, qualquer que seja a dimensão das posses familiares. (WANDERLEY; MUTZEMBERG, 2006, p. 41).

3.1. Agricultura Familiar na realidade Brasileira

A produção agrícola com base no trabalho familiar está presente em toda a história econômica do Brasil. Sua importância, vinda de longa data, não deixou de ser expressiva, e continua a ser a base de sobrevivência de muitas unidades produtivas, mesmo após a década de 60, quando a modernização capitalista da agricultura brasileira sofreu enorme impulso, como consequência de vários fatores: a modernização do complexo agroindustrial; a intensa urbanização e a maior integração e diversificação das exportações agrícolas; a política de crédito rural, articulando interesses rurais e urbanos em torno de projetos de cunho modernizante. (KAGEYAMA; SILVA, 1986).

¹⁶ Segundo Scott (2006) ao tratar da solidariedade no âmbito do conhecimento sobre as famílias, e na família rural camponesa a união entre seus membros é mais fortemente ressaltada.

¹⁷ A família é, também, uma comunidade de interesses. Seus membros estão comprometidos com a realização de objetivos comuns, definidos primordialmente em função da constituição e reprodução do patrimônio familiar, para a realização dos quais definem estratégias, sob a autoridade paterna, que comanda a divisão interna do trabalho. Estas estratégias são concebidas em função do momento presente e da previsão do futuro, assegurando a reprodução das gerações vindouras, através dos sistemas de herança e de transmissão patrimonial. A expectativa comum é de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, posa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc. são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações. (WANDERLEY, 1999)

Ressaltamos que, no Brasil, a agricultura familiar conhece uma marginalização histórica considerável, e que o fato de ter sido, durante muito tempo, relegada a segundo plano, ou mesmo esquecida pelas políticas públicas, contribuiu, segundo Wanderley (1997), para que, fosse tida como um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, como forma social específica de produção quando comparada ao campesinato de outros países.

Tal fato pode ser observado desde a época da colonização, cujo modelo de propriedade agrícola era baseado na grande exploração monocultural de exportação, por serem os recursos priorizados para o favorecimento desta. (WANDERLEY, 1999). Apesar disso a exploração familiar esteve presente, praticamente, em qualquer região onde existiu a grande propriedade como forma predominante de trabalho.

A conseqüência dessa desigualdade repercutiu diretamente na agricultura familiar e na sua base fundiária, a pequena propriedade. Durante muito tempo, a agricultura familiar foi vista como sinônimo de pobreza e de subdesenvolvimento, e o homem do campo, agricultor familiar, considerado pouco inteligente e incapaz de tomar decisões eficazes no gerenciamento de seu negócio.

Segundo Wanderley (1999), os agricultores familiares são portadores de uma tradição, tanto no trabalho com a terra, quanto em seu modo de vida¹⁸. Tal tradição inclui aspectos, tais como: uma relativa autonomia e uma organização familiar que compreende, entre outros: o trabalho da família na propriedade; a produção de alimentos para consumo próprio; a produção destinada ao mercado; além de uma forma de sociabilidade centrada nas comunidades rurais.

Assim a agricultura familiar é entendida, neste estudo, como aquela que combina a propriedade da terra com uma mão-de-obra familiar, e que se organiza, em torno *da e para* a família, por uma lógica que reúne saberes e valores que asseguram a reprodução da unidade familiar e da produção e a permanência do patrimônio. (TEDESCO, 1999)

Wanderley destaca que:

“[...] caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente “ (WANDERLEY, 1996, p. 2).

¹⁸ Para todos os efeitos “modo de vida” aqui é conceituado como “um espaço de articulação de práticas, valores e tradições, construções de novos laços sociais, de mecanismos de decisão política”. (FERRANTE, 2000:2)

A terra tem um significado especial para os camponeses, de tal modo que, mesmo havendo a possibilidade de se manter, de progredir, em grande parte, através, do exercício de atividades não agrícolas fora da unidade doméstica, eles não se desligam da propriedade familiar, pois, ainda que afirmem renda fora dela, a terra não perde seu sentido, continua sendo a base do patrimônio familiar sobre a qual se constrói a família e o trabalho.

Refletir sobre a agricultura familiar significa atuar em dois campos de análise paralelos. De um lado, há a dimensão das relações intrafamiliares, como o parentesco, as relações de gênero, a hierarquia doméstica e a herança. A outra se refere ao contexto no qual a família interage com o restante da sociedade. Quanto mais a agricultura familiar vai se inserindo na divisão social do trabalho, mais essa dimensão isolada e relativamente autárquica do modo de vida vai se transformando, vai perdendo a sua autonomia perante a sociedade na sua inteireza. Isso não significa, porém, que essa unidade esteja em processo de desaparecimento por completo.

Tal posição é ratificada por Jollivet, citado por Wanderley (1999), ao afirmar que a agricultura camponesa, inserindo-se no interior do modo de produção capitalista, sob a ótica do capital, reproduz-se através do “duplo processo de conservação-dissolução”. O autor chama ainda a atenção para um importante movimento da relação entre o agricultor familiar e o domínio do grande capital. Dialeticamente, se o avanço do capital, no campo quebra relativamente o *modus vivendi* do camponês, centrado nos costumes, na tradição campesina, por outro lado, a incapacidade de o capital atuar em certos setores permite a reprodução de certas atividades campesinas como complementares no processo de produção no meio rural, para a reprodução do capital. Esse fato também é observado nos últimos anos, no Brasil, a partir de uma certa revitalização da agricultura familiar, principalmente gerada pela nova atenção dada a ela no cenário político-econômico.

A produção agrícola com base no trabalho familiar está presente em toda a nossa história econômica. Sua importância sempre foi expressiva, continuando, ainda hoje, a ser a base da sobrevivência de muitas unidades produtivas.

As históricas restrições ao funcionamento da agricultura familiar no Brasil, entre as quais se pode destacar o já mencionado acesso à terra, ou ainda, a fragilidade no acesso a recursos financeiros, além do modelo de modernização conservador a que foi submetida (WANDERLEY, 1999), não têm impedido que ela venha sendo considerada um setor de grande importância social e econômica para o país, por diversos autores tais como, Abramovay, Schneider, Mattei, Veiga, Guanzirolí.

No princípio dos anos 1990, alguns trabalhos¹⁹ se referiam à categoria “agricultura familiar” no debate acadêmico brasileiro demonstrando que a ela é uma forma reconhecida e legitimada, social e politicamente, na maioria dos países desenvolvidos. Desde esse mesmo período, tem-se observado um crescente interesse por esse tipo de produção o qual se materializou em políticas públicas, como a criação do MDA e do PRONAF, além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados.

A agricultura familiar é de grande importância para essa revalorização do meio rural, uma vez que tem demonstrado ser possível unir a eficiência econômica com a “eficiência social” (GUANZIROLI, [ET AL], 2001), contribuindo para construção de melhores condições de vida (MARQUES, 2002), pois incorpora, em sua gênese, atributos cuja natureza envolve a adesão a valores éticos e morais. Ela também está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território em relação à agricultura patronal, normalmente vinculada à monocultura, que gera grandes espaços vazios populacionais.

O modelo patronal é reconhecido como detentor de forte caráter de concentração de renda e exclusão social, seja pela pouca quantidade de trabalhadores envolvidos, seja pela primazia do lucro sobre a pessoa humana, própria da lógica empresarial, seja pela dinâmica de especialização em monoculturas e suas tendências de redução de utilização de mão-de-obra.

Já a agricultura familiar possui uma sociabilidade diferenciada e pode ser entendida a partir da reciprocidade, da solidariedade e do interconhecimento que se dá na vida cotidiana e da comunidade à qual os camponeses pertencem.

Wanderley (1998, p. 48) sugere que a agricultura familiar pode, finalmente, tornar o setor agrícola efetivamente eficiente, “superando definitivamente o peso histórico de sua tradição extensiva e desperdiçadora de terras” quando priorizou o modelo patronal.

Deve-se ter claro, como já foi mencionado antes, que a agricultura familiar não é um segmento homogêneo, mas um universo extremamente diversificado em sua composição. Apesar de a lógica de reprodução das unidades de produção familiar ser essencialmente a mesma, o nível em que opera essa lógica, as expectativas e a própria dinâmica subjacente às práticas adotadas pelas famílias rurais revelam diferenças marcantes. É em decorrência das

¹⁹ Podemos destacar as pesquisas desenvolvidas pelo INCRA/FAO, a partir das quais foi realizado um amplo mapeamento da agricultura no Brasil e que revelaram uma realidade bem mais heterogênea e bastante diferente do que parte dos acadêmicos e políticos pensavam existir (MICELI, 2005).

capacidades de adaptação às situações próprias de cada uma delas – por exemplo: lugar, clima, cultura, tamanho da família e da propriedade - é que tais unidades vão definir as suas estratégias de produção e reprodução.

Entre tais práticas, pode-se citar a expansão de unidades familiares pluriativas²⁰, visto que a incorporação de atividades não-agrícolas aparece para o agricultor familiar como alternativa econômica e social para o incremento da renda, e constitui-se em um dos mecanismos que podem assegurar a permanência dessas famílias na agricultura e no meio rural (CARNEIRO, 1998). Dentre outros mecanismos, pode-se citar o incremento da renda familiar, por meio das chamadas rendas não agrícolas (pensões, aluguéis, aposentadorias, etc.) (KAGEYAMA, 2001).

Não podemos, porém, deixar de assinalar as dificuldades que os produtores familiares enfrentam: menores indicadores de escolaridade, dificuldade de acesso à energia elétrica e aos meios de comunicação, descompensada forma de acesso à terra, falta de investimentos em infra-estrutura no meio rural. Também devemos ter em consideração, como argumenta Wanderley e Mutzemberg (2006), que:

a profissão de agricultor não se limita às atividades de plantar e colher que se realizam no interior do estabelecimento. Cada vez mais, nas sociedades modernas, o agricultor é “polivalente”, assumindo, entre outras, tarefas de beneficiamento, embalagem, e comercialização, que podem ampliar sua margem de apropriação dos resultados da produção. (WANDERLEY; MUTZEMBERG, 2006, p. 61)

A agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos, base de 90% dos municípios brasileiros, responde por 35% do PIB nacional, abrigando 40% da população economicamente ativa, mantendo emprego de milhões de brasileiros (ROSA COUTO, 1999).

De acordo com dados de 2007, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a agricultura familiar responde, no Brasil, por sete de cada dez empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola. Atualmente, cerca de 35% dos alimentos que compõem a cesta alimentar, distribuída pela CONAB, originam-se da agricultura familiar, e a maior parte vem das pequenas propriedades.

A estreita relação entre produção e reprodução na agricultura de base familiar faz a família surgir como elemento central das atividades e dos benefícios processados no espaço

²⁰ De acordo com SCHNEIDER (2003:101) “essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.”

da produção. Entender como essa família se organiza, possibilita a compreensão dos aspectos que caracterizam a agricultura familiar, e a partir disto constatar-se que o que existe, nesse âmbito, é na realidade um modo de vida, e não apenas uma forma de organização para produzir (DORDELLY; BUARQUE; GARCIA, 2002).

A agricultura familiar, como unidade produtiva, é complexa, pois abriga as mais diversas relações no seu interior: entre jovens e adultos, pais e filhos, homem e mulher, entre irmãos e, finalmente, entre marido e mulher; envolvendo situações afetivo-sexuais, emocionais, ausentes no cotidiano de outras unidades produtivas. Pessoas e situações múltiplas se apresentam com necessidades diferentes, habilidades diferentes e aspirações diferentes, seja por sua condição biológica, seja por sua condição de gênero, ou seja por sua posição na pirâmide etária.

Alguns estudos, porém, ainda tendem a ver a família a partir da perspectiva do homem, considerado o "chefe da família". Isso faz com que as atividades desenvolvidas pelas mulheres e pelos filhos sejam, em geral, desconsideradas. Nesses estudos, persiste a visão de que os interesses do "chefe de família" expressam com fidelidade os interesses de todos os membros da família e apenas ele decide pela vida de todos, o que não corresponde totalmente à realidade, visto que os demais membros também têm seus próprios projetos de vida²¹ e, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que existem os projetos individuais, a idéia de família, como uma comunidade de interesses, legitima ações, acordos, perdas individuais ou coletivas, e ganhos patrimoniais (TEDESCO, 1999).

Em alguns casos, os projetos individuais das mulheres são difíceis de serem identificados, pois eles, muitas vezes, estão intimamente vinculados ao bem-estar da prole. Na área onde se desenvolve a pesquisa, as mulheres mostram um forte desejo de voltar a estudar, de conhecer coisas novas e de trocar experiências com outras agricultoras que desenvolvem projetos bem sucedidos. Esse desejo deve-se, em grande parte, à necessidade de ter acesso às informações e de não querer depender de pessoas externas (técnicos) aos assentamentos para dar continuidade às atividades de gerenciamento deles. Outro forte estímulo é incentivar os(as) filhos(as) a também terem uma melhor escolarização e, mesmo assim, continuarem trabalhando a terra .

²¹ Nas definições de Schutz (*apud* VELHO, 1987), há uma estreita relação entre projeto de vida e campo de possibilidades. O projeto é pensado como uma conduta organizada para atingir finalidades específicas, o que, por sua vez, não quer dizer que a realização pessoal dependa exclusivamente da vontade do indivíduo. Pelo contrário, deve-se levar em consideração que um projeto se constrói e se realiza dentro de um campo de possibilidades, isto é, deve-se levar em consideração outras dimensões, como o sociocultural (as relações afetivas e de solidariedade, o sentimento de pertencimento à comunidade, e assim por diante), a organização econômica e as políticas públicas onde os indivíduos estão inseridos.

Considerando que “a profunda interação entre família, terra e trabalho sempre definiu, e define ainda hoje, as obrigações, os espaços, o poder, a submissão, os investimentos, a prole, a saída e a permanência de elementos no núcleo familiar” (TEDESCO, 1999, p. 175); que, no âmbito da família, podem existir “conflitos, tensões, aceitações, normatividades, visibilidades e invisibilidades de importância, incorporadas ou ideologicamente expressas em convivências de afirmação, de autoridade e de poder” (TEDESCO, 1999, p. 176), torna-se interessante apresentar as condições e as perspectivas da agricultura familiar, pensada como uma atividade da família e não como uma atividade individual de cada um de seus membros isoladamente, incorporando a análise de gênero como um conceito que incentiva a repensá-la, não mais como um conjunto homogêneo, mas uma situação de convivência entre indivíduos de sexos diferentes que realizam atividades produtivas e reprodutivas, compartilhando um projeto de vida coletivo (OLIVEIRA, 2001; MELO; CAPPELLIN; CASTRO, 1996).

Diante desse enfoque, podemos afirmar que a unidade de produção familiar dos assentados, em estudo, está organizada sobre uma base material constituída pela força de trabalho familiar, pelo acesso à terra e aos meios técnicos de produção. E a relação estabelecida entre a família e seus meios de produção é pessoal, de propriedade ou de posse. Para garanti-los, pagam com a intensidade de seu trabalho. Sua organização interna ainda aparenta ser, em muitos casos, ditada pelo “chefe” da família que dirige e distribui as tarefas, porém já podemos perceber uma sutil e silenciosa mudança nesse comportamento, como veremos a seguir.

3.2. Agricultura familiar e o papel das mulheres nesse contexto

No meio rural, as relações de gênero assimétricas são mais visíveis e se manifestam de forma mais aparente, devido ao forte conservadorismo ainda presente nas famílias e na cultura rural, principalmente ligadas às questões religiosas e de origem ética, as quais constituem valores patriarcais que mantêm a figura masculina em superioridade.

Ao voltarmos nossa atenção para as argumentações de Chayanov (1985), a família é um conjunto de produtores e consumidores centrados em um casal e seus filhos, aos quais podem ser agregados outros membros. Ela seria um grupo doméstico, hierarquizado economicamente a partir de valores culturais. Concordamos com Melo (2002) quando ela afirma que a ideologia da centralidade do pai ou do homem como dono do saber na agricultura familiar nega a existência de outros tipos de famílias, e acrescentamos que tal

ideologia também colabora com a invisibilidade da importância das mulheres no âmbito da agricultura familiar.

Essa invisibilidade pode ser considerada um mecanismo de reprodução das desigualdades criadas com base em sistemas de dominação e de exploração, de modo que as mulheres não são, na realidade, invisíveis, elas são invisibilizadas pelos outros.

“Longe de ser um mero jogo de palavras, atribuir aos outros a incapacidade de enxergar as mulheres muda o sentido da compreensão da realidade e, conseqüentemente, das estratégias para a superação das desigualdades. Não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribuem um lugar menor”. (GOUVEIA, 2003)

Melo (1999) argumenta ainda que a figura do pai, como representação principal da agricultura familiar, reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como o responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”. No geral, essa ideologia existe mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente.

Desse modo, a análise sobre relações de gênero na agricultura nos remete a uma importante discussão sobre o papel culturalmente atribuído à mulher, como mãe e esposa; “responsabilizada” pelas atividades domésticas, em contraste à idéia de simples “ajudante” nas atividades ditas produtivas, muitas vezes compreendidas como prolongamento das atividades domésticas.

As mulheres produtoras rurais sempre trabalharam de forma intensa nas atividades agropecuárias. Baptistella e Francisco (2005) destacam o fato de o trabalho feminino possuir características peculiares, ser polivalente, seu tempo poder ser ajustado segundo as necessidades do momento, inclusive, ultrapassar, até mesmo a barreira da tradicional divisão sexual do trabalho.

É essencial para podermos identificar a desigual distribuição de poder como a base desses diferentes papéis sociais, a análise da divisão sexual do trabalho e o diferente acesso aos recursos. Essa divisão, em essência, consiste na atribuição de determinadas atividades remuneradas ou não, aos homens, e outras às mulheres (YOUNG, 2000).

Segundo Paulilo (1982), a divisão sexual do trabalho está profundamente relacionada com as representações que a sociedade vincula aos homens e às mulheres, por exemplo: o papel provedor - trabalho pesado - aos homens e o trabalho de ajuda – trabalho leve- às mulheres. Paulilo, em um estudo por ela realizado em diferentes regiões do Brasil, aponta que

“(…) a distinção entre trabalho “pesado” feito pelos homens e trabalho “leve” feito pelas mulheres não se devia a uma qualidade do próprio esforço despendido, mas ao

sexo de quem o executava, de tal modo que qualquer trabalho era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse” (PAULILO, 2004, p. 245)

Assim, ao trabalho masculino é atribuído valor e ao da mulher, não, produzindo uma distribuição desigual de poder e do prestígio (PAULILO, 1982). O fato de o trabalho reprodutivo ser considerado improdutivo, não expresso em valores monetários, faz que o tempo e a energia empregados pelas as mulheres da zona rural para a realização deste sejam invisíveis, esquecidos e desvalorizados pela sociedade.

Paulilo (2001) enfatiza que, na década de 70, por influência do marxismo, houve uma preocupação acentuada em se diferenciar “trabalho produtivo” de “trabalho improdutivo”, referindo-se o primeiro a atividades que produzissem mais valia, enquanto o trabalho doméstico seria considerado improdutivo.

As mulheres estão presentes em diversos setores da comunidade rural, dos assentamentos e da unidade familiar de produção – em que praticamente não há separação entre casa e trabalho agrícola, principalmente em momentos nos quais o que está em jogo é a sobrevivência da família, quando nem a idade, nem a gravidez ou até mesmo a existência de filhos em idade tenra, e tampouco o trabalho doméstico impedem-nas de trabalhar na roça e nas demais atividades produtivas, inclusive no trabalho fora da unidade familiar.

Por exemplo, ao observarmos um dia de trabalho comum em uma unidade familiar de produção agrícola, logo percebemos uma seqüência contínua de tarefas desenvolvidas pelas mulheres, tanto relacionadas à reprodução da família, como as vinculadas a atividades ditas produtivas, geradoras de renda. Em geral, a execução de tais tarefas ocorre em um espaço contínuo entre a casa e o quintal e em um *continuum* de tempo, sem predeterminação de jornada de trabalho produtivo²², gerando uma sobre carga de trabalho exaustiva e socialmente desvalorizada. Concordamos com Portella, Silva e Ferreira (2004) quando elas indicam que essa questão se torna ainda mais grave, no momento em que, parte das atividades são desenvolvidas no roçado ou nas atividades vinculadas ao extrativismo vegetal ou animal, por ocorrerem distante da residência, tendo em vista que isso demandaria um maior tempo de deslocamento, além de um maior esforço físico.

²² As autoras citadas ressaltam ainda que a “idéia de jornada com marcação de tempo, como algo que tem início e fim no decorrer de um dia, praticamente não se aplica a esse caso. O tempo de vigília e o tempo de trabalho são praticamente os mesmos, excetuando-se os preciosos momentos de cuidados pessoais e de alimentação. O tempo do trabalho articula a produção e a reprodução e, algumas vezes, inclui o precário acesso aos espaços de participação social, que para as mulheres é quase inteiramente confundido com o trabalho comunitário”. (PORTELLA, SILVA & FERREIRA, 2004:66)

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que as mulheres configuram 47,84% da população rural e que a maioria delas exerce trabalho não remunerado e, por isso mesmo, em muitos casos, não reconhecido como trabalho. Esse é um aspecto que constitui uma forte expressão da falta de reconhecimento do trabalho feminino. No setor agrícola, elas representam aproximadamente 33,73% das ocupações não remuneradas. Maior número de mulheres (46,60%) que de homens (12,00%), no campo, dedica-se à produção voltada para o consumo da família. Destacamos ainda que apenas 9,47% das mulheres estavam empregadas no setor agrícola, em 2006 e que uma quantidade bem inferior (0,80%) desempenha o papel de empregador, contra 36,60% e 4,11% de homens respectivamente.

Raramente os estudos, principalmente sobre o mundo do trabalho, reconhecem o significado social de suas contribuições para a construção dos elementos macro e microsociais da vida cotidiana. Falta ainda o reconhecimento dessas mulheres como produtoras de conhecimento, de cultura, de política, de economia e de história – com base em suas tarefas laborais diversas. (FALCI, 1997, p. 241-242).

Beatriz Heredia e Rosangela Cintrão (2006) ratificam tal posicionamento ao, em um estudo sobre as mudanças ocorridas na situação das mulheres rurais brasileiras nos últimos dez anos, apontarem algumas dificuldades estruturais enfrentadas por essas mulheres, tais como: 1) a precariedade das condições de infra-estrutura vividas no meio rural brasileiro, o que dificulta ainda mais as condições de exercício, por parte das mulheres, das tarefas da casa; 2) as mulheres rurais, na maioria das vezes, não recebem renda própria; os resultados do seu trabalho são somados às receitas da família; 3) a dificuldade, ainda encontrada, em acessar a terra em próprio nome (seja pela herança, seja pela compra no mercado, seja nos processos de assentamento de Reforma Agrária). Elas também salientam que apenas recentemente as mulheres rurais têm sido focadas como público de programas específicos, e que historicamente, as mulheres não as reconhecidas como sujeitos portadores de direitos e capazes de tomar as suas próprias decisões. Os organismos que planejavam e implementavam os programas de desenvolvimento para a zona rural adotavam a ideologia da família como um espaço homogêneo e representado pelo homem (“chefe da família”), o que contribuiu para que as necessidades específicas de cada membro da unidade familiar fossem ignoradas.

Na vida cotidiana, a mulher se ocupa de cozinhar e servir a comida, lavar a roupa, cuidar dos animais, prover a lenha, costurar as roupas, lavar a louça, além de trabalhar na roça sempre acompanhada da prole que é de seu cuidado.

Diante dessa visão, o reconhecimento do pai como o vetor central da unidade agrícola familiar reforça, ainda mais, a desigualdade de gênero e de geração, pois filhos e esposa, também participam das várias etapas do processo produtivo, uma vez que no trabalho da roça não há fatores que sirvam para uma distinção muito nítida de tarefas entre o marido e a mulher, ou seja, os instrumentos, o ritmo ou a intensidade do trabalho pode ser a mesma. A divisão de tarefas é feita de acordo com a necessidade e a idade de cada um, e em alguns casos, se alega que com a força física dos membros da unidade familiar de produção.

A principal atividade feminina, além do cuidado da casa e da prole, é a transformação dos produtos produzidos na propriedade para serem vendidos. Ao marido cabe negociar ou trocar os produtos nas vendas, comprar mercadorias e garantir com seu trabalho fora do sítio, quando houver, o sustento de todo o grupo.

Com relação à região na qual desenvolvemos nossa pesquisa, Silva (2002), nos lembra que, desde a época da escravidão, a presença de mulheres, no processo produtivo da cana-de-açúcar, foi sempre intensa, não só para as trabalhadoras adultas, mas também para as mais jovens, cujo salário era pago ao *grupo familiar* de acordo com o sexo, a idade e a qualidade do trabalho; além disso, era incorporado ao salário do chefe da família. Vale ressaltar que, apesar da inserção de boa parte das mulheres no trabalho da cana, muitas realmente só trabalhavam no eito de acordo com a necessidade das famílias, principalmente em caso de doença ou de morte do “chefe”. Ficava para as mulheres, inclusive para as meninas que ajudavam as mães, o cuidado com o roçado, com a criação de animais e com os demais trabalhos domésticos.

Desse modo, as mulheres sobrecarregam-se bem mais cedo que os meninos e os homens, já que as atividades domésticas, trabalho invisível e não remunerado, é aprendido e executado desde a mais tenra idade e, muitas vezes, de forma desumana, principalmente se levarmos em consideração as horas excessivas do trabalho realizado pelas meninas, tais como: cuidados com a casa e com os irmãos menores, buscar água e lenha a grande distância, cuidar de animais de pequeno porte e ajudar na roça.

Esse contexto da produção agrícola, diferente em diversos momentos, comporta um componente constante - a invisibilidade do trabalho feminino -, ocultamento marcado por várias facetas entre as quais se ressalta a tripla jornada. Nessas diversas fases da ascensão da família, a mulher funciona como um braço invisível para a coesão do grupo e sua reprodução. Os cuidados com a horta, com a “criação” e a labuta na roça constituem-se em uma continuidade do trabalho doméstico. Realizar esse conjunto de atividades é visto como um destino. O quintal e a roça são uma extensão da casa.

No âmbito da agricultura familiar, acredita-se que a mulher atue na condição de ajudante no processo produtivo, pois se tem a visão de que ela só trabalha eventualmente e dedica poucas horas às tarefas ligadas ao setor, uma vez que tem a incumbência dos afazeres domésticos, porém pesquisas desenvolvidas sobre o assunto (FISCHER; MELO, 1996; MELO, 1999) indicam que a maioria das mulheres trabalha na agricultura durante todo o ano, de segunda a domingo, participando de todas as tarefas, diretas e indiretas.

Outro problema vivenciado por muitas mulheres que trabalham na agricultura familiar diz respeito a todos os membros da comunidade, a ausência, ou deficiência da infra-estrutura, em que podemos salientar a ausência de saneamento básico, tendo em vista que isso afeta diretamente o cotidiano das famílias e aumenta consideravelmente a carga de trabalho das mulheres. O problema da infra-estrutura, porém, na zona rural, é bem mais extenso, indo desde o saneamento básico à precariedade das estradas que dificultam o escoamento da produção, passando pela questão da saúde e da educação.

Atualmente, a sobrevivência da família rural torna-se cada vez mais difícil apenas com o que é considerado trabalho, enquanto categoria masculina, a ponto de o trabalho precisar ser reorganizado na propriedade, para que esta sobreviva e não perca seu caráter familiar. Essa reorganização implica uma participação mais efetiva da mulher no trabalho produtivo, seja no cotidiano da unidade de produção familiar, seja de outra forma, ultrapassando as esferas do privado. Como consequência dessa reorganização, e apesar da existência de espaços, trabalhos, responsabilidades e afazeres mais masculinos ou mais femininos, homens e mulheres estão sempre se relacionando, revezando-se e alternando poderes no âmbito da unidade familiar de produção.

Culturalmente toda a organização do processo de trabalho na agricultura familiar é enviesado contra a mulher, demonstrando o caráter patriarcal que caracteriza tradicionalmente a família camponesa. Ainda é defendida por vários autores a idéia de que a esfera de tomada de decisão sobre a unidade familiar de produção e a vida familiar na sua totalidade, o acesso ao mundo público e o controle sobre a renda familiar sejam dominados pelo homem. Esse homem é denominado *chefe de família*, pois realmente chefia uma unidade produtiva que é, ao mesmo tempo, um grupo unido por laços de afeto e/ou de parentesco. (DEERE; LEON, 2002)

Apesar de o homem ser considerado o responsável, na agricultura familiar, pela administração da propriedade, a mulher também tem participação nas decisões, na elaboração de sugestões e de iniciativas de acompanhamento, as quais dão conformidade à relação hierárquica entre os cônjuges. (WOORTMANN, 1985)

Baptistella e Francisco (2005) argumentam, a partir da pesquisa por elas realizada, que as mulheres têm grande poder decisório dentro da propriedade rural, principalmente no que diz respeito a gastos e a investimentos. A pesquisa revelou também que as mulheres têm maior grau de instrução em relação aos homens, e por isso são elas as responsáveis pelo repasse de informações (preços dos insumos, quanto vale o produto da família, etc.) aos seus cônjuges.

Tal afirmativa é corroborada por Brandão (2007) quando menciona:

A própria conversa cotidiana, seja entre vizinhos, amigos e parceiros do trabalho, seja em âmbito familiar (ali onde as opiniões das esposas são bastante mais importantes do que se imagina em geral), versa quase sempre sobre assuntos ligados “à lida” com as plantas e/ou os animais. E, nelas, as questões relativas às estratégias de comercialização local e regional dos excedentes ganham um lugar cada vez mais central. (BRANDÃO, 2007, p. 46-47)

Segundo Tedesco (1999), as mulheres sabem da necessidade e do direito de participarem das decisões, e, quando esse direito lhes é negado, elas tendem a adotar táticas no sentido de fazê-lo valer e de realmente decidirem em família.

Ressaltamos que desconhecer ou subestimar a capacidade produtiva das mulheres é um erro comumente cometido, tanto pelas famílias rurais, quanto pelas próprias mulheres, agricultoras e, principalmente, pelas instituições governamentais. E essa falta de reconhecimento das mulheres como produtoras agrícolas resulta não somente na desvalorização da sua capacidade produtiva, como na sua real integração nos programas de desenvolvimento rural, cujo público-meta são os produtores da agricultura familiar (entenda-se: de ambos os sexos). No entanto, durante muito tempo, tais programas põem claramente em prática a tradicional divisão sexual do trabalho e tendem a não incluir a produtora familiar no rol de seus beneficiários e, quando o fazem, é em menor número e/ou em condições quase especiais.

A mudança nas posições das instituições governamentais se deve, em grande parte, à pressão dos movimentos de mulheres, que vêm, ao longo do tempo, trazendo à tona as questões da desigualdade de gênero, e à área rural, especificamente a invisibilidade de mulher rural produtora agrícola.

3.3. Movimentos sociais de mulheres na agricultura e o novo quadro institucional

Uma vez que a história do feminismo no Brasil remonta a antes do séc. XIX, e dar conta de toda essa história seria impossível. Esta seção abordará a trajetória do movimento de mulheres, sejam populares e/ou feministas nos últimos trinta anos.

A partir da década de 70, novas forças políticas consolidam-se em vários lugares do planeta, inclusive o Brasil, devido à emergência dos movimentos sociais. Os movimentos de mulheres e feministas podem ser citados como exemplo.

A década 70 constituiu um marco para o movimento de mulheres no Brasil, com suas vertentes de movimento feminista, grupos de mulheres pela redemocratização do país e pela melhoria nas condições de vida e de trabalho da população brasileira.

Segundo Arendt (1993) a mulher, ao emergir da esfera privada para reivindicar na esfera pública, também se torna visível na esfera social, em que os limites entre o público e o privado tornam-se confusos. A partir de 1975, quando a ONU declara o início da *Década da Mulher*, e do crescimento expressivo da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, as mulheres alcançam os sindicatos, o que impulsiona a criação de departamentos femininos, percebidos por Pinto (1992) como uma das formas de inserção e de construção de espaços de poder. Nos anos 80, fica claro que não bastava estudar as mulheres, era necessário estudar as relações sociais entre os sexos, passando então os estudos e as organizações a darem ênfase às questões de gênero.

Durante os anos 70 e 80, os movimentos de mulheres mostram a participação delas em vários setores da vida pública, lutando pelos seus direitos e necessidades através de manifestações, denunciando as desigualdades sociais, imputadas às relações de gênero.

Nos anos noventa do século passado, amplia-se o movimento social de mulheres e surgem inúmeras organizações não-governamentais (ONGs), além de uma diversidade e pluralidade de projetos, estratégias, temáticas e de departamentos específicos, para tratar das questões das mulheres e de gênero, no âmbito dos órgãos governamentais. Constatam-se ainda a profissionalização/especialização dessas ONGs e um acelerado processo de institucionalização do movimento de mulheres.

No Brasil, a conexão entre as questões de gênero e a temática agrária revela elementos significativos do panorama histórico em que se insere o Movimento das Mulheres, em meio a um contexto social marcado pela predominância de uma ótica conservadora nas relações sociais, e especialmente na relação entre os diferentes sexos.

Segundo Silva (2006) entre as décadas de 40 e 60, principalmente, as atividades de Extensão Rural “procuraram organizar o mundo social dos agricultores brasileiros a partir de concepções diferenciadas de trabalho na lavoura (masculino) e trabalho doméstico

(mulheres)". Dessa forma, toda uma política de formação de agricultores esteve orientada por princípios de desigualdades sociais.

Em 1974, foi criada, em substituição a ABCAR, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Inicialmente a EMBRATER privilegiou a assistência técnica e, por consequência, o trabalho junto aos agricultores do sexo masculino, considerados responsáveis pelo trabalho produtivo. Porém, a partir das décadas de 80 e 90, suas ações de organização de grupos (clubes de mães, de senhoras e outros) já incorporavam uma perspectiva mais abrangente e incluíam discussões sobre sexualidade e gênero. Muitas críticas foram, e ainda são, feitas a esse trabalho, apontado como de caráter "tutelador". Apesar das críticas sofridas, tais trabalhos contribuíram para que hoje os segmentos organizados das mulheres rurais coloquem-nas de forma distinta da tradicional, ou seja, não mais como participantes subordinadas das unidades familiares, mas como cidadãs que buscam conquistar uma maior autonomia pessoal e profissional, que questionam as relações tradicionais entre os gêneros e, com isso, problematizam a forma como a própria extensão rural as tratou ao longo do tempo.

Pode-se dizer que foi na década de 80, sob influência da ala progressista da Igreja Católica, que as mulheres rurais começaram a participar em número crescente de sindicatos rurais, Movimento de Mulheres Agricultoras e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²³, bem como começaram a formar suas próprias organizações autônomas, tais como: o Movimento de Mulheres Agricultoras do Sul do país e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que lutam, entre outras coisas, por terra para trabalharem. Suas reivindicações pelo direito à terra foram, formalmente, atendidas na Constituição Federal de 1988, a qual estabelecia que, nas terras a serem distribuídas através de reforma agrária, "o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil" (Artigo 189).

Deere e Leon (2002), com base em dados obtidos em pesquisa realizada na América Latina, apontam que

no decorrer do século XX, o arcabouço jurídico gradativamente expandiu os direitos de propriedade das mulheres casadas, e aquelas de uniões consensuais. A recente adoção da figura jurídica da família, com chefia dupla, fortaleceu a possibilidade de que os bens adquiridos durante o casamento realmente sejam de propriedade conjunta e assim administrados (DEERE; LEON, 2002, p. 104).

²³ Fundado em 1986, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é um movimento nacional extremamente organizado, presente em 23 Estados Brasileiros. O MST é constituído por camponeses sem terra para cultivar ou sem condições para fazê-lo, tendo como consequência a impossibilidade de sustentar as suas famílias. As medidas de pressão utilizadas por esse movimento são, essencialmente, as invasões de terras improdutivas, organizadas ao pormenor, o consequente acampamento das famílias, e o bloqueio de estradas. (MITSUE, M, 2001)

No Brasil, como exemplos desse processo de reformulação legal que visa permitir a implementação dos direitos da mulher à terra, pode-se citar: a reformulação do código civil brasileiro, em 2002 e a criação de programas e projetos do MDA, os quais buscam cada vez mais, a inclusão das mulheres em suas ações.

Vale ressaltar que, de março a setembro de 2001, o MDA baixou sete portarias, com a finalidade de equacionar os problemas de gênero e diminuir as diferenças entre homens e mulheres no acesso às oportunidades de trabalho, ao crédito, à assistência técnica e até aos cargos dentro do próprio MDA,

Entre essas portarias estão a Portaria n.33, de 08 de março de 2001, que institucionaliza o Programa de Ações Afirmativas, para promoção de igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres; a Portaria n.201, de 04 de setembro de 2001, que institucionaliza a inclusão dos enfoques de gênero, raça e etnia em pesquisas, estudos, eventos, seminários, bancos de dados e acervos de biblioteca promovidos pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD).

4. Os Assentamentos

A questão do problema fundiário é bem antiga no nosso país e continua presente até hoje, uma vez que ainda existe um contingente considerável de pessoas lutando por um pedaço de terra, ou em busca de condições econômicas e sociais mais favoráveis para poderem manter o que demoraram e lutaram tanto para conseguir. Devemos ter ainda em consideração que a distribuição da propriedade da terra é um dos indicadores mais importantes para se medir o caráter democrático ou não de sociedades que se constituem a partir de bases agrárias, como é o nosso caso.

A partir do citado no início do parágrafo anterior, e considerando o nosso objetivo nesse estudo, não iremos nos ater a tratar aqui detalhadamente da origem, nem do desenvolvimento da questão agrária. Remeteremos-nos, e mesmo assim, sucintamente, ao período mais contemporâneo da nossa história, do período da ditadura militar de 1960 e na redemocratização no país.

Apesar de em 1945, ter sido discutido no Congresso um projeto de Código Rural que, abrangente, buscava estabelecer normas para os mais diferentes aspectos da vida rural, e de ao mesmo tempo, multiplicavam-se os projetos de reforma agrária, em que o fundamental era a democratização da propriedade, no início dos anos de 60, passou a ocorrer uma espécie de contraposição entre “desenvolvimento agrícola” (proposta de modernização dos latifúndios, sem atingir a fundo a propriedade) e “reforma agrária” (propostas de redistribuição da propriedade da terra, como medida de justiça social e exigência do desenvolvimento). (LEITE, HEREDIA, MEDEIROS [ET AL], 2004, p. 38)

De acordo com Bergamasco e Norder (1996), porém, as políticas fundiárias só aparecem como resposta às pressões dos movimentos sociais do campo no final da década de 50 e início da década posterior, quando tais manifestações surgem em todo o país, em parte como resposta ao processo de modernização agrícola, que contribuía para a expulsão, em massa, da população rural do campo para os centros urbanos, impulsionando o inchaço das cidades. É nessa época que o termo *assentamento*²⁴ começa a ser popularizado no Brasil.

²⁴ Segundo Bergamasco e Norder (1996) tal termo surgiu no contexto da reforma agrária venezuelana, sendo posteriormente adotado em outros países.

Os governos militares não tinham como objetivo implementar programas massivos de distribuição de terras, limitando apenas a implantação dos fracassados projetos de “Colonização Agrícola”, cuja estratégia era mais de segurança nacional (ocupar as fronteiras do país), que propriamente a implementação de programas de reformulação efetiva da estrutura agrária. (MATTEI, 2005).

O Estatuto da Terra, elaborado na década de 1960, tem como objetivo regulamentar as relações referentes à propriedade da terra e definir uma política de desenvolvimento agrícola. Apesar de, neste período, ter prevalecido a política de desenvolvimento agrícola em detrimento da reforma agrária do Estatuto da Terra, salientamos que o Estatuto da Terra ofereceu um grande respaldo jurídico aos movimentos sociais, que, inclusive com base nele, puderam reivindicar o direito de acesso à terra.

Com a redemocratização do país, inicia-se uma nova fase de intensificação das lutas no campo. A conjuntura política brasileira foi sacudida por diferentes movimentos em favor da Reforma Agrária, assim como por movimentos e grupos que conseguiram politizar a precariedade do vínculo à terra, e por parte de um grande contingente da população rural e de suas lutas de resistência pela posse da terra. Tal ambiente criou na sociedade brasileira uma expectativa muito favorável, no que diz respeito à realização da reforma agrária, uma vez que esta passou a ser considerada um dos elementos centrais do processo de redemocratização do país, por ser a reforma agrária não apenas uma questão econômica (aumentar a produção agrícola e gerar empregos), mas social e política. (MATTEI, 2005).

Como consequência do crescente aumento das lutas dos trabalhadores pelo acesso à propriedade da terra, há um aumento dos projetos de assentamento por todo o país. Corroborando com o argumento colocado no parágrafo anterior, Bergamasco refere que os assentamentos

representam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais equitativas, num quadro agravado pela ampliação da fome e de miséria, do desemprego, do inchaço dos centros urbanos e das reduzidas taxas de crescimento, sobretudo nos países com elevados índices de pobreza e exclusão social (BERGAMASCO, 1996, p. 8).

De acordo com Lopes (2001), os assentamentos rurais representam, na atualidade, um importante fenômeno da questão agrária brasileira. Os projetos de assentamento rural se desenvolvem através de desapropriações, compras de terras ou em imóveis públicos, com o objetivo de aliviar os conflitos mais intensos. Com base nisso pode-se dizer:

a implementação dos assentamentos rurais não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da primeira metade dos anos 80 (BERGAMASCO, 1996, p. 9).

Segundo Sauer (2003), o assentamento é um espaço geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária. A constituição do assentamento é resultado de um decreto administrativo do governo federal, que estabelece condições legais de posse e uso da terra. Por ser fruto de um ato administrativo que limita o território, seleciona as famílias a serem beneficiadas, etc., é, portanto, artificialmente constituído, criando um novo ambiente geográfico e uma nova organização social (CARVALHO, 1999). Não devemos, contudo, esquecer que o mesmo assentamento é fruto de mobilizações, lutas e demandas populares pelo direito de acesso à terra, tendo em vista que o Estado só se posiciona após muita pressão.

No contexto atual o Estado, além de ter por objetivo evitar/combater a violência no campo, visa, ao mesmo tempo, promover a viabilidade econômica da agricultura familiar (MARTINS, 2003). Desse modo, além de gerenciador de conflito, torna-se também gerenciador da economia rural e, além da distribuição de terras, se ocupa de fomentar a agricultura familiar e a modernização da inserção das populações pobres do campo na economia.

Bergamasco e Norder (1996) apontam a presença histórica do Estado no campo ao afirmar que:

a história da legislação e dos programas governamentais, visando a promoção econômica e o bem-estar social dos pequenos agricultores no Brasil e bastante extensa e antiga, apesar da hegemonia dos grandes proprietários, que não poupam esforços para fazer com que estes episódios acabassem em letra morta. (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 12-13).

Debater assentamentos rurais implica reconhecer o amplo leque de discussões implantadas em torno desse tema, além da questão da definição dos assentamentos como categoria, cuja identidade passa a ser constituída e reconhecida a partir de relações singulares com a terra, com a família, com o trabalho, com a moradia, etc.

No Brasil, devido ao tratamento histórico dado à questão fundiária e, conseqüentemente, à reforma agrária, o termo assentamento traz, embutido, significados marcados por uma trajetória de luta, que vai sendo atenuada por concessões políticas que objetivam minimizar a violência dos conflitos no campo.

Esse tratamento tem contribuindo para que os assentamentos rurais acabassem sendo associados a uma marca estigmatizada de ilegalidade, imoralidade e violência²⁵. É inegável o papel do Estado nas ações de implantação dos assentamentos, mas, o foco histórico na redução dos conflitos, em detrimento das reivindicações pela terra, reforça esse estigma.

Martins (2003) mostra o preconceito em torno da população assentada e dos programas que beneficiam esse público ao afirmar:

[...] o preconceito dos vizinhos e das populações das áreas próximas, até mesmo contra os filhos de assentados na escola, sugere que, no fundo, o programa de reforma agrária é popularmente entendido como um programa de injustiça social, um programa que beneficia quem transgride o direito de propriedade, mas se omite em relação às “pessoas ordeiras”, que não invadem terra alheia. (MARTINS, 2003, p. 48).

A noção de assentamento rural, utilizada neste trabalho, alinha-se com a idéia apresentada por Lopes (2001), para quem assentamentos rurais são

uma unidade sócio-espacial formada por famílias de trabalhadores sem terra ou com pouca terra que obtiveram, sob diferentes modalidades jurídicas, acesso estável a terra, sob forma de lotes individuais e/ou áreas de uso/propriedade comum, e em que o patrimônio fundiário resultou de processos de aquisição, desapropriação ou arrecadação pelo poder público. Por outro lado são considerados “assentamentos” aqueles núcleos cujo processo de implementação é associado de maneira explícita, pelos trabalhadores e/ou agências públicas, a processos de reforma agrária. (LOPES, 2001, p. 10).

Os assentamentos de reforma agrária distinguem-se, de modo geral, de outras formas de organização da produção e vida no meio rural porque são, em sua maioria, frutos de processos de organização coletiva (RUA; ABRAMOVAY, 2000), isto é, são territórios, social e politicamente demarcados, resultados do exercício do “poder de divisão” (BOURDIEU, 1996a), ou simplesmente “contexturas das práticas sociais” (SOJA, 1993), resultantes de conflitos, disputas e conquistas coletivas.

Os assentamentos rurais podem ser classificados segundo a origem dos assentados e o processo político que os instituiu. No primeiro caso, temos os assentamentos ditos endógenos, quando formados predominantemente por famílias oriundas do próprio município onde se encontra localizado, e exógenos, no caso de a maioria das famílias procederem de outros municípios. No segundo caso, temos assentamentos conflituosos, caracterizados por alojarem

²⁵ Tal fato pode ser observado, em geral, através do modo como o assunto é abordado pela mídia – especialmente nos telejornais de grandes emissoras. De acordo com pesquisa realizada entre abril e agosto de 1999, 97% nas manchetes vinculadas nos jornais Folha de São, O Globo e Jornal do Brasil foram desfavoráveis ao MST, retratando os sem-terra como “agressores, guerrilheiros em potencial, obcecados com a tomada do poder ou violentos”. (ALBUQUERQUE, 2004)

em sua maioria trabalhadores que estiveram diretamente engajados em conflitos pela terra (reforma agrária) e não-conflituosos, quando formados predominantemente por famílias não participantes de conflitos. (LOPES, 2001).

De acordo com Sauer (2003), a criação dos assentamentos gera uma nova organização social, econômica e política. Segundo Martins, os projetos de assentamentos são “uma verdadeira reinvenção da sociedade” como “uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade” (2000, p. 46). Nessa mesma perspectiva, Carvalho (1999) trata os assentamentos como “um processo social inteiramente novo”.

Nesse espaço físico, uma parcela do território rural, plasmar-se-á uma nova organização social, um microcosmo social, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem terra passarem a apossar-se formalmente dessa terra. Esse espaço físico transforma-se, mais uma vez na sua história, num espaço econômico, político e social (CARVALHO, 1999, p. 7).

Os projetos de assentamento rurais devem ser vistos como algo que está sendo construído a todo momento e cada qual possuindo a sua especificidade própria. Os assentamentos são, portanto, marcados por uma diversidade de situações e perfis, no que se refere: aos recursos disponíveis, às formas de organização, às formas de produção agrícola, às agendas de problemas e de articulações entre eles e os movimentos sociais, e ao nível de consciência político-cultural crítica.

Essa heterogeneidade fica explícita na diversidade de situações que são classificadas como “assentamentos de reforma agrária” pelo discurso oficial, como, por exemplo: regularizações de terras ocupadas por posseiros, “rendeiros”, “agregados”; áreas ocupadas pelas organizações dos trabalhadores (o MST, mas também os sindicatos e outros movimentos); áreas de reserva extrativista (seringueiros); usinas de açúcar em processo de falência, em que foram assentados os seus assalariados, etc. (MEDEIROS; LEITE, 1997); e nos processos históricos que deram origem a eles. (RUA; ABRAMOVAY, 2000)

Deve-se ainda assinalar que, segundo Leite (1994), para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),

a característica principal do programa de assentamento é a criação de novas pequenas propriedades em terras que, na maioria das vezes, se encontram totalmente ociosas ou com baixa utilização na produção agrícola. O assentamento significa, portanto, a incorporação de novas terras ao processo produtivo do país, com a conseqüente criação de empregos, distribuição de renda, beneficiando a camada de pequenos (as) agricultores (as), que formam a clientela típica da Reforma Agrária e do INCRA. (LEITE, 1994, p. 203),

Já para Fernandes (1998, p. 21), “do ponto de vista dos movimentos sociais, o assentamento é a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência”.

A expansão do número de assentamentos tem gerado preocupações quanto à sua viabilidade, tornando-se elementos para avaliação do cumprimento dos objetivos da reforma agrária.

Para Guanziroli (1998), a reforma agrária é uma alternativa viável como geradora de empregos e renda, frente a uma economia globalizada, mas seu êxito está diretamente vinculado ao sucesso da agricultura familiar como um todo. Desse modo, a política fundiária não pode ser trabalhada de forma isolada, e necessita uma forte ligação com as demais políticas públicas, em especial as agrícolas, voltadas para a construção de um modelo de desenvolvimento rural que fortaleça a agricultura familiar.

Pensados como “encruzilhadas sociais” (CARVALHO, 1999), os acampamentos e assentamentos são lugares de sociabilidade, diferenciados entre si basicamente pela oportunidade de acesso à terra.

Note-se que, após a conquista da terra, com a implantação do assentamento rural, é necessário que os assentados tenham garantida a viabilização econômica dos seus lotes. Ao adentrarem nos lotes, os assentados são beneficiados por uma política de crédito para implantação da produção e recebem, ainda, auxílio alimentação e habitação para fazer frente às despesas com a construção dos locais de moradia, assim como para a subsistência das famílias até as primeiras colheitas. O auxílio à produção era garantido pelo PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), que financiava as despesas com o custeio. Tal programa foi extinto pelo governo federal em 1999, substituído pelo PRONAF.

O acesso ao crédito é essencial para o sucesso da conquista da terra, porém enfatiza-se também a necessidade da ação adequada dos órgãos que têm capacidade para agir diretamente nos assentamentos, tais como o INCRA e a EMATER (órgão de assistência técnica da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento), a fim de que façam o acompanhamento e auxiliem os assentados no reinício da atividade agrícola. (TSUKAMOTO, R.Y.; ASARI, A.Y.; LIMA, R.M., [s/d]).

A ausência ou retardo no repasse do crédito de instalação, bem como a insuficiência da prestação de serviços de assistência técnica, influenciam o grau de desempenho dos assentamentos e, às vezes, até contribuem para a desistência de elevado número de assentados, apontada por muitas pesquisas, nos diversos projetos de reforma agrária em todo o território nacional.

Diante dessa perspectiva podemos afirmar que a implantação de assentamentos rurais surge como uma nova estratégia para solucionar esses entraves socioeconômicos da concentração da terra. A criação dos assentamentos rurais redistribui a terra e dinamiza a economia, criando novos atores que alteram o espaço. Com a implementação de um assentamento rural, não se conclui a reforma agrária, pois se deve dar as condições iniciais necessárias e suficientes para que se efetive a função social da terra. Segundo Ferreira (1994, p.43), “a noção de assentamento envolve a fixação do homem à terra, não pode se desvincular do provimento das condições para torná-la produtiva”. Portanto, as condições iniciais de infra-estrutura são fundamentais para a reprodução socioeconômica dos camponeses assentados e, sem elas, o grau de insucesso dos assentamentos rurais tornar-se-ia elevado.

A constituição dos assentamentos contribui também para aumentar a necessidade de uma maior oferta de bens sociais, equipamentos e serviços públicos por parte do Estado, principalmente para atender as demandas no campo da saúde, educação, transporte, apoio à produção, etc., que se somam à de outras comunidades ou povoados rurais e que, às vezes, são objetos de disputa entre estes e os assentamentos, cada um buscando ser alvo da atenção do poder público.

Os assentamentos, desde a mobilização para a sua criação, representam ainda uma dinâmica mais participativa e reivindicatória que a tradicionalmente existente nos municípios brasileiros: o simples fato de criação de uma associação inaugura uma prática política por vezes, até então, desconhecida regionalmente (LOPES, 2001).

Cabe, pelo menos a título de registro, apresentar alguns dados mais gerais do último censo agropecuário realizado (IBGE, 1996), segundo o qual o número de beneficiários diretos de Programa de Assentamento é de 197.440,35. O Nordeste é a segunda região que mais possui beneficiários (74.066,05), enquanto o estado de Pernambuco concentra 15% dos assentamentos localizados na região Nordeste. Quanto ao sexo dos beneficiários, 85,58% dos títulos de terra foram entregues a homens e 12,62% a mulheres - o que demonstra o quanto ainda é limitado o acesso à titulação da terra por parte das mulheres; 80% dos assentados se dizem agricultores e 4,45% trabalhadores rurais.

Quanto à mobilidade espacial dos assentados, é interessante notar que a grande maioria (69,62%) dos assentamentos é formada por pessoas da mesma localidade/município (36,60%) ou do mesmo Estado (33,02%) na qual se localiza o assentamento, e 18,49% provêm de outros Estados da Federação. No Nordeste, a proporção de pessoas que são da mesma localidade/município do assentamento é ainda maior, 52,45%.

Ressalte-se que ainda há muito a ser feito em termos de infra-estrutura nos assentamentos. Com algumas variações, a grande maioria não possui condições hidrossanitárias adequadas e utiliza como fonte de energia o querosene e/ou óleo (48,0% no Nordeste). (SCHMIDT; MARINHO; ROSA, 1998)

Guanzioli (1998) afirma que a reforma agrária no Brasil não pode deixar de considerar como prioridade a linha de desenvolvimento camponês. Isso significa a distribuição de terras dos latifúndios, sob a forma familiar, para a exploração familiar, pois, com apoio científico, técnico e comercial do Estado e, desvincilhada da pressão fundiária, ela tenderá a florescer e beneficiará a economia do país.

4.1. Luta pela terra

De acordo com Ferrante (1994), a carestia e a fuga do fantasma da miséria são alguns dos motivos apontados como razão do interesse da luta pela terra. A terra representa uma alternativa ao desemprego e à baixa remuneração dos trabalhos assalariados, embora não se reduza a isso. A busca não é por qualquer trabalho, mas por um “trabalho autônomo”, um trabalho sem patrão, sem coação. Em resumo, o acesso à terra significa trabalho e liberdade. Mais ainda, significa a oportunidade de trabalhar para si e garantir a sobrevivência da família. Tal fato sugere a idéia de que os assentamentos são tidos como uma alternativa, em uma conjuntura específica, a essa miséria, portanto, uma construção simbólica da terra com uma heterotopia, ou seja, um lugar, simultaneamente real e imaginário, de oposição às tendências de homogeneidade do espaço na modernidade (FOUCAULT, 1984 *apud* SAUER, 2003).

Porém, é mais que isso. As pessoas que enfrentam as dificuldades da luta pela terra têm como desejo/projeto de vida a construção de um patrimônio como um lugar de trabalho e de vida, para o qual converge toda a família. Ao mesmo tempo, representa uma resposta à subordinação do uso da força de trabalho, aos limites impostos à reprodução física e social e contribui para o reconhecimento da autonomia e da dignidade pessoais. A luta pela terra representa, desse modo, a mudança de trajetória, a ruptura da condição social de desempregados, subempregados, explorados, enfim de sobrantes. Em síntese, é esse sonho que move os camponeses, no momento da luta e bem depois dela, sempre que reivindicam terra definitiva e trabalham para torná-la produtiva.

A terra aparece não apenas como elemento mediador para que esse projeto aconteça, mas como uma espécie de retorno, de reencontro com algo que, até então, parecia totalmente perdido.

Porém, a adesão a uma luta pela terra não é uma decisão simples de ser tomada. Segundo Wanderley (2003), deve-se considerar que tal adesão supõe uma avaliação das chances de sucesso e exige a execução de estratégias de ação eficazes, devendo, desse modo, oferecer alguma expectativa favorável que estimule os passos iniciais.

As experiências de luta, privações, desejos e sonhos – associadas às histórias de vidas, verdadeiros itinerários biográficos de deslocamentos²⁶ em busca de sobrevivência – forjam novas identidades e perspectivas de vida. Esse processo social de luta e acesso à terra gesta valores e representações sociais, dá novas perspectivas ao mundo rural, permite inclusive transformações nas relações com o meio ambiente, com o lugar e entre as pessoas. (NOVAES, 1998).

A luta pela terra é um processo social, político e econômico, que abarca um conjunto de transformações no campo, redistribuindo a propriedade da terra e o poder, redirecionando e democratizando a participação da população rural no conjunto da sociedade brasileira. As experiências de luta e de acesso à terra, além de garantir bem-estar social e melhoria das condições de vida, são também impulsionadoras de transformações culturais, simbólicas e representacionais.

A busca/luta pela terra passa a ser vista não apenas como um processo de deslocamento do espaço do lugar, no qual a terra é representada como um local, geograficamente localizado, que possibilita trabalho e moradia (GIDDENS, 1991), mas por meio da luta e da construção simbólica, a terra passa a ter o sentido de um lugar de vida, uma moradia capaz de acolher e dar sentido à existência (SAUER, 2003).

Wanderley (2003) ressalta ainda que, muitas vezes, a decisão de participar da luta, de acampar, é uma decisão, ao mesmo tempo, coletiva, familiar e pessoal, já que, no processo de decisão, as opiniões de todos - parentes, vizinhos, compadres - são consideradas.

De acordo com Ortiz (1997), a luta pela terra constitui um processo social de reforço de vínculos locais e de relações de pertencimento a um determinado lugar, sendo um processo de reterritorialização que situa as pessoas em um espaço geograficamente bem delimitado. O assentamento (e as próprias parcelas e lotes) é caracterizado por limites e fronteiras, resultado de conflitos e lutas sociais que dão identidade e sentimentos de familiaridade a seus habitantes. O lugar define o pertencimento social, o enraizamento em um determinado

²⁶ Sauer em trabalho intitulado “A luta pela terra e a reinvenção do rural” explica que “os relatos biográficos das pessoas acampadas e assentadas são verdadeiros itinerários de deslocamentos em busca de sobrevivência ou simplesmente “sintaxes espaciais” (CERTEAU, 2000) e revelam uma série de desejos, imagens, sonhos e representações que desvelam a realidade social e política da luta pela terra, influenciadas pelos processos ampliados de transformações na sociedade brasileira” (SAUER, 2003:20).

território. Portanto, o território não diz respeito apenas ao espaço geográfico, físico, mas também ao espaço simbólico, que o envolve com significados da cultura e da vida social ali existentes. (SILVA, 2004).

O cotidiano das famílias que lutam por um pedaço de terra se modifica a partir da nova situação de vida - o acampamento. E essa nova realidade social, pelas suas dificuldades e pela necessidade de lutarem juntos por uma causa comum, faz com que alguns valores e o significado da luta pela terra sejam reorganizados, ganhando mais intensidade.

Cabe lembrar que há uma grande distinção entre o acampamento e o assentamento propriamente dito. O acampamento significa um momento de passagem, algo temporário, pleno de durezas; já o assentamento é o lugar de morar e viver, para ter sossego, constitui-se no projeto de vida.

Durante o percurso da conquista da terra, as práticas sociais e a forma dos assentados conceberem o mundo são reelaboradas em função das novas condições objetivas e subjetivas que as lutas engendram. Nesse sentido, o espaço de luta pela terra pode ser visto como um espaço fecundo de recriação cultural, em que as práticas cotidianas vividas pelos membros da unidade familiar são reelaboradas, o que não se limita apenas ao reconhecimento das suas condições materiais de existência, mas envolve também a questão dos valores políticos, morais, éticos, religiosos. Essa experiência de luta é uma construção social em todas as suas dimensões, possibilitando uma reconstrução do significado da terra.

Paulilo (1994) vem contribuir com esta discussão destacando que:

uma pessoa não entra numa luta dessas e permanece igual ao que era antes. Os que lutaram adquiriram uma consciência de si mesmos enquanto grupo, da origem social de problemas antes vistos como individuais e, mais que isso, adquiriram consciência de que é possível lutar e alcançar algumas vitórias. (PAULILO, 1994, p. 196).

Para Gohn (1997), os assentados constroem, na sua luta, um saber social, e se constitui, a partir do enfrentamento da luta pela terra, visto que cada etapa do processo de ocupação é permeada por novos desafios exigidos pela criação e recriação de novas soluções, pensadas e assumidas coletivamente, de acordo com a conjuntura mais ampla que vivenciam. Nesse processo, o campo do imaginário social também se altera.

Diante desse contexto de incertezas, fica mais expressa a necessidade de que a união, a solidariedade, a partilha, o companheirismo, a ajuda mútua, a democracia, sejam uma constante no dia-a-dia. Apenas a partir desses preceitos é que há condições de se lutar por um pedaço de terra que permita ao pequeno produtor e a sua família dar continuidade a um modo de vida e a uma identidade camponesa.

Assim, é a origem comum, como sem terra, a participação no acampamento e a perspectiva do recebimento de uma parcela que aproxima os assentados (WANDERLEY, 2003). A terra, ao mesmo tempo é parte do projeto de vida do agricultor familiar assentado, é um instrumento para alcançar tal projeto.

A luta faz parte da memória histórica dos assentados. Ela modificou suas representações, seus valores, sua maneira de pensar e dizer o mundo, seu modo de viver e trabalhar, os quais são criados e recriados na trama das relações sociais.

4.2. Construção dos laços

O assentamento, como um território conquistado na luta, constitui uma nova coletividade, marcada pela confluência de trajetórias individuais. Ao se manifestarem, denotam a diversidade de um público que no momento da luta, *se via e era visto* unificado em torno da identidade de *sem-terra*. Era exatamente essa identidade que contribuía para a solidificação do elo entre os diversos indivíduos presentes no acampamento, e assegurava haver entres eles a solidariedade permeada pela amizade, pela ajuda mútua e por elementos religiosos. A conquista da terra inaugura um novo tempo, quando a condição de *assentado* traz à tona as expectativas individuais em torno do *viver* e do *produzir* na terra. (DA ROS, 2002).

Após a conquista da terra, os trabalhadores deparam-se com uma nova realidade a ser construída coletivamente - a organização do assentamento. A construção/reconstrução de um novo espaço, na terra conquistada, está permeada de rupturas, continuidades, transformações, levando a reelaboração de significados, de valores, atitudes e concepções.

Um dos fatores que influenciam a ressocialização, no âmbito dos assentamentos, é a distribuição dos lotes, das áreas de moradia e da infra-estrutura coletiva (escola, telefone público, salão de festas, e outros), uma vez que a distância entre eles vai facilitar ou dificultar o convívio com os demais assentados. A forma de distribuição dos lotes não é única para todos os assentamentos, por exemplo, pode ser feita por sorteio ou pelo consenso dos próprios assentados; no primeiro caso, segundo Wanderley (2003), os assentados podem realizar permutas internas de modo a reconstruírem os antigos laços de proximidade, fundados no parentesco ou vizinhança ou na solidariedade dos acampamentos; no segundo caso, os laços de proximidade, já são pensados no momento da escolha do lote.

Ainda segundo Wanderley (2003), a partir das experiências vivenciadas na luta pela terra se consolida uma relação de amizade e, muitas vezes, de compadrio entre os

assentados. As amizades firmadas nesse lugar se materializam nas ajudas corriqueiras entre vizinhos em situações de necessidade.

Para Couto (1999), a possibilidade da consolidação dos laços de solidariedade e de cooperação em um assentamento está associada à construção de uma sociedade de interconhecimento, ou seja, aquela na qual “os grupos domésticos relacionam-se entre si, configuram laços de ajuda mútua, que se traduzem em práticas de solidariedade nas relações vicinais que conformam uma forma estratégica de sobrevivência dos grupos” (COUTO, 1999, p. 192).

A forma de trabalho a ser assumida na terra conquistada, normalmente, é a que os assentados, de um modo geral, trazem em toda sua trajetória de vida, que está enraizado no modo de ser, e na maneira do camponês se pensar na terra, ou seja, a experiência de trabalho voltado à organização familiar. Em geral os assentados mantêm a especificidade das relações estabelecidas com a terra, com a família, com a moradia e com o trabalho, impregnada em todas as esferas do desenvolvimento, de tal modo que os assentamentos são cheios de rearranjos que tentam preservar seus valores, tradições e formas de relação.

Ressalta-se que a vivência coletiva do acampamento, onde a preocupação central era a conquista da terra, serve como suporte para que os assentados continuem organizados em associações, lutem coletivamente e se sintam comprometidos com o assentamento, de tal modo que o assentamento continue a ser uma terra de luta, um espaço de luta e conquistas de direitos. Esse período, como já foi mencionado anteriormente, também contribui para que várias das relações sociais vivenciadas pelos agricultores familiares sejam repensadas, entre as quais serão destacadas as relações sociais de gênero.

4.3. Gênero nos assentamentos

Para que a questão de gênero nos assentamentos seja analisada, é preciso inicialmente dividir o processo de reforma agrária em momentos distintos, quando cada um deles possui características próprias. Assim, pode-se dizer que o processo de reforma agrária passa por dois momentos distintos: o da conquista do lote e o da organização e administração do assentamento.

De acordo com Fischer e Gehlen (2002), em cada uma delas, homens e mulheres desempenham tarefas distintas. Na fase da luta pela terra, quando várias famílias se abrigam sob o mesmo teto,

cabe ao homem planejar, decidir, implementar a ocupação, conduzir a família, montar as barracas, transportar objetos básicos de uso doméstico, defender o acampamento de ataques inimigos, providenciar lenha, água, alimento e fazer o fogo. A obrigação da mulher rural, nessa mesma fase, é a de definir o que deve ser transportado para o acampamento, distribuí-lo na barraca, preparar o alimento e servi-lo, lavar louça e roupa, cuidar das crianças, cantar, animar, rezar, furar cercos formados por jagunços de latifundiários e, mais que isso, participar diretamente de embates contra a polícia (FISCHER; GEHLEN, 2002, p. 7).

A mulher é incentivada, nesse momento, a ter uma participação efetiva, pois ela, ao trazer a conotação de família, sensibiliza a população, principalmente através da imprensa, a fazer doações de alimentos e outros objetos como roupas, calçados e agasalhos para o acampamento (FISCHER; GEHLEN, 2002).

No segundo momento da reforma agrária, na fase da administração e organização do assentamento, as relações de gênero são formadas no cotidiano familiar de cada núcleo. Nessa fase, observa-se a tendência da mulher voltar a ser considerada, como no entendimento tradicional, simbolicamente responsável pela reprodução biológica, enquanto o homem assume a produção agrícola, o espaço público.

Mas segundo Schwendler (2000), a mulher, através da sua presença ativa no cenário político-social dos assentamentos, durante as etapas anteriores, torna-se sujeito da sua história - adquirindo direitos que lhe foram negados historicamente, e participando da reconstrução político-social da vida pública - ao mesmo tempo tornando-se um elemento chave para a ruptura das práticas e das relações sociais cotidianas. Isto é, a sua participação nas lutas concretas pode levar a significativas mudanças no seu cotidiano social.

A mulher, ao assumir a luta, a vida pública, percebe a importância das formas de organização coletiva, tanto no acampamento quanto no assentamento, para o desenvolvimento do assentamento e para a superação das desigualdades de gênero, tendo em vista que tais organizações são espaços concretos de dividir tarefas, de conquistar oportunidades iguais, de ter chances de discutir, opinar e decidir no contexto da coletividade, construindo a igualdade nas diferenças.

Assim, a partir da experiência concreta de luta coletiva, o espaço da família e de seus membros é, aos poucos, redefinido, de forma que o espaço de participação da mulher e dos filhos seja ampliado. A mulher consegue, assim, se inserir em um espaço que antes era exclusivo ao homem - a vida pública - onde ela aprende a discutir, participar e ter suas próprias idéias podendo tornar-se sujeito de muitas conquistas sociais, entre outras, o salário-maternidade e a aposentadoria, sem, contudo, deixar de ser a responsável pela vida do lar.

De acordo com Ferrante (1997), a mulher é angariadora e distribuidora/gestora do principal bem de que a população assentada dispõe, ou seja, do alimento. Sua capacidade administradora e de ação é inquestionável, assumindo inclusive, em caso de necessidade, todas as tarefas de um chefe de família. Mesmo assim, a autora reconhece que elas têm dificuldades de encontrar espaços no assentamento para o reconhecimento de seus direitos.

Como já foi dito anteriormente, a família assentada tem como forma de trabalho a agricultura familiar, em que a combinação do trabalho feminino com o masculino redefine as relações locais de trabalho, desorganiza e (re)organiza a divisão familiar do trabalho e os processos de entreajudas (troca de dias) entre vizinho/parentes (TEDESCO, 1999, p. 191). Brandão (1999) reforça esse argumento ao considerar que a mulher agricultora familiar está presente em todo o processo de produção e reprodução no âmbito da unidade familiar de produção, ressaltando que a sua participação na totalidade das atividades desta se dá de forma complementar ao do homem, e vice-versa. O autor, porém, admite que existe uma divisão sexual de tarefas, mas que, no contexto da agricultura familiar, ela se dá mais como complementaridade diferenciada na execução das tarefas, do que qualquer outra coisa.

5. Apresentação do Universo de Pesquisa

O Estado de Pernambuco possui hoje, 177 assentamentos cadastrados pelo INCRA (INCRA, 2005) e 47 vinculados ao FUNTEPE - Fundo de Terras de Pernambuco (Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária, 2005) nas suas 5 regiões (Região Metropolitana, Zona da Mata, Agreste, Sertão e a Região do São Francisco).

A área escolhida para o desenvolvimento da pesquisa é o Cabo de Santo Agostinho²⁷. A escolha desse município se deve a diversos fatores, dentre os quais a concentração fundiária do município, a predominância, na área, da monocultura da cana-de-açúcar, e a existência de uma organização da sociedade civil - Centro de Mulheres do Cabo²⁸ -, que atua na temática de gênero, o que pode facilitar o acesso aos assentamentos.

5.1. Breve histórico da monocultura da cana-de-açúcar e sua implicação na formação da estrutura agrária da região em estudo

A ocupação do espaço territorial brasileiro teve início, durante o período colonial com as Sesmarias, nos estados de Pernambuco e da Bahia, com a implantação e o desenvolvimento da cana-de-açúcar em propriedades que estabelecem sistemas de monocultura e se tornaram áreas patriarcais. Apresentando condições de clima e solo particularmente favoráveis à exploração agrícola, o Litoral Sul de Pernambuco tem o início de sua ocupação na segunda metade do século XVI, quando a cultura da cana-de-açúcar se restringia às várzeas e terras baixas do Litoral e Zona da Mata.

A organização sócio-econômica dessas regiões, em especial da Zona da Mata, tem como características a forte concentração da renda e do poder na mão dos proprietários de terra (senhores de engenho e usineiros), que sempre contaram com um vasto apoio governamental de instituições, mecanismos e dispositivos de proteção às monocultura da cana-de-açúcar.

²⁷ As informações acerca do município do Cabo de Santo Agostinho foram extraídas basicamente de 2 fontes a saber: CPRH / MMA - PNMA II. **Diagnóstico socioambiental - litoral sul de Pernambuco - Caracterização sumária do litoral sul de Pernambuco**. Recife, (s/d). (Mimeo); e site do **Projeto Piloto de Conservação e Recuperação de Florestas e Águas da Mata Atlântica na Bacia do Pirapama (PE)** do Governo do Estado de Pernambuco.

²⁸ As informações acerca do CMC foram obtidas junto a este centro (em entrevista e no site oficial) e através da pesquisa desenvolvida por Almeida (2005) e atualizações realizadas durante o período de 2005 a 2007.

A cultura da cana-de-açúcar gerou uma civilização própria, baseada na exploração da grande propriedade e em um sistema de organização patriarcal, que funcionava como um mundo em miniatura, concentrado e resumindo a vida de uma grande parte da população local (PRADO JUNIOR, 1986).

Principalmente na das pessoas que viviam na propriedade no sistema de morada, tendo em vista que tal princípio instituíra de forma duradoura a submissão das famílias dos trabalhadores às vontades dos proprietários. O sistema de morada se caracterizava pelo fato de o trabalhador receber a casa de morada e ter acesso à certa quantidade de terras para produzir alimentos básicos para sobreviver, e ao entrar na propriedade, todo chefe de família contraía de imediato uma dívida moral com o proprietário, que ultrapassava de muito o valor material dos elementos de vida que era provido por este.

Quando um trabalhador potencial procura um engenho, antes de pedir trabalho, o que ele procura é casa. Mas não é qualquer casa, no sentido que nós damos a essa palavra, que ele procura, mas sim casa de morada, uma casa que permita o sustento dele e de sua família e lhe assegure certas vantagens no engenho e lhe abra certas possibilidades como a do usufruto de um sítio. (PALMEIRA, 1977, p. 104).

À *morada* só tinha acesso chefes de família e era como eles que os proprietários firmavam o “contrato” de *morada*, o qual no entanto implicava o engajamento da família do *morador* nas tarefas existentes dentro da propriedade, engajamento este sempre mediatizado pela figura do chefe de família. Homens solteiros também residiam no engenho, mas não poderiam ser considerados *moradores* típicos, uma vez que, pelo próprio fato de não possuírem família não podiam pleitear casa, nem terra, devendo se conformar em morar nos *arruados*²⁹ dos engenhos, enquanto aos *moradores* eram concedidas casas em *grotas*, *corgos* ou *meia banda*, termos que designam vales íngremes próximos de riachos, geralmente impréstáveis para o cultivo da cana. (SIGAUD, 1979, p. 35).

Em resumo, essa estrutura agrária, amparada no modelo de grande empresa colonial, consolidou o padrão de sociedade baseada no latifúndio concentrador de poder nas mãos masculinas e cuja viabilidade depende também de mão-de-obra abundante e barata, incluindo o trabalho não contabilizado das mulheres, e da cultura extensiva.

Mesmo sendo desenvolvida há séculos, a atividade sucroalcooleira sofre oscilações, alternando momentos de apogeu e de crise. As mudanças estabelecidas no sistema produtivo, sobretudo após a segunda metade do século XX (ANDRADE NETO, 1986; WANDERLEY, 1979) quanto à sofisticação tecnológica, tem ocasionando importantes mudanças sociais. Dentre essas, a transferência de levas de trabalhadores do espaço das fazendas e usinas para habitar em cidades próximas. Em termos culturais, entre outros aspectos, isso tem

²⁹ Nas sedes dos engenhos existem *arruados* que são fileiras de casas. Algumas dessas consistem numa única construção subdividida em diferentes unidades, através de meias paredes. Em cada unidade há apenas uma porta e não existem janelas. A esse tipo de casa dá-se o nome de *barraca* e nela moram os solteiros, quase sempre em grupos. (nota da autora)

representado um esfacelamento de tal ordem em antigos padrões de moradia e de sociabilidade que qualquer imagem ideal que se faça do antigo morador/trabalhador rural parece extemporânea.

O setor sucroalcooleiro do Nordeste, a partir da década de 1990, vem passando por um processo de grande crise. Isso se deve, principalmente, às mudanças institucionais relacionadas com a desregulamentação do apoio governamental, às quais muitas das empresas produtoras de açúcar e álcool não se habituaram. Também não conseguiram responder às exigências de um elevado grau de competitividade impostas mercado³⁰. Em fase dessa nova conjuntura, o setor sucroalcooleiro ampliou seus problemas de endividamento.

A crise acarretou uma significativa redução do número de usinas em funcionamento no Estado, o que penaliza, de modo cruel, os trabalhadores rurais, tendo em vista que os níveis de desemprego ficaram elevados, proporcionais a esta redução. Podemos argumentar que tal crise colabora com o empobrecimento crônico da região, no emprego sazonal, no desemprego, na migração campo-cidade e na favelização dos centros urbanos mais próximos com a sua miragem da maior oferta de emprego (CONDEPE, 2007).

Convém lembrar que, em 1996, do total de 35 usinas de açúcar existentes em Pernambuco - a maioria localizada na Zona da Mata - apenas três funcionaram em padrões normais, segundo afirma Andrade (1996, p. 4), acrescentando, ainda, com base em dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco - FETAPE, que, na safra de 1995, a atividade canavieira empregou cerca de 130 mil trabalhadores, número bem inferior ao que empregava no início dos anos 90, quando se falava em 250 mil trabalhadores. De acordo com Almeida (2005) o município do Cabo de Santo Agostinho, nos últimos anos (desde a década de 1990), assistiu à falência de 15 fábricas num universo de 48 usinas, situação que produziu um desemprego na ordem de 91 mil pessoas, e que pode ser vista como um fator de acentuação dos conflitos existentes na localidade.

É exatamente este contexto que fez vir à tona novos anseios pela reforma agrária na região da Zona da Mata (FONTE, 2004). Nesse período, principalmente aproveitando o momento da redemocratização do país, na década de 1980, e garantia o respeito aos princípios do Estado Democrático de Direito, os movimentos sociais de luta pela terra prosperam

³⁰ É importante destacar, que o setor sucroalcooleiro nordestino vem perdendo competitividade, em termos nacionais, com o setor localização na região Sul/Sudeste do País, principalmente para o estado de São Paulo. Naquela região, a atividade possui um maior nível de eficiência e é beneficiada pela maior proximidade de um grande mercado consumidor, além do que, no decorrer dos anos, segundo a SUDENE, a produção de cana do Norte/Nordeste experimenta estagnação e declínio da quantidade produzida, em contraposição ao cenário nacional, que experimenta uma elevação da produção de cana-de-açúcar, especialmente em São Paulo que possui um grande dinamismo.

arregimentando um contingente capaz de impulsionar a reforma agrária na região. Entre 1990 e 2002, havia ocorrido na Zona da Mata 256 conflitos pela posse da terra. (ALBUQUERQUE, 2004). Em comparação com os totais referentes a Pernambuco, mostra-se bastante significativo o percentual de famílias acampadas na Zona da Mata (68,28%), onde, aliás, estão concentrados cerca de 47% dos conflitos de terra registrados no estado (ANDRADE, 1996, p. 4).

Tal fato revela uma face não prevista como, por exemplo, o engajamento dos bóias-frias na luta pela terra. Segundo FERRANTE

a demanda pela terra, no presente, [possui] um perfil ímpar, aglutinando trabalhadores rurais e urbanos. Suas ligações com problemas de desemprego, de habitação, de revigoramento de estratégias patronais, de fortalecimento de organizações empresariais, dão-lhe a configuração de uma alternativa buscada para suprimento das necessidades de reprodução social (FERRANTE, 1994, p. 129).

Em particular, com relação aos bóias-frias, constata Ferrante (1994, p. 128) que o processo de proletarização vivenciado não significou, necessariamente, uma ruptura dos possíveis vínculos com a terra, no sentido de “desenraizamento”, fato que, por sua vez, remete à exigência de “remodelagens das interpretações usualmente dadas ao processo de modernização/expropriação e proletarização rural”.

Ressaltamos que, no princípio, a iniciativa de luta pela terra não foi tão enfática na região de cana-de-açúcar pernambucana, tendo em vista que o trabalhador rural daquela região não tinha como objetivo principal à luta pela conquista da terra, mas sim a luta pela efetivação das conquistas trabalhistas. Assim, a luta pela terra passou a ser uma opção que só se consolidou diante de condições específicas, quando a crise nos chegou a tal ponto que a saída para as “pontas de ruas”, o êxodo pra outras regiões, como São Paulo, já não oferecia mais esperança de sobrevivência. Nesse contexto, ficou claro que a solução para o enfrentamento da miséria deveria ser encontrada na própria Zona da Mata; uma região de terra relativamente própria para a agricultura, abundante e, em alguns casos, local onde vários dos agricultores já viviam ou tinha raízes familiares. Ou seja, no dizer de L’Estoile e Sigaud (2006), “a possibilidade de reforma agrária abre na verdade uma nova opção aos trabalhadores: tornarem-se pequenos proprietários independentes”, que podem se associar visando buscar uma melhor condição de produção e produtividade, e conseqüentemente, da qualidade de vida.

Outro aspecto a ser levado em consideração é que, como no caso de Arariba da Pedra, as terras das usinas e engenhos eram loteadas e distribuídas como forma de pagamento das dívidas trabalhistas existentes para com os antigos trabalhadores/moradores.

Salientamos que, apesar, de terem sido apresentadas informações acerca da Zona da Mata de Pernambuco o nosso *locus* de estudo não fica localizado (política e administrativamente) nesta região, e sim na Região Metropolitana do Recife. Isso se deve ao fato do município do Cabo apresentar uma situação peculiar e bastante complexa em relação às atividades de planejamento. Segundo o CPRH (s/d) o município do Cabo, além de suas características tanto rurais, quanto urbanas, e que num passado não muito distante o colocava, naturalmente, como parte da Região da Mata Meridional Litoral-Sul, há algumas décadas passou a se enquadrar nas características daquilo que a organização regional, prevista na Lei Complementar 104, da Constituição Estadual, considera Região Metropolitana:

- Significativa densidade populacional;
- significativa conurbação;
- nítida polarização com funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade e especialização; e
- alto grau de integração sócio-econômica.

A RMR caracteriza-se por agrupamento de municípios limítrofes com fluxo intensivo entre eles e o centro urbano maior, passando a exigir planejamento integrado e ação conjunta, com união permanente de esforços para a execução das funções públicas de interesse comum. Daí destaca-se a importância do planejamento integrado da região.

Mesmo considerando-se que o município apresenta grau de urbanização superior a 80% o mesmo possui cerca de 60% do seu território ocupado por terras voltadas à plantação de cana-de-açúcar, de modo que o município ainda está geográfica e historicamente relacionado aos problemas da Zona da Mata, tanto que é contemplado, nos dias atuais, com programas voltados para essa última mesorregião, como por exemplo, o projeto "Juventude Zona da Mata" e o programa "Chapéu de Palha" do governo do Estado.

5.2. O município do Cabo de Santo Agostinho

O município do Cabo de Santo Agostinho situa-se na porção sul da Região Metropolitana do Recife - RMR, distando 41km da capital. Esta incluído, em parte, na microrregião do Complexo Suape, no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil e abrange uma área de 448,4km², correspondente a 16,28% da RMR e 0,45% do território estadual

(**Mapa 1**). Limita-se ao Norte com os municípios de Vitória de Santo Antão, Moreno e Jaboatão dos Guararapes, a Sul com os municípios de Escada e Ipojuca, a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com os municípios de Escada e Vitória de Santo Antão.

Mapa 1: Localização do Município do Cabo de Santo Agostinho



Fonte: <http://www.cprm.gov.br/recife/rel04.pdf>

O referido Município contava em 2000³¹ com 152.977 habitantes, sendo 134.486(87,9%) na zona urbana e 18.491 (12,1%) na zona rural. cerca de 51% são mulheres e aproximadamente 37.333 habitantes estão formalmente desempregados. O município possui 95 Organizações Não-Governamentais, cooperativas e associações oficiais atuando em seu âmbito.

O município é o terceiro em arrecadação de impostos em Pernambuco. Isso se deve à localização estratégica no Litoral Sul (microrregião de SUAPE, onde se situa o porto homônimo), à estrutura do parque industrial e ao setor de serviços em expansão, sobretudo nas atividades de turismo, saúde e comércio³².

Tabela 1: Produção Agrícola Municipal - 2005

Culturas	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (R\$1.000,00)
Cana-de-açúcar	22.000	1.100.000	50.000	48.400
Abacaxi ⁽¹⁾	100	3.520	35.200	1.584
Mandioca	460	5.520	12.000	497
Coco-da-baía ⁽¹⁾	240	3.340	13.916	484
Banana	120	840	7.000	34
Goiaba	7	63	9.000	14
Manga	80	240	3.000	6
Maracujá	15	48	3.200	3

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.

⁽¹⁾ Quantidade produzida em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

A economia do município³³ está definida, primordialmente, em função das atividades agroindustriais, com destaque para a cultura da cana de açúcar, bastante utilizada para a

³¹ Apesar dos dados quantitativos referentes à contagem da população de 2007 já estarem disponíveis, os mesmos ainda não permitem uma desagregação por sexo e local (urbano ou rural) da residência, por esse motivo ainda estamos utilizando os dados de 2000.

³² Existe atualmente no município o perigo de uma corrida imobiliária para atender à demanda, já consolidada, de uma segunda residência e infraestrutura para veranistas e turistas, e mais recentemente a perspectiva de que o município venha a se tornar área de residência das pessoas que trabalharão na área de SUAPE (refinaria). Tal perspectiva pode se desencadear, de fato, uma inflação do mercado imobiliário local.

³³ A economia formal do município é composta basicamente da indústria de transformação, que gera 3.787 empregos em 110 estabelecimentos, do setor de construção civil com 576 empregos em 23 estabelecimentos, do setor de comércio com 1.643 empregos em 329 estabelecimentos, do setor de serviços com 2.203 empregos em 205 estabelecimentos, do setor de Administração Pública, com 2.078 empregos em 02 estabelecimentos e os

produção de açúcar, álcool hidratado, álcool anidro, melão, coco, mandioca, laranja, manga e pecuária (representada, principalmente, pelos bovinos e em segundo plano, caprinos e suínos); e das atividades industriais, notadamente voltadas para os setores químico, metal-mecânico e de minerais não metálicos, cujo parque industrial compõe-se de 103 indústrias.

A infra-estrutura rodoviária do município compreende principalmente três rodovias pavimentadas, a BR-101, a PE-60 e a PE-08, além de diversas rodovias não pavimentadas, transitáveis o ano todo.

O Cabo de Santo Agostinho apresenta condições de clima e solo particularmente favoráveis à exploração agrícola. Desde a década de 1970, o município vem sendo alvo de projetos de governo que visam à diversificação da economia e, de modo pontual, a um redirecionamento da questão agrária, através do parcelamento de terras³⁴. Como já foi dito anteriormente, o município do Cabo de Santo Agostinho ainda tem na monocultura da cana-de-açúcar sua força econômica. Ao predomínio da cana associa-se a concentração da estrutura fundiária onde, ainda hoje, alguns grandes proprietários possuem uma extensão elevada das terras agriculturáveis. Embora, atualmente, haja no Município um número significativo de pequenos proprietários, inclusive por conta de reassentamentos e ações da reforma agrária.

Tais ações de reforma agrária são postas em prática a partir da década 1990, quando a busca pela diversificação fundiária e agrícola toma impulso na área do município, com a implantação pelo INCRA e pelo Fundo de Terras de Pernambuco - FUNTEPE de assentamentos rurais, com incentivo à agricultura familiar, e à substituição da cana-de-açúcar por outras culturas associadas ao criatório em pequena escala.

Mesmo mantendo-se a cana-de-açúcar como atividade comercial dominante na região, nota-se o desenvolvimento de outras culturas exploradas pelos trabalhadores moradores, normalmente cultivos temporários, como a mandioca, macaxeira, e também árvores frutíferas, que servem para a alimentação humana e animal. A produção de alimentos e a de outras culturas comerciais sempre existiu, e continuaram a existir, em áreas marginais não propícias ao cultivo da cana, normalmente em mãos de pequenos e médios proprietários.

setores de Agropecuária, Extrativismo Vegetal, Caça e Pesca, que representam 14.401 empregos em 165.704 estabelecimentos e extração mineral com 21 em 01 estabelecimento. (IBGE, 2000)

³⁴ Como, por exemplo, o PROTERRA. Nesse projeto as terras a serem adquiridas para assentamentos rurais eram indicadas pelo proprietário - em geral, usina - que também indicava os produtores a serem assentados, na maior parte, administradores, cabos, barraqueiros, moradores e pequenos fornecedores da usina/engenho onde se localizava o assentamento (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS). Essas terras, na maior parte ociosas, localizavam-se em áreas acidentadas e de difícil acesso (CPRH, s/d).

É, nesse contexto, mais especificamente, a partir de 1998, que proliferam novos assentamentos rurais na área. Ao contrário dos antigos parcelamentos rurais, anteriormente existentes, que associavam cana-de-açúcar e policultura, os novos assentamentos vêm-se afirmando como unidades policultoras, na medida em que estão substituindo a cana remanescente por banana, maracujá, inhame mandioca, mamão, acerola, graviola, pitanga, hortaliças e capim, associados a cultivos de subsistência (milho, feijão, batata-doce e macaxeira) e a criação de bovinos e de galináceos. Parte do apoio técnico necessário para esta mudança cultural na área se deve ao Centro de Mulheres do Cabo - CMC.

5.2.1. O Centro das Mulheres do Cabo - CMC

O Centro das Mulheres do Cabo – CMC - é uma Organização Não-Governamental, emergente das lutas populares e da explosão do movimento de mulheres na década de 1980. No início, as mulheres do Cabo se mobilizavam junto com as organizações de bairro pela melhoria das condições de moradia e realizavam campanhas de prevenção de doenças transmissíveis e promoção da saúde. Ainda tendo a luta comunitária como carro-chefe, as mulheres, a partir de 1979, passaram a comemorar o Dia Internacional da Mulher. Foi neste contexto de organização em prol da cidadania que nasceu o CMC, fundado em 25 de março de 1984, num ato que envolveu 600 mulheres - trabalhadoras, donas de casa e estudantes - dos mais diversos bairros e distritos do município.

Hoje, o CMC tem mais de seis mil associadas, e parte desse público participa e acompanha as atividades do Centro nos núcleos situados nos bairros periféricos e zona rural. Em sua trajetória, o CMC desenvolvendo ações de sensibilização junto as mulheres sobre seu papel na sociedade, priorizando a formação de multiplicadoras e fortalecendo a luta das mesmas contra as desigualdades de gênero e pela afirmação da cidadania. As ações do CMC são substanciadas em processos e práticas sócio-educativas inspiradas no feminismo que resgatam a mulher enquanto sujeito e cidadã.

Atualmente, o CMC é reconhecido por seu papel e sua influência no desenvolvimento da cidade do Cabo de Santo Agostinho e da região da Zona da Mata. O Centro ampliou os seus objetivos, missões, projetos e hoje possui vários parceiros nacionais e internacionais, dentre os quais Intermon-Oxfam, Eze e União Européia (ALMEIDA, 2005).

O Centro tem a finalidade de melhorar a qualidade de vida da mulher e de seus familiares, não só pela geração de renda, mas com trabalho de conscientização através de cursos, treinamentos, orientação desde a saúde até seus direitos na sociedade, para a mulher

da área urbana ou rural. Vale ressaltar que o CMC não se dedica exclusivamente às mulheres, mas a toda a sua família.

A equipe técnica do CMC é composta por 12 pessoas que, atualmente, desenvolvem três programas: a) Direito e Cidadania; b) Saúde sexual e reprodutiva; e c) Gênero e desenvolvimento sustentável (PROGEDES).

Este último programa engloba seis projetos: a) Gênero e desenvolvimento comunitário; b) Projeto Mulheres de Ipojuca; c) Projeto de acesso ao microcrédito (PAC); d) Projeto de Geração de Renda para famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); e) Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA); e f) Gênero e Desenvolvimento Local Sustentável - assentamentos e microrregião da Mata Sul.

O Programa Gênero e Desenvolvimento Local Sustentável abrange áreas urbanas do Cabo de Santo Agostinho, e os três assentamentos rurais: Potozi, Arariba da Pedra e Arariba de Baixo, considerados umas das áreas mais pobres do Município. O CMC buscou, através desse programa, contribuir na construção da equidade de gênero e afirmar os direitos de cidadania da população dessas áreas, em especial das mulheres, na colaborar para a redução da pobreza local, com uma atividade coletiva e adicional às suas rendas familiares, além de favorecer a participação qualificada das mulheres nos processos de desenvolvimento local e regional, apoiá-las na conquista da autonomia, e incentivar o desenvolvimento da auto-estima por parte das mesmas. O CMC tem, ainda, por objetivo contribuir para a superação das desigualdades de gênero nas políticas públicas. Ou nas palavras de Almeida (2005) o CMC

tem a finalidade precípua de melhorar a qualidade de vida da mulher e de seus familiares, não só com geração de renda, mas com trabalho de conscientização através de cursos, treinamentos, orientação desde a saúde até seus direitos na sociedade, seja a mulher da área urbana ou rural

5.2.1.1. Projetos do Programa Gênero e Desenvolvimento Local Sustentável para as áreas dos assentamentos

Os três assentamentos ainda têm na cultura da cana-de-açúcar sua principal fonte de renda (seja devido à produção nos lotes ou ao trabalho assalariado nas usinas da região), porém o CMC desenvolveu, através do Programa Gênero e Desenvolvimento Local, projetos diferentes para cada assentamento. A escolha de cada projeto se deu com base nas especificidades de cada uma das áreas. Tais projetos visavam à substituição da lavoura de cana-de-açúcar por outras culturas, que possam garantir aos assentados um maior retorno

econômico, bem como a autonomia dos mesmos frente aos usineiros da área, e deveriam trabalhar em grupos, em espaços coletivos. Assim, o esforço do CMC foi para contribuir com a geração da autonomia financeira dos assentados, no prazo de 2002-2004, que é o mesmo da vigência do programa. Cabe destacar que os assentados tiveram dificuldades em trabalhar coletivamente, sendo para muitos, complicado desenvolver atividades em áreas, das quais podem decidir individualmente, ou dividir tarefas e responsabilidade como pessoas que não sejam os membros da unidade doméstica de produção.

É horrível trabalhar em grupo! Agora a pessoa trabalhar só é bom: nem ninguém me aperreia, nem eu aperreio ninguém. É ruim trabalhar em grupo, a razão é porque um quer fazer uma coisa, outro já quer fazer outra e isso não dá certo, nunca dá certo e já perturba, foi o caso que nós mulheres trabalhamos cada dia uma pessoa. . Eu gosto de trabalhar só. É bom! É bom! (Assentada Potozi).

A seguir será feita uma rápida descrição dos projetos:

- **Aviários de Potozi**

No assentamento Potozi, foi escolhido o desenvolvimento de projeto de criação de galinha caipira. Para tanto, foi financiada a construção de seis galinheiros, medindo 1.500 m², o povoamento com 9.000 pintos e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para rações. O CMC também se responsabilizou pela capacitação de homens e mulheres no trato com a nova criação, bem como, para as demais etapas da gestão do projeto, desde a forma de lidar com o fornecedor até a etapa da comercialização.

Inicialmente, a comercialização se dava através da venda das aves vivas para abatedores da redondeza; posteriormente, visando facilitar a comercialização e aumentar a margem de lucro dos assentados, o próprio CMC alugou, na cidade do Cabo, um espaço para abater os frangos e vender sua carne em bandejas de isopor, de modo a agregar valor ao produto.

Houve, também, a orientação por parte dos técnicos do CMC de como aproveitar o máximo possível da criação de frangos. Inclusive a “cama” dos aviários (as fezes e as maravalhas³⁵), é transformada em estrume para o plantio de maracujá, para a recuperação do solo de Arariba da Pedra e/ou em insumos para os peixes de Arariba de Baixo. A venda desses insumos para os demais assentamentos sempre foi realizada por um preço abaixo do que o praticado pelo mercado.

³⁵ Pó de serra e pedacinhos de madeira, que sobram da serralaria, são utilizados como “cama” para os pintos.

Nesse assentamento, o grupo participante do projeto era, inicialmente, composto por dez homens e oito mulheres. O projeto enfrentou desde sua implementação diversas dificuldades, como por exemplo, a aceitação das instruções fornecidas pelos técnicos quando ao modo de cuidar das aves e até mesmo da aceitação de uma técnica mulher como responsável pelo projeto. Tais situações comprometeram a produtividade, e contribuíram para a oscilação, de acordo com a época, do número de assentados participantes.

- **A Fábrica de Polpa de frutas e o plantio de maracujá em Arariba da Pedra**

No assentamento Arariba da Pedra, optou-se pelo desenvolvimento de uma agroindústria de polpa e o plantio de maracujá. Desse modo, no início de julho de 2002, os participantes do projeto receberam do CMC sementes de maracujá, estacas, arames e cercas a fim de plantar em 4.5 hectares, e gradativamente chegar a 7 ha. Além do investimento necessário para o plantio do maracujá, foi construída uma estrutura de alvenaria, respeitando todos os critérios da vigilância sanitária, para absorver a fábrica de polpa de frutas, que tem a capacidade de 38.180 kg de produção, uma máquina de fazer polpa, um dosador, três *freezers*. Também foi construído de um poço artesiano e a aquisição de uma bomba de água para fazer a irrigação da área de plantio e garantir que a fábrica de polpa tenha água encanada. Vale ressaltar que o projeto não visa só beneficiar os que participam dele, e sim estimular tanto o desenvolvimento local do assentamento, quanto a busca da autonomia financeira com qualidade de vida. Partindo desse princípio, a fábrica também compra frutas dos outros moradores do assentamento que não participam do projeto.

A fábrica trabalha com embalagens de 1 kg e de 400 g. e tem garantida a venda semanal de 80 kg de suas polpas ao próprio CMC, para atender às creches que fazem parte de outro projeto do Centro.

Os técnicos do CMC orientaram os assentados na comercialização das polpas, os incentivando e acompanhando, principalmente os jovens, a outras cidades para oferecer as polpas em sorveterias, restaurantes, escolas de prefeituras, etc.

O grande obstáculo enfrentado por esse projeto, atualmente, é a não regularização do funcionamento da fábrica de polpa. Somente a partir dessa regularização é que o produto pode receber o selo de qualidade e assim ser mais facilmente comercializado. O selo de qualidade é o certificado de origem e da forma como as polpas foram produzidas, ou seja, é o certificado de garantia de um produto de qualidade e seguro para o consumo.

Aqui também há a preocupação em aproveitar tudo que está sendo produzido em benefício da comunidade. Assim, as cascas das frutas do maracujá são transformadas em adubo orgânico para o próprio assentamento e/ou vendidas aos outros dois assentamentos, seja como adubo ou, depois de trituradas, como excelente ração para as criações.

O grupo participante era formado por cinco casais, existindo uma pressão por parte dos maridos para as mulheres participarem mais ativamente. Entre as mulheres, uma se destaca pela presença decisiva, iniciativa e empolgação para com o projeto, o que não significa apatia por parte das demais. As dificuldades, principalmente na comercialização da polpa, geraram um afastamento dos assentados do projeto, hoje, praticamente, apenas uma família mantém a fábrica de polpa em funcionamento, se responsabiliza por tudo. Os demais assentados, apenas, fornecem (vendem) a matéria prima que será utilizada na fabricação da polpa.

• **Tanques de peixes em Arariba de Baixo**

Arariba de Baixo teve como investimento do projeto a construção de seis viveiros-tanque de 12.081 m² para criação de peixes; de um espaço sede de 48 m² para o beneficiamento do peixe (limpeza e transformação em filé) e um depósito para o manejo dos alimentos dos peixes.

A falta de prática com manejo da piscicultura, a ausência de hábito de alimentar os peixes na quantidade e na hora certa, e de controlar as águas dos tanques, criou uma desorganização e um desestímulo interno. Um fator que contribui para tal situação foi o limitado acesso às informações de como tratar os tanques, o déficit na prestação de assistência técnica e/ou a dificuldade de comunicação entre técnicos e assentados.

Inicialmente, 36 famílias participavam do projeto, mas somente 19 famílias estavam presentes na última fase, sendo estas representadas por onze mulheres e oito homens. Atualmente, a criação de peixes está sendo, aos poucos e com muita perseverança, reativada. Os homens se mostravam mais dinâmicos que as mulheres, e, muitas vezes, eram eles que incentivam a participação das mulheres no projeto, principalmente, os homens mais velhos, que consideram o papel da mulher importante no assentamento.

É ela que cuida dos filhos, da casa, então se ela tá na lida, estamos construindo o futuro junto. Tudo passa por ela, então sempre achei que ela devia participar das reuniões, aprender mais coisas e assim poder ensinar aos que ficam em casa e as outras mulheres que não podem vir, porque os maridos não deixam. Tem uns que ainda não dão valor a mulher, mas ela tá em todo lugar, e pela família faz tudo. Briga, enfrenta tudo, fome, sede, polícia (Assentado Arariba de Baixo).

Esse é dos três projetos o que mantém acessa a vontade/interesse dos envolvidos em dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido, mesmo com grandes dificuldades de manutenção dos tanques de peixes. Estes chegaram a ficar totalmente desativados por um longo período, aproximadamente um ano e meio. Desde o final de 2007, os assentados conseguiram que a prefeitura do Cabo de Santo Agostinho liberasse uma máquina, que realizará a limpeza dos tanques; além de recursos, junto a outras fontes financiadoras, para recomeçar a produção.

Os técnicos do CMC, afirmam que “as atividades desenvolvidas nos assentamentos foram escolhidas a partir de discussões com os assentados, em reuniões em cada assentamento, onde apresentamos estudo considerando a potencialidade de cada área, bem como de comercialização”. Porém, de acordo com o percebido durante a exposição de como ocorreram essas discussões, a impressão que ficou foi de que a escolha não foi tão “democrática” como se faz crer, principalmente no que diz respeito ao projeto de piscicultura. Já a fruticultura parece que correspondeu às expectativas dos envolvidos no projeto.

No presente momento, os projetos, nos três assentamentos, passam por dificuldades. A partir do encerramento do financiamento externo e, conseqüentemente, da redução do apoio intensivo do CMC, os assentados não têm conseguido gerir a contento os projetos. Salientamos, porém, que houve um grande empenho por parte dos técnicos do CMC, durante a fase de intervenção mais ativa, para que os assentados desenvolvessem um bom nível de autonomia. Essa deficiência de autonomia contribuiu para que parte da melhoria de qualidade de vida conquistada retrocedesse e, com isso, vários assentados se afastassem dos projetos, retornando às suas antigas formas de produzir e adquirir renda, ou seja, produzir cana-de-açúcar e/ou ser trabalhador deste setor.

Apesar dessa realidade problemática, destacamos a grande importância, e impacto, que tais projetos tiveram na vida dos assentados, e em especial na das mulheres e dos jovens. A partir das capacitações, debates e das reuniões das quais estas pessoas participaram, elas obtiveram maiores informações sobre seus direitos, sobre aspectos técnicos da produção e comercialização, além de terem vivenciado um espaço, agora público, no qual puderam expor as suas idéias e opiniões, e serem escutados, o que contribui para o aumento da auto-estima delas.

No início não queria participar, ele achava que era um bom negocio que nós podíamos ganhar com isso de criar as galinhas. Ele continuava fazendo as coisas dele e eu no projeto. Daí quando eu comecei a discutir com ele, a falar o que pensava sobre as coisas daqui, o que podia fazer, em vez de ficar do jeito que tava, ele não gostou. Mas num foi pra isso que eu vim pro projeto? Pra aprender coisas

novas. Ele queria que eu ganhasse dinheiro, mas num queria que eu pensasse, que soubesse dos meus direitos, do que eu posso fazer. Eu já tentava conversar sobre as coisas com ele antes, mas tinha que esperar quando ela tava animado. Hoje já num espero tanto pra falar, quando aparece uma oportunidade e falo, e se num aparece eu crio. Começo falando das coisas da casa, dos filhos, da escola, e digo o que acho sobre isso tudo e muito mais. As coisas aqui em casa num mudaram totalmente, mas eu já me imponho mais. (Assentado – Potozi).

5.3. Os assentamentos do Cabo de Stº Agostinho

5.3.1. A condição de morador

Apesar da condição de morador ter sido quase que totalmente extinta ao longo do tempo, do total de assentados que responderam ao questionário para levantamento do perfil sócio-demográfico³⁶ da área, ainda encontramos um percentual considerável, 23%, de pessoas moravam anteriormente em casa cedidas, e conseqüentemente mantinham, pelo menos em parte, as tradicionais relações de moradores com os proprietários da área.

Tais famílias desenvolviam atividades vinculadas à agricultura, em especial ao cultivo da cana-de-açúcar, e atividades não-agrícolas, seja em seus lotes ou não, para complementar a sua subsistência. E todos os membros, com exceção das crianças muito pequenas³⁷ ou daqueles que estavam debilitados, contribuía na execução das tarefas. Porém o trabalho realizado pelas mulheres, pelos adolescentes e pelas crianças é considerado ajuda.

Nesse contexto era comum, inclusive por estar implícito no “contrato de moradia”, a organização direcionada pelo homem, pai de família, é ele quem detém o controle do processo de produção como um todo, sendo o principal responsável pelos espaços produtivos externos à casa, cabendo à mulher o governo da mesma. Assim, enquanto cabe ao homem o espaço da produção, cabe à mulher a responsabilidade de trazer o produzido pela família, transformado em mantimento, para o âmbito da casa e torná-lo comida, consumo (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

³⁶ Refere-se ao total das unidades domésticas descrito na página 28.

³⁷ Segundo Menezes (2006, p.3) a iniciação no trabalho, na área canavieira, ocorre desde tenra idade, em geral aos 7 anos de idade, e constitui-se uma prática social fundamentada tanto na necessidade da cooperação dos braços de toda a família para garantir a sobrevivência quanto é constituinte do processo de aprendizagem associado à transmissão do trabalho como valor que constitui homens e mulheres dignos e honrados em suas famílias e grupos sociais, isto é, esta iniciação ao trabalho está vinculado a construção do “ethos camponês”.

Para Woortmann e Woortmann (1997):

É a casa, portanto, o ponto de partida do trabalho, realizado sob o governo do homem. É nela que são guardados os instrumentos de trabalho e as sementes; é ela que abriga os “braços” e é nela que se decide quanto e o que será cultivado. ... O produto do trabalho retorna para casa, onde passa para o governo da mulher. Há, portanto, dois movimentos opostos e complementares: o homem leva para fora, inclusive para o mercado; a mulher traz para dentro da casa, para o consumo (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 38).

Sempre foi ele disse quem tinha que fazer o que. Eu não decidia, mas trabalhava em tudo que fosse preciso. Até no corte da cana eu fui. Tinha que fazer a cota, pra poder comer. Se não tivesse isso, não dava pra ter comida em casa. Pra ninguém. (Assentada – Arariba de Baixo).

Aqui todo mundo trabalhava, em tudo, desde a cana até a rocinha do quintal, mas sempre foi o meu marido que tratava com o pessoal do engenho, quem ia fazer trabalhar na cana e quando. O que importava era que nós fizéssemos a cota, pra isso tinha que todo mundo ajudar. O pior era ir corta cana mesmo, mas hoje eu não vou mais. Hoje eu só trabalho nas nossas plantações. (Assentada – Arariba da Pedra).

Essa relação, morador-proprietário, tem sido aos poucos modificada, tendo em vista o fato dessas famílias não mais manterem a condição de moradores, sendo agora titulares de um lote, nos quais podem decidir por si só as atividades a serem desenvolvidas pela família. Sem contar que no processo mudança da condição de morador para proprietário, essas pessoas passaram por experiências que influenciaram ressignificação de diversas relações sociais estabelecidas.

5.3.2. Da ocupação a legalização – o acampamento

Vale ressaltar que o CMC não participou diretamente, nem indiretamente, das conquistas dessas áreas de assentamentos rurais, tendo apenas iniciado seus trabalhos nas referidas áreas após a realização de um levantamento das áreas rurais carentes no Cabo de Santo Agostinho, localizando assim os três assentamentos. Os referidos assentamentos não foram gerados pela mesma instituição ou organização³⁸, sendo frutos de lutas singulares a cada caso, como é apresentado a seguir.

O assentamento Potozi é fruto das lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST, que inicialmente, ocupou, em 1991, as terras do Engenho Campo Alegre, à época, pertencentes à Destilaria JB. Os integrantes do MST vieram arregimentados principalmente das cidades de Vitória de Santo Antão e Escada, mas também encontramos

³⁸ A caracterização que se segue resulta de entrevistas com assentados e assentadas e de pesquisa documental disponível no CMC.

peessoas advindas de outras cidades como, por exemplo, Chã Grande. Tal ocupação não deu certo e os sem terras foram despejados do Engenho Campo Alegre dois meses depois. Após um ano, em 12 de outubro de 1992, parte deste grupo instalou-se no Engenho Potozi que fica a 55 km da sede do município do Cabo de Santo Agostinho, ocupando uma área de aproximadamente 163,33 ha. Em 12 de outubro de 1993 o Fundo de Terras de Pernambuco - FUNTEPE, instituição do governo do Estado de Pernambuco, concedeu o título de posse aos acampados. Hoje, são assentadas na área 55 famílias e cada parcela equivale a aproximadamente 3 hectares, sendo que uma única parcela possui 9 hectares. Nesse assentamento, muitos poucos são antigos moradores, e/ou trabalhadores da área e redondezas.

Acampamos no engenho Campo Alegre, engenho vizinho ao assentamento, e lá passamos dois meses. Fomos despejados do engenho Campo Alegre que pertence a Destilaria JB e voltamos para nossas casas. As famílias, que não tinham para onde ir, ocuparam a Prefeitura de Vitória de Santo Antão. Depois de um ano, aos 12 de outubro de 1992, ocupamos o engenho Potozi e passamos 01 ano negociando com o FUNTEPE. No dia 12 de outubro de 1993 foi concedido o título de posse. Hoje, são assentadas 55 famílias.

O assentamento Arariba da Pedra é o mais novo entre os três assentamentos a serem estudados. Situa-se a 67 km da sede do município do Cabo de Stº Agostinho e possui uma área de 512,50 hectares. As famílias de assentados receberam do INCRA, através de decreto, em 18/9/1996, o título de posse da terra. Uma parte de seus assentados é formada por antigos moradores da usina de Massauassu, falida na década de 1990, que receberam os lotes como forma de pagamento de dívidas trabalhistas, e os demais são provenientes da própria Zona da Mata (Sirinhaém, Escada, Rio Formoso) do Agreste (Gravatá e Limoeiro) e Sertão de Pernambuco (Ibimirim, Sertania e Custódia), que abandonaram suas regiões, principalmente, devido à escassez de água.

O assentamento Arariba de Baixo possui uma área de 881,25 hectares e dista 33 km do Cabo de Stº Agostinho. Sua ocupação foi coordenada pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST, que convocou e arregimentou pessoas dispostas a lutar pela terra, em diversos municípios do estado de Pernambuco (Gravatá, Pombos, Sertânia, Carpinas, etc.) e, até mesmo, em Estados próximos (Rio Grande do Norte e Maranhão), e em sua maioria eram trabalhadores rurais, inclusive oriundos da cana-de-açúcar que residiam nas sedes das cidades e com história de vida vinculada a áreas rurais.

Existem também, na área, alguns assentados que, nunca viveram, ou trabalharam, na zona rural, mas esses também tinham as suas raízes familiares vinculadas ao rural. Vale ressaltar, porém, que todos eles acreditavam que essa nova forma de viver era o que poderiam

ter de melhor, possuir um lugar seu, com condições de trabalho e onde pudessem criar laços afetivos e de solidariedade, e assim construir uma vida digna e honrada. O assentamento recebeu por um ano e meio apoio técnico do Fundo de Terras de Pernambuco - FUNTEPE. Porém, após conflitos internos no local, o FUNTEPE retirou-se e o INCRA assumiu, formalizando o assentamento em 26 de dezembro de 1994. Segundo o INCRA³⁹ este assentamento tem capacidade para 36 famílias; porém de acordo com as informações coletadas junto ao CMC e Governo do estado de Pernambuco⁴⁰ estão assentadas na área cerca de 150 famílias.

“No acampamento foi muito difícil, tinha gente de vários lugares, a gente não sabia em quem confiar, mas tinha que confiar uns nos outros, num tinha outro jeito, né... Tava todo mundo igual... Tinha os que a gente já conhecia, de onde nós viemos, de cada lugar tinha um grupo e nós procuramos ficar junto... Todos os conhecidos, mesmo os só de vista, procurava ficar perto, ficar na lona, sabe como é? Mas depois todo mundo foi se conhecendo e virou uma grande família” (Assentada – Arariba de Baixo).

5.3.2.1. Ocupantes e moradores – a formação dos assentados

Ressaltamos que em todas as áreas trabalhadas, no âmbito de cada assentamento, encontramos relatos que apontam para a formação de dois grupos, duas identificações diferentes que se constituíram à época do acampamento – moradores e ocupantes sem-terra -, e a existência de conflitos entre eles, mesmo que posteriormente solucionados.

A invasão foi calma, na época eu já morava aqui no engenho. No começo a gente tinha um pouco de medo, de eles ficar com a terra a nós não. Mas de pouco em pouco vimos que nós íamos ter terra também que não ia ser só pra invasão, então ficou tudo bem. Nesse período eu vivia com minha mãe e irmãos. Tudo viva da cana, daí eu fui pra Recife, pra trabalhar, mas depois voltei, porque meu marido, esse que eu to vivendo agora, só podia ter parcela se fosse casado, daí nós se juntamos. (Arariba da Pedra)

A invasão foi à noite, chovia muito e nós só escutava o barulho de carro, caminhão... tudo chegando e trazendo gente. E durante muito tempo eles era estranho pra gente, num era gente daqui, ninguém conhecia. Pra nós eles eram invasores e nós tínhamos... um pouco ... de medo deles ... a gente não conhecia ninguém. ... Mas depois isso acabou. Ficamos tudo amigo.

As entrevistas a cima, também nos chamam atenção por deixarem expressa uma problemática comum nas áreas onde a crise da cana-de-açúcar deixou a sua marca, ou seja, a luta pela terra e a tensão existente na convivência, durante esse processo, de antigos

³⁹ Site oficial do INCRA (www.incra.org.br), na área de serviços [desapropriação / imóveis - relatório analítico por uf.](#)

⁴⁰ Diagnóstico socioambiental - litoral sul de Pernambuco- Publicações CPRH /MMA – PNMA II. www.cprh.pe.gov.br/downloads/16_Quadro.pdf

moradores/trabalhadores locais e as pessoas que vêm de fora, ambos em busca do mesmo sonho. Nessa luta, apesar de ambos terem o mesmo objetivo, isto é a posse da terra, em alguns momentos, principalmente nos primeiros dias após a “invasão”, apresenta-se como uma disputa entre “os de fora e os de dentro”.

Inicialmente a convivência entre estes grupos não foi harmoniosa⁴¹. Os antigos moradores das áreas ocupadas não sabiam o que iria acontecer a partir das ocupações, por eles denominadas de “invasões”, e tinham receio de que seus direitos adquiridos, devido a dívidas trabalhistas não pagas pelos antigos patrões, fossem subtraídos em favor dos ocupantes, que estavam vinculados a movimentos sociais. Desse modo, como forma de se protegerem, durante certo tempo, boicotaram e se opuseram a “invasão”. Já os recém chegados viam com desconfiança os moradores das áreas e entornos. Para eles esses últimos eram considerados os estranhos, diferentemente dos que vieram para ocupar, aqueles com quem travaram conhecimentos no processo de luta, esses eram considerados companheiros, foram com quem dividiram o ônibus, o desconforto, as angustias e, também, a esperança de uma nova vida.

A mudança na realidade local, transformada pela ocupação da área por pessoas estranhas ao convívio social anteriormente estabelecido, não era conveniente a todos. Em suas primeiras observações os moradores julgavam-se muito diferentes dos “de fora”, a quem consideravam arruaceiros, e invasores. Os “ocupantes” por sua vez, apresentavam também desconfianças quanto aos antigos moradores em decorrência da própria situação que se encontravam: tendo de abandonar os locais de origem, desempenhar diversas atividades, inclusive alheias à agricultura, na busca da sobrevivência. Porém, a convivência entre antigos moradores e “ocupantes” mudou a rotina do lugar e deixou sua contribuição para o processo de resignificação de diversos padrões culturais, dentre os quais as relações de gênero.

5.3.3. A concretização do sonho – os assentamentos

Os três assentamentos de reforma agrária, criados da década de 1990, compreendem 267 famílias ou unidades domésticas de produção⁴², distribuídas da seguinte forma: Potozi -

⁴¹ Ressaltamos que o processo de interação entre os antigos moradores e os acampados é muito abrangente e que para dar conta de tal complexidade seria necessário realizar uma pesquisa, com referencial teórico mais específico, o que não é o objeto deste trabalho.

⁴² A unidade familiar de produção engloba não apenas a terra, a água, os instrumentos e os insumos, mas também a moradia e os trabalhadores e trabalhadoras, remunerados e não remunerados, de que se serve. Já as unidades domésticas são constituídas pelas pessoas que vivem sob o mesmo teto e que, sendo ou não parte da família, estão incluídas no seu orçamento. Nela se encontram os trabalhadores e trabalhadoras não remunerados da unidade familiar de produção. Entretanto, além desses trabalhadores, o grupo doméstico também inclui as

55 famílias; Arariba da Pedra – 62 e Arariba de Baixo – 150. De acordo com os dados apresentados abaixo, pode-se observar que as mulheres aparecem como maioria da população nos 3 assentamentos, e que é considerável a quantidade de crianças, chegando, no caso de Arariba de Baixo, a até cinco crianças por família.

Tabela 2: Perfil Amostral dos Assentados:⁴³

QUANTITAVOS / ASSENTAMENTOS	POTOZI	ARARIBA DA PEDRA	ARARIBA DE BAIXO	TOTAL
Homens	89	143	109	341
Mulheres	115	190	113	418
Crianças e adoles masc. (0 a 16 anos)	57	97	113	267
Crianças e adoles femin. (0 a 16 anos)	97	132	116	345
TOTAL	358	562	451	1371

Cabe ressaltar que esses dados não refletem com exatidão a realidade, pois percebemos que várias das famílias são extensivas, nas quais vivem mais de um casal e seus filhos, normalmente os filhos e/ou filhas jovens ou adultos dos proprietários dos lotes.

As unidades produtivas vinculadas aos assentamentos atuam, como já foi dito, sob o regime produtivo da agricultura familiar, ou seja, são unidades que produzem alimentos e matérias primas e que, tendo acesso à terra e aos instrumentos de produção, utilizam-se da força de trabalho de todos ou de alguns membros ativos da família para realizar a totalidade ou a maior parte do trabalho necessário.

O que podemos observar nos assentamentos, de uma maneira geral, é o papel central que a família tem na vida dos assentados, o que faz com que toda a lógica de produção seja definida a partir dela, e em favor da sua reprodução e da manutenção, dentro do possível, de seus hábitos e costumes.

Aqui quem manda é nós. É tudo feito por nós, todo mundo ajuda. Todo mundo trabalha, tudo é pra família, pelo futuro dos filhos. É por isso que nós se sacrifica tanto. Todo mundo trabalha, todo dia, e ainda tem que trabalhar na usina, por que daqui num sai dinheiro pra ninguém não. Nós trabalhamos, mas paga num tem não. A paga é a casa, a comida, as coisas da família mesmo. O que a gente compra pra produzir. A mulher faz as coisas de casa, porque isso é coisa dela, do mesmo jeito que os filhos, trabalha na roça e fora do assentamento. Não é assim que tem que ser, todo mundo fazendo seu bocado. É coisa de parente, e de amigo, mesmo.

peças que, vivendo sob o mesmo teto, não trabalham na unidade familiar de produção, como bebês, idosos, doentes e aqueles trabalhadores que são assalariados de tempo integral fora da unidade familiar de produção (OLIVEIRA, 2001).

⁴³ Refere-se ao perfil do total unidade domésticas descrito na página 28.

As instituições de desenvolvimento rural reconhecem que as unidades produtivas operam com a participação de diversas pessoas que desempenham papéis diferentes. Entretanto, tal reconhecimento ainda não conseguiu modificar completamente a idéia de que o sujeito masculino/chefe de família representa a própria unidade familiar de produção. Daí, resulta o fato de várias vezes, ele representar o grupo produtivo na sua totalidade e de responder pelas atividades desenvolvidas por todos os seus componentes. Dessa forma, a informação, o crédito, o treinamento, a assistência técnica, etc. continuam sendo dirigidos quase que exclusiva, ou preferencialmente, a ele, embora nem sempre seja a pessoa mais adequada para receber e socializar esses benefícios.

Não vou dizer que tem vez que isso não me chateia. Mas eu já acostumei. Ele sempre fala em nome de todos, as vezes até mesmo na minha frente, como se eu não tivesse junto. Ele é o “chefe”, mas tem vez que eu me pergunto, que importância tem isso. Tudo que ele ta conseguindo é pro melhor da gente. Então que diferença faz se ele que fala ou eu? No fim das contas eu sempre dou um jeito de me meter nas decisões dele, de dizer o que acho. Outra coisa é que já vi que tem lugar onde só quem pode falar é ele, e isso porque os técnicos esperam assim, só procuram por ele. É como o que ele diz é ordem, ele é o dono, então só ele pode falar, o que digo eu ou os filhos, mais ainda as filhas, não tem valor, nós só obedece. Como eu disse se for preciso ser assim pra nós vencer, tudo bem. Afinal é isso que mais importa. (Assentada - Potozi)

A atuação do CMC, na área de estudo, contribuiu para que tal realidade seja alterada e que tanto as mulheres, como as instituições, governamentais ou não, reconheçam que as mulheres são atores sociais e sujeitos de direitos. Tal esforço pode ainda, não se refletir em uma transformação das relações sociais entre os assentados e instituições, ou mesmo entre os próprios assentados, mas já apresenta sinais de mudanças.

A idéia do CMC é que as mulheres são membros ativos da unidade familiar de produção, e como tais, devem ser vistas. Assim, buscamos implementar programas para as áreas de assentamento que ressaltem essa condição, ao mesmo tempo em que contribuam para que os organismos governamentais promotores de políticas públicas sejam mais sensíveis a questão das mulheres. (Técnico do CMC).

Nossa experiência, em trabalhos com mulheres, demonstra que elas desempenham um papel muito importante no seio de suas famílias, além de cuidarem de todas as tarefas reprodutoras, normalmente, também oferecem apoio emocional, e financeiro, quando possível, aos demais membros, bem como se responsabilizam pela união da família. (Técnico do CMC).

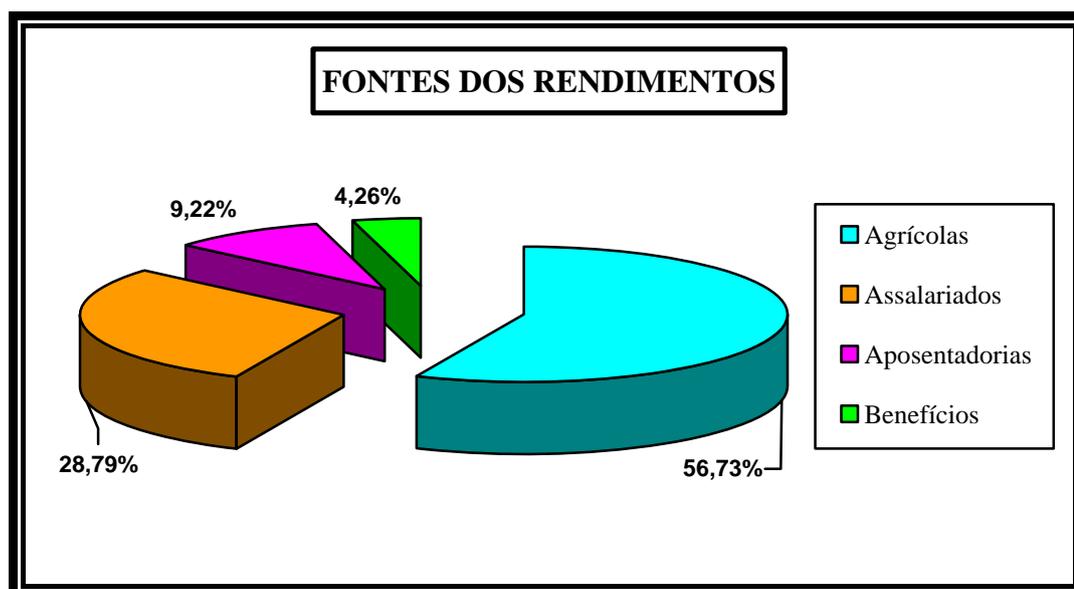
Elas não querem, mais, ser tratadas somente como esposas, querem ser vistas como agricultoras, como aquelas que cuidam de tudo, que tem participação ativa em todas as atividades no seio da família, tanto nas produtivas, quanto nas reprodutivas. Afinal, são elas que administram os recursos no âmbito da família, são as responsáveis pela subsistência de todos. E nas horas que se faz necessário que elas assumam uma posição de maior efetividade e de tomadora de iniciativas, elas não decepcionam. Durante todo o período de trabalho com elas, ficou claro que o que vem em primeiro lugar é a família, para elas a prioridade é o bem estar de todos, é a

realização dos sonhos comuns. Elas são sempre dispostas a abrir mão de seus sonhos em favor de todos. O que não quer dizer que no momento em que aparecem as oportunidades/espços para lutarem por suas vontades elas as desperdiçam, elas arregaçam as mangas e vão à luta. Como no caso da construção do galpão para o beneficiamento do pescado. Os homens não queriam realizar a obra, a não ser que houvesse distribuição de cestas básicas. Só que o CMC não tinha mais recursos financeiros para isso. Então as mulheres pegaram no pesado e iniciaram a construção. A partir daí, os homens se engajaram e terminaram a obra. Mas o mérito é todo das mulheres, dessas mulheres guerreiras, que não se importaram com o padrão social a elas imposto pela sociedade. (Técnico do CMC).

Quanto à renda das famílias assentadas, algumas entrevistas mostram, que a principal fonte de renda, provém de atividades desenvolvidas nos lotes e da venda de força de trabalho, como bóias-frias, para as usinas da redondeza. Por outro lado, as fontes de emprego remunerado nas localidades vizinhas são bastante limitadas, e quando existem, podem ser muito pouco atrativas e sazonais, normalmente, na época de veraneio, seja em função do turismo ou do trabalho doméstico, entre outros, da prestação de serviços, cujos níveis de remuneração muitas vezes não justificam nem mesmo o esforço físico.

Porém, observa-se na área a existência de pessoas, em geral mulheres, com emprego público, normalmente no setor educacional e de serviços gerais da Prefeitura Municipal, ficando os homens com os empregos vinculados aos setores da construção civil e de serviços, sendo os postos de trabalho mais ocupados: pedreiro, mestre de obras e funileiro.

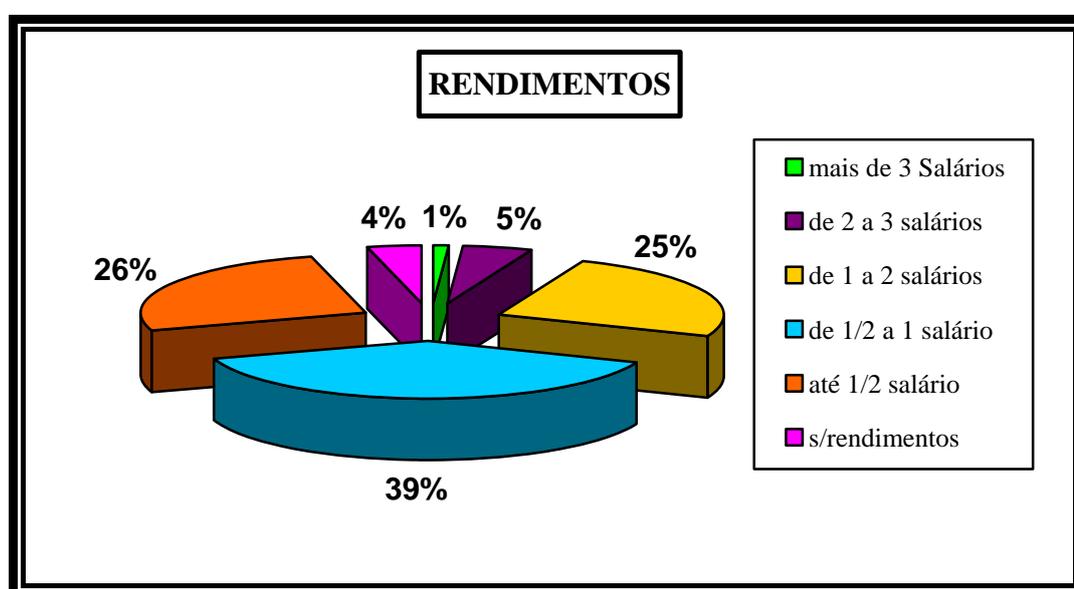
Gráfico 1: Fontes dos Rendimentos



Pode-se afirmar que os ganhos das unidades produtivas estão assim divididos: 56,74% são provenientes da agricultura (aproximadamente 68,9% no lote e restante trabalhando para terceiros), 28,79% dos trabalhos assalariados realizados pelos diversos membros da unidade doméstica, 9,22% da aposentadoria dos idosos e 4,26% outros benefícios sociais.

Quanto aos rendimentos auferidos pelos assentados entrevistados podemos dizer que aproximadamente 30% dos assentados estão abaixo da linha de pobreza⁴⁴ e que dos 70% acima desta, 38% auferem renda mensal com valores entre ½ a 1 salário mínimo por mês, 26% de 1 a 2 salários, 5% de 2 a 3 salários e que apenas 1% afere mais de 3 salários mínimos.

Gráfico 2; Rendimentos



5.3.3.1. Infra-estrutura e serviços sociais

A infra-estrutura, nos assentamentos analisados, é deficitária, com destaque para Potozi – o mais carente dos três -, onde aproximadamente 50% das casas são de taipa, e, quase todas, não possuem sanitários em seus interiores. Já em Arariba da Pedra e Arariba de Baixo quase não são encontradas casas que não sejam de alvenaria. Salientamos que os assentados receberam o crédito moradia e o crédito de apoio à instalação após os assentamentos terem sido criados, porém, devido à falta de informação, acompanhamento e

⁴⁴ A linha de pobreza aqui utilizada é a mesma referida por Leite, Heredia e Medeiros (2004), isto é, de ½ salário mínimo, que no ano de 2007 era R\$ 380,00.

incentivados pela ausência de fiscalização no uso de tal verba, ocorreram muitos desvios e mau uso/administração da mesma, a maioria investiu na plantação, outros em interesses pessoais.

As vias de acesso encontram-se em péssimo estado nos três assentamentos e apenas Arariba de Baixo possui via interna onde trafega transporte coletivo. Os moradores dos assentamentos dispõem de transporte público, porém no caso de Potozi o deslocamento é feito com maior facilidade para o município de Vitória de Santo Antão, pela sua proximidade com este, do que para o Cabo de Santo Agostinho.

No campo da educação, observou-se, primeiro, que o patamar de instrução formal de mulheres e homens adultos está equiparado, sendo, muito insatisfatório. Segundo, que são poucas as possibilidades de elevar esse nível, principalmente quando se leva em consideração os investimentos locais em equipamento escolar, que apesar de ser diferente para cada um dos assentamentos, ainda é deficitário: No assentamento Arariba de Baixo existe uma escola de ensino fundamental 1 e 2 (1ª a 8ª série)⁴⁵; e os outros dois assentamento oferecem apenas condições de cursar até o ensino fundamental 1(1ª a 4ª série), sendo que em Potozi as aulas são realizadas em um quatinho de aproximadamente 9 m², sem sanitário. A frequência das crianças combina o horário da escola com o das tarefas produtivas e reprodutivas. Muitos jovens dos assentamentos para dar continuidade aos estudos precisam se deslocar às áreas circunvizinhas.

A assistência médica nos assentamentos é prestada por profissionais de saúde – médicos, enfermeiros, agentes de saúde - porém a periodicidade com que estes profissionais se encontram nos assentamentos é variável. No caso de Arariba de Baixo existe médico diariamente no posto de saúde. A pior situação é a dos assentados de Potozi que chegam a ficar 3 meses sem receber a visita de um profissional de saúde. Deve-se ressaltar o reconhecimento, por parte das comunidades, do papel que cumprem as mulheres no atendimento à saúde das famílias. De forma caseira e utilizando remédios naturais, são elas que, repassando receitas de mães para filhas, cuidam dos doentes crônicos, dos achaques dos mais velhos, atendem às fragilidades da infância e prestam os primeiros cuidados em casos de urgência.

5.4.A realidade feminina nos assentamentos Potozi, Arariba de Baixo e Arariba da Pedra.

⁴⁵ Tal escola, que existe há oito anos, foi reformada e entregue a população em abril de 2007.

Nos assentamentos estudados, a participação das mulheres, tanto em tarefas de reprodução quanto nas produtivas, pode ser observada. As mulheres estão presentes nas áreas, junto com maridos e pais, desde a ocupação destas. Como parte dos assentados, principalmente os de Arariba da Pedra, é formada por ex-moradores/trabalhadores dos engenhos/usinas falidas e receberam a parcela como forma de pagamento de dívidas trabalhistas, várias famílias já moravam e desenvolviam as suas atividades, onde hoje estão situados os assentamentos. As atividades eram normalmente divididas entre todos os membros da família, não excluindo nem as mulheres, nem as crianças.

Nós já morávamos, a gente trabalhava na cana. Todo mundo trabalhava, menos minha mãe, e só não ia porque era muito doente. Nem da casa ela tomava conta sozinha, a gente sempre ajudava. Daí quando a usina fechou, a gente não tinha nada, mas tinha um dinheiro pra pegar, coisa que não tinha nos dado no tempo certo. Daí, ficamos com a terra. Quando teve a invasão tivemos muito medo, medo de perde a terra pra eles, afinal a gente não tinha nada, e precisava sobreviver, comer, vestir... (Assentada – Arariba da Pedra)

Um fator complicador para os assentados, principalmente para os antigos moradores ao receberem a terra, foi o fato de não estarem acostumados a administrar a produção, pois na situação anterior plantavam apenas o suficiente para o consumo da família e o resto do tempo trabalhavam na cana-de-açúcar. Essa forma de trabalho gera, entre outras, a dificuldade de lidar com a comercialização, pois antes, isso não era assunto que lhes dissesse respeito. Tendo em vista tal fragilidade os assentados foram enganados mais de uma vez por atravessadores.

Nós sempre trabalhamos com a terra. Só não numa terra nossa, é mais complicado. Antes a gente só trabalhava pros outros, recebia aquele dinheirinho no fim do trabalho. Agora não tem semana que quase não tem nada, mas aqui tudo é da gente. Ninguém nos maltrata. Sem essa terra nós não seríamos nada.

A maior parte das entrevistas realizadas aponta a esperança de uma vida nova com melhores condições, bem como relembra o medo sentido diante do incerto, do desconhecido, da fome, e das condições de habitabilidade enfrentadas até serem assentados, ou seja, para eles o momento da ocupação, e o período do acampamento, se apresentavam tanto como “tempo de esperança” quanto “tempo de sofrimento” no dizer de Wanderley (2003).

Era muito difícil, não tinha nada. Tudo era no jeitinho, era muito ruim, não tinha como dormir direito. Mas eu só pensava em ter o meu canto. Um canto onde meus filhos crescessem e eu pudesse ficar tranquilo. Mas se minha mulher não tivesse vindo junto, eu não tinha ficado, ela sempre trabalhou muito. Ela sempre quis o canto da gente, era difícil ficar sem trabalho, não ter o que dar pra família comer. Então aqui a gente consegue ver uma oportunidade (Assenta – Arariba da Pedra).

O espaço do acampamento é construído e organizado espacialmente, de tal modo que põe em constante interação os habitantes, tendo em vista que as famílias residem em barracos próximos uns dos outros. Tudo isso visa contribuir com o processo de formação política que busca colocar homens e mulheres em movimento.

Os atuais assentados, também, atribuem importância à presença das mulheres durante o processo de ocupação e na fase inicial dos assentamentos, ressaltando o papel de incentivadoras e aglutinadoras dos sonhos da família, bem como a resistência delas frente às situações inóspitas vivenciadas. Tal colocação pode ser observada no trecho de entrevista citada anteriormente. Nesse período, as mulheres se responsabilizavam pelo preparo da alimentação do grupo, pelas lutas por educação para as crianças e por saúde para todos, ao mesmo tempo em que trabalhavam na agricultura.

A vida tava muito difícil, nós num tinha como viver, quase num tinha comida, então voltamos pro campo... eu mesmo num tinha trabalhado no campo não, mas meus avós era do sertão, tinha a rocinha deles e foi assim que criaram os filhos ... Se eles fizeram assim, nós também íamos tentar... foi pensando nisso que viemos pra aqui. No início foi ruim, ficar na lona, num tinha água, tinha que pegar longe, mas pro bem da minha família fazia tudinho de novo. Às quatro horas da manhã todo mundo estava trabalhando, as mulheres, os homens todo mundo junto, não dava pra ter muita diferença não. Lógico que na hora da agricultura os homens é que desmatavam, e as mulheres trabalhavam colocando as sementes, as mudas. (Assentada – Arariba de Baixo).

Pode-se observar, enquanto componente de determinadas estratégias desenhadas para as mobilizações, a presença das mulheres em determinados eventos, marchas e enfrentamento com a polícia. Geralmente, nesses momentos, elas vão à frente, como uma espécie de símbolos das famílias - como narrado em Arariba de Baixo, onde as mulheres e crianças foram colocadas à frente, como escudo, em situações de enfrentamento com a polícia; em outros momentos, principalmente nos de tranquilidade, elas ficam em “casa” com as crianças e os homens assumem as iniciativas das ações, impulsionadas, avaliadas e avalizadas por toda a família.

A experiência do processo de luta pode ter significados distintos para homens e mulheres, para jovens e para adultos de uma mesma família, isso porque, segundo Lopes e Butto (2008), há um investimento diferenciado e também as diversas dimensões complexas que o termo “luta” envolve.

Fernandes (2000) define a ação de acampar como ocupar, coletiva e organizadamente, um espaço visando conquistar a terra. O acampamento é esse *lugar* entre a ocupação e a posse do lote. É também o território de barracos de lona e de despejos, de organização e de gestão coletiva, de assembléias, de trabalho comunitário, de militância ativa e de resistência. A sua

dinâmica implica o desenvolvimento, por parte de cada um de seus membros, de uma função. Isso faz com que os acampados participem de diferentes atividades desenvolvidas no espaço do cotidiano, organizado em ocasiões para facilitar as atividades comunitárias.

A divisão de funções de gênero encontra-se fortemente condicionada pelo caráter provisório destes espaços, já que para a maioria dos acampados a materialização da luta é representada pelo acesso ao lote, quando inicia a concretização de seu projeto de vida. Mas concordamos com Esmeraldo (2006) quanto afirma que

no acampamento exercitam-se novas sociabilidades e relações no interior do núcleo familiar e entre famílias voltadas para fortalecer a luta pela conquista da terra. As barracas e a assembléia são lugares de circulação comum, de construção de uma unidade e atuação política voltada para fortalecer resistências. As fronteiras entre o público e o privado, entre os lugares de circulação de homens e de mulheres, se desfazem para dar lugar ao exercício de atividades de natureza política. Esse embaralhamento na circulação de lugares e de papéis dos gêneros masculino e feminino se faz porque há uma prioridade que se inscreve no momento acampamento (Esmeraldo, 2006).

A precariedade das condições, a moradia em barracos, limita o desenvolvimento da vida familiar em seu interior. Tal limitação repercute, ampliando o tempo e espaço de convívio coletivo. Essa instabilidade contribui ainda para que, no interior dos barracos, as relações de gênero, implícitas na divisão de tarefas, também sejam vivenciadas diferentemente do naturalizado tradicionalmente.

Some a isso o fato, observado por Esmeraldo (2006), de que

a vida no acampamento é constantemente retomada, ou seja, tudo se faz e se refaz a cada amanhecer. Porém esse modo de viver permanentemente no limite da tensão pode incorrer em riscos de conflitualidade interna, em desavenças entre acampados. Assim, aos cuidados com a reposição das energias vitais dos membros das famílias adiciona-se a atenção com o equilíbrio emocional e afetivo entre as mesmas. A busca pela construção de um ambiente socialmente compartilhado passa a fazer parte das preocupações. Questões consideradas da responsabilidade exclusiva do núcleo familiar, do mundo privado, como o provimento de alimentos para toda a família, o tempo de repouso noturno, o destino do lixo doméstico, a escolarização e a atenção à saúde das crianças, a violência doméstica, passam a serem tratadas no âmbito das comissões (ESMERALDO, 2006).

Todos esses fatos indicam que as extremas condições de sobrevivência e vulnerabilidade que o grupo vivencia facilita a auto-percepção dos acampados, homens e mulheres, como sujeitos iguais de resistência. A experiência vivida, pelas mulheres, durante o período da luta pela terra e acampamento contribuiu para a formação de uma nova realidade no que diz respeito às relações de gênero na área.

Anita Brumer e Gabriele dos Anjos (2008), ao argumentam que

a experiência de mobilização em torno da luta pela terra constitui-se como uma ruptura social com a situação anterior das mulheres assentadas, tanto para aquelas originárias do meio rural – devido à precariedade de sua situação como membros de famílias de parceiros, arrendatários ou de agricultores familiares com dificuldade de reprodução –, como para aquelas oriundas de periferias urbanas, em situação de subemprego ou desemprego (BRUMER; DOS ANJOS, 2008, p. 119).

A partir desse momento, as mulheres assumiram uma atitude mais concreta e participativa nas decisões coletivas, seja no seio da família, seja no próprio acampamento. Essa postura demarca a sua inserção na esfera pública, mas, além disso, deflagra uma nova forma de se enxergar como mulher, aponta uma mudança da auto-estima das envolvidas.

Tudo isso pode ser apreendido a partir de trechos dos depoimentos tomados, nos quais, as mesmas demonstram orgulho e o valor que atribuem à participação nos momentos da mobilização, da invasão e da formação dos assentamentos.

Desde que a gente chegou aqui, junto com o grupo, nos passamos a poder dizer o que achava, e era escutado. Era assim pra fazer uma coisa todo mundo era escutado pra só depois fazer... Num importa se era mulher ou homem, todo mundo dizia o que achava... Todo mundo tinha suas tarefas, não vou dizer que tinha tarefas que só as mulheres faziam, como cuidar das crianças pequenas ... mas tinha outras que nós não era muito acostumadas a fazer e que aqui tinha que fazer, como participar de reunião com o povo de fora... que vinha aqui pra ver como estava as coisas... (Assentada - Arariba de Baixo).

Eu me senti muito orgulhosa no dia que disseram que a terra era nossa, que tanto nós, quanto os antigos moradores agora tinha um pedaço de terra nosso pra plantar. Senti que tudo aquilo que tinha passado, todo o esforço valeu a pena. Já me sentia assim desde do dia que decidi, junto com meu marido largar tudo, lá em Pontezinha e vir pra cá. E essa importância ia crescendo cada vez mais quando podia participar das reuniões, dos treinamentos. Era muito bom ser escutada, considerarem o que tava dizendo pra tomar decisões, eu e as outras mulheres, porque antes a gente num falava muito nas reuniões, ficava só escutando, quieta lá no canto, aqui não a gente tinha que falar, que agir, dependia de todos pra dar certo, pra poder ter o pedaço de terra da gente, então todo mundo passa a ser importante. (Assentada - Arariba da Pedra).

Podemos então ratificar a posição de Garcia e Thomaz Junior (2002) de que o cotidiano das relações nos acampamentos caracteriza-se pela precariedade no modo de vida e pela criação de identidades coletivas e laços de solidariedade horizontal.

É. Não é só os parentes que ajuda, não. Quando alguém tá aperrado os amigo ajuda. Noutro momento a ajuda vai pra outro. Senão fosse assim ia ser tudo mais difícil. Quando a gente morava na cidade isso quase que não tinha, era cada um por si. Não que aqui as pessoas não pense em si, sempre tem um que quer ser mais sabido, quer tirar vantagem, mas mesmo assim os demais se ajudam. E mesmo os “sabidos” também ajudam e precisam de ajuda (Assentada – Potozi).

As mulheres daqui sempre arregaçaram as mangas, na época da necessidade trabalhavam iguais a qualquer um, ou mais, ainda cuidavam das crianças. Mesmo

quando a coisa não estava boa, elas não desanimavam, eram elas quem encorajavam os outros. Falavam que era o sonho da família, era o futuro dos filhos e de todos (Assentado – Potozi).

Baseado no apresentado até aqui, nos trechos de depoimentos citados, o papel da mulher como sujeito de resistência e “companheira de luta” é valorizado, especialmente, pela sua capacidade de trabalho.

Segundo depoimentos, durante o período de acampamento as estratégias adotadas pelas famílias eram as mais diversas possíveis. Encontramos recordações de famílias que viveram todo o tempo no âmbito do acampamento; outras em que as esposas viviam em localidades próximas com os filhos e apenas o esposo ficava no barraco, com o inverso também sendo verdade, e casos onde um dos membros saía para desenvolver atividades fora da área do acampamento, ficando o cônjuge no barraco desempenhando as atividades reprodutivas. Nesses últimos casos, bastante comuns, não é a distinção de sexo que define quem fica e quem sai, mas sim a necessidade. Sai para desempenhar atividades fora quem consegue trabalho remunerado, e em qualquer atividade.

Durante um tempo eu morei em Pontezinha, mas quando soubemos que pra ele ter direito ao lote, tinha que ser casado (ter uma companheira) e vim morar com ele e os meninos no barraco. Depois de um tempinho uma amiga me arrumou um trabalho, numa casa, lá da praia, por uns meses, na época que o povo vem muito, que tem muito turista aqui sabe... daí, eu aí pra lá e só vinha pra cá uma vez na semana. Era difícil... Ficar longe, ele com os meninos... Mas ele cuidava de tudo... (Assentada – Arariba da Pedra)

No contexto específico de produção e reprodução comunitária dos acampamentos, a associação mulher-esfera privada/doméstica/reprodutiva não se materializa do mesmo modo que para a mulher assentada, já que toda atividade realizada no âmbito do lote enquadra-se dentro da “percepção do doméstico”.

Na época do acampamento tudo era melhor pra gente participar, tinha que ta de frente, pra população ver e cuidar. As atividades eram mais divididas, como não tinha a casa pra tomar conta, eu tinha mais tempo pra aprender as coisas, pra ter informação. Já quando saiu o lote, que felicidade, essa terra é nossa. A única coisa ruim é que não dá mais pra participar das coisas, sempre tem o que fazer na casa e aqui fora. Parece que não acaba nunca e ninguém ajuda. No acampamento com as comissões era mais fácil e sobrava tempo pra assistir reuniam, para trabalhar em outras coisas (Assentada – Arariba de Baixo).

O assentamento é um passo à frente do acampamento no processo de luta pela terra. É a concretização do sonho. O acesso à propriedade traz consigo várias transformações nas vidas dos até então acampados. É o momento em que as necessidades antes coletivas,

aglutinadoras de pessoas, em prol de um coletivo maior, passam a ser mais individualizadas. Isso repercute diretamente no declínio da participação da militância política da luta organizada e na mobilização dos assentados. Melhor explicando, antes, o coletivo era o acampamento, as pessoas (parentes ou desconhecidos) que faziam parte do acampamento, e os próprios movimentos sociais, aos quais cada assentamento estudado esteve vinculado. Mas agora o coletivo é representado pela a família.

No processo de luta pela terra e de fixação no lote recém conquistado, ocorrem resignificâncias de diversos papéis anteriormente instituídos. No nosso caso, em especial, nos detemos na questão de gênero, e na relação de poder estabelecidas em seu interior.

Quando da realização das entrevistas com as assentadas percebemos que os discursos delas são formados, e externados, a partir do local social que elas ocupam na estrutura no assentamento e da família. Ao mesmo tempo, em que, também, assumem e expressam uma “performace” frente a nós, agentes externos. Nesses momentos, elas se colocam, na maioria das vezes, na posição de ajudante, de subordinada ao marido, mas as suas práticas cotidianas apontam exatamente na direção contrária.

Também percebemos, como dito anteriormente, que as falas das mulheres entrevistadas sempre partem do lugar que as mesmas ocupam no cotidiano, ou seja, da posição de cuidadora do lar, da família. E como tal, responsável pela manutenção da mesma. Nesse âmbito, no dia-a-dia, elas vão vivenciando as mais variadas situações, desde tentativas de subordinação, por partes dos companheiros, como o acesso às novas informações trazidas pelos técnicos e pesquisadores que trabalham na área. Então é a partir deste *lócus* que elas geram táticas de resistência ao poder do outro e ao mesmo tempo de ampliação dos seus poderes.

Quase todas as assentadas utilizam-se de práticas bem semelhantes para obter o que desejam, apesar de nem sempre conseguirem. Estas práticas serão apresentadas ao longo do capítulo, sendo a mais comum na área em estudo, a tentativa de convencer os cônjuges a permitirem que elas participem das reuniões com os agentes externos, em especial aquelas que são vinculadas às questões das mulheres, e sempre que possível fazê-los acompanhá-las. Duas são as táticas mais utilizadas para isso: a primeira é argumentar que o que está em jogo é o futuro dos filhos, isto é, o projeto da família, tendo em vista que, nessas reuniões, seriam apresentadas e debatidas, soluções para o desenvolvimento sócio-econômico da área, e que a participação delas, com acesso a informações, seria muito importante para a educação das crianças, e por fim se sobrecarregam, correndo para que na data, e hora das reuniões, todas as

demais tarefas sob sua responsabilidade estejam realizadas e assim poderem se ausentar da propriedade e participar dos projetos.

Considerando que, ainda hoje, poucas agricultoras conseguem uma divisão de tarefas domésticas igualitária, na qual os maridos se preocupem tanto quanto elas com o funcionamento da esfera doméstica, concordamos, também aqui, com Schaaf (2003), quando afirma que, geralmente, elas tendem a criar os espaços para a participação, “driblando” o tempo; de modo, que elas fazem muitas atividades ao mesmo tempo, ou em outros horários, para não “sacrificar” o tempo da família com as atividades externas à unidade familiar. Assim, para participar dos encontros, antes de sair, elas se sobrecarregam de trabalho, deixando pronto o máximo que podem e, quando voltam, têm de fazer todo o trabalho que não executaram durante sua ausência, o que gera, muito provavelmente, tensões familiares. Tudo acontece dentro de um espaço legitimado do papel feminino, que pouco a pouco vai sendo ampliado.

Quando eu quero ir pra uma reunião ou participar de treinamento, seja aqui no assentamento, ou mesmo fora, eu corro com todas as coisas que tenho que fazer. Deixo tudo meio pronto e as meninas sabem o que é pra fazer. Mas mesmo assim quando volto tem muita coisa pra botar em dia. É uma canseira danada, mas é assim mesmo. Nada vem fácil, tudo vem com muito sacrifício (Assentada – Arariba da Pedra).

Dentre as outras táticas utilizadas podemos citar o uso de idas ao médico, para si própria ou para as crianças, como justificativa para a necessidade de ir ao centro e poder participar de reuniões; e as que mais nos chamaram a atenção, aquelas que ocorrem no âmbito da educação, ou seja, a busca, pelas mulheres, por um maior grau de escolaridade e de instrução e informação, através de cursos diversos, para que possam contribuir com a organização das atividades necessárias para a conquista de uma autonomia da família e delas mesmas em seu âmbito. Para justificar essa busca por maior conhecimento, as mulheres apresentam aos parceiros a possibilidade de aumentarem a renda familiar, que quase sempre é escassa.

Quando foi pra entrar no projeto, eu fui primeiro, ele só foi depois por causa das cestas básicas, eu achava que o que estavam trazendo ia ser bom pra nós. Era outra coisa pra trabalhar. Eu fui, foi difícil, mas deu certo, no começo, depois desandou, mas daí a gente já tinha aprendido umas coisas e continuou sozinho, com nossa terra (Assentada – Potozi).

Falei com ele que se eu pudesse participar das reuniões, ia aprender coisas novas. E daí dava pra fazer o que os técnicos lá ensinassem, dava também pra usar as coisas em outros locais, e daí, até arrumar um trabalho. Quanto mais a gente sabe, mas fácil fica de fazer coisas pra ter um pouco mais de dinheiro. Quem pode aproveitar muitos são os jovens, os nossos filhos. Então a gente tem que aprender com os técnicos pra poder mostrar pros jovens e pra que eles vendo nós se esforçar também se esforcem (Assentada – Arariba da Pedra).

Já que a maior parte do trabalho realizado pelas mulheres no âmbito da propriedade familiar não é remunerado, aquelas assentadas que realizam serviços para fora, mesmo que mal remunerado, se consideram afortunadas. A ajuda para o debilitado orçamento familiar e o acesso a um recurso tão escasso na vida do assentamento é reconhecido e valorizado por todos, mas principalmente pelas próprias mulheres. Mesmo que a quantia auferida seja pequena, ela é significativa, a princípio, para a autonomia financeira delas, como também para melhorar a sua auto-estima e o interesse de maior progresso pessoal.

Um exemplo disso pode ser citado quando as mulheres do assentamento Potozi começaram a ganhar o dinheiro do seu próprio trabalho, e demonstraram mudanças no comportamento social e na vida doméstica, passando a tornar explícito um maior interesse em cuidados pessoais, apresentando resistência a continuarem vivenciando situações domésticas humilhantes e castradoras, e apresentando um novo/renovado interesse de voltar a estudar e passam a incentivar seus filhos a fazerem o mesmo.

Antes, tudo que queria tinha que pedir a ele (marido), mas com o projeto, ficou diferente. Eu tenho meu dinheiro, posso comprar as minhas coisinhas e dos meninos. O ruim é conseguir entender tudo que o pessoal fala, tem dias que a cabeça fica doendo. Mas já foi pior. Teve as capacitações e eles (técnicos) eram pacientes. O que quero é estudar, pois daí a gente pode crescer, estudar eu e os meninos. Daí ele não vai me tratar ruim. Agora eu sei que tenho valor. O bom é o projeto voltar (Arariba de Baixo).

É no cotidiano, entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, as atividades comunitárias, que podemos observar como essas mulheres, mesmo realizando práticas repetitivas, que estão impregnadas de poderes socialmente construídos e sedimentados, conseguem criar mecanismos para intervir e influenciar nos espaços decisórios. Isso se dá, muitas vezes, de forma discreta e não linear; em alguns momentos avançando e, em outros, retrocedendo ou simplesmente estacionando.

Eu sempre dou um jeitinho de convencer ele. Faço a comida que ele gosta. Converso com jeitinho. Se não dá certo fico toda chateada, de cara feia, às vezes até começo a errar o ponto da janta, ou do café. (Assentada - Arariba da Pedra).

Sempre que tem alguma coisa que eu quero ir fazer na cidade, principalmente se é uma reunião, ou aqui mesmo no assentamento. Sempre dou um jeito pra ir. Faço de tudo. Nunca brigo, pois brigar não resolve nada, só faz ele ficar com raiva e complicar ainda mais. Mas digo que são coisas para casa. Como nessas coisas quem manda sou eu, afinal não dizem, que casa é coisa de mulher? Então digo que é coisa pra casa. Ele quer ter sempre a última palavra. Mas nas coisas de mulher, ele não quer se meter, só se for pra gastar. E mesmo assim sou eu quem diz as prioridades aqui dentro, que diz o que cada filho e filha tem que fazer. A casa é minha. (Assentada - Arariba da Pedra).

Na rua eu não digo nada, pra ele não ficar brabo. Mas da porta da rua pra dentro é outra coisa. Ali eu posso me meter, dizer o que vejo de errado e o que deve mudar. Ele escuta. Às vezes briga, mas escuta. Nem sempre faz o que eu quero, mas tem vez que eu consigo. É assim que vamos vivendo esses anos todos. Mas nem sempre foi assim. Teve um tempo que eu não podia falar nada, que tudo tinha que ser do jeito que ele queria. Eu só cuidava da casa e das crianças mesmos. (Assentada Potozi).

As coisas não são sempre iguais. Ele sempre mandou nas coisas, mas tem momentos em que eu, nem digo nada, mas faço as coisas aos poucos. Vou convencendo ele do que eu quero, sem brigas, sem gritos. Vou com jeitinho. Prometo fazer as coisas antes de sair, quando quero ir ao CMC, ou a outro local. Minha prima espera sempre que o marido saia pra ela poder sair. Ele não deixa, mas ela sempre espera a hora de certa pra sair sem ele saber. Ou pede, com jeitinho, numa hora que ele ta com os amigos. Ele quer mostrar que ela só faz as coisas se ele deixar, daí concorda pra se amostrar, e ela pega ele na palavra. Ela me ensinou a fazer isso, e dá certo. É só saber à hora certa de falar. (Assentada – Arariba da Pedra).

Hoje ela já participa das coisas. Da associação, participou do projeto quando ele funcionava. No início eu não queria, mas ela foi ao poucos conseguindo. Corria pra ajeitar tudo em casa, dizia que era coisa pros filhos, que precisava ir. Pra escutar o que os técnicos ensinavam pra gente (assentado), ela ia comigo, com desculpas de me acompanhar, de conversar com as outras mulheres. Não falava nada, mas escutava tudo. Depois, quando tava em casa, ela questionava o que tinha escutado, e dizia o que achava certo e errado. Outra coisa que sempre fez, foi ir às reuniões com as mulheres, dizia que tava aprendendo crochê, artesanato e até mesmo receitas e como não jogar nada fora, mas ela tava mesmo era reunida pra mudar o modo de agir, queria poder ir às reuniões, como iguais a nós. Queriam ser consideradas agriculturas, donas de tudo também. E eu, e os outros maridos, achando que estavam fazendo as coisas de sempre, estavam também, mas aproveitavam tudo pra ter mais informações. Isso começou a ocorrer mais depois da invasão da área, mesmo que a gente (eu e ela) já vivia aqui, ouvimos as idéias discutidas no acampamento, e elas queriam que as mulheres participassem mais de tudo, não só das barracas. (Assentado – Arariba de Baixo).

Em outros momentos podemos notar que algumas mulheres participam ativamente de todos os processos de decisão que dizem respeito à família, tanto no que se refere às questões reprodutivas, quanto às produtivas. As questões reprodutivas são quase que totalmente assumidas por elas, desde a preocupação com o que vai ser consumido até o cuidado com a saúde. O que não quer dizer que não tenha também nesses assuntos a opinião do cônjuge. O mesmo ocorre com as atividades produtivas, as mulheres normalmente não são tidas como as principais responsáveis por estas atividades, mas no cotidiano das unidades de produção familiar a participação delas pode ser notada, inclusive, com opiniões e debates sobre o que e como produzir, bem como de que modo deve-se dar a comercialização da produção.

A gente sempre decide juntos. Aprendi que num dá certo quando eu fico falando muito... eu digo o que acho ... se eu falar muito ele não faz. Mas ele sempre escuta é só dizer como se não quisesse nada, como se tivesse só falando. Tem vez que tem que mostrar, fazer num pedaço pequeno, pra depois que ficar bom, ele ver que é bom. Daí ele faz no resto. E foi ele que quis, não eu... é assim que ele acha. (Assentada - Arariba da Pedra).

Com respeito às mulheres que querem participar dos projetos, e das reuniões do CMC ou das associações e/ou cooperativa, ratificamos o argumento de Schaaf (2003) de que elas vão aos poucos expandindo seu espaço de negociação. No início, buscam a aprovação dos maridos e a superação de seus próprios sentimentos de culpa, e com o passar do tempo, o antigo “pedir” *permissão aos maridos* vai-se transformando em *negociação com os maridos*, ou seja, elas começam a perceber a participação como um direito.

Mas mesmo que as resignificâncias ocorram, podemos, ainda, perceber que a hierarquia na relação homem-mulher se mantém, e que esta se manifesta, e “incentivada”, nos atos de interlocuções, no qual, na maioria das situações, o homem, em detrimento da mulher, é a pessoa autorizada a falar, como podemos observar no trecho de entrevista citado a seguir.

Tem um monte de coisas que ela (esposa) poderia resolver sozinha. Mas nem sempre isso dá certo. Quando vai tentar, os técnicos não querem falar com ela, só querem resolver se for comigo. Eu tenho que dizer se concordo ou não e os porque. Mas isso já foi pior. Hoje nem sempre é assim. Tem o pessoal do CMC que não tem disso. Eles até procuram mais ela que eu (tem vez que num gosto não). Os outros (técnicos de outros órgãos) também já mudaram, já tratam mais como sendo uma produtora e não somente minha mulher. (Assentado – Arariba de Baixo).

A relativa equidade entre os companheiros e companheiras de luta, observada nos acampamentos, perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita. O fato da baixa participação das mulheres no ambiente dos assentamentos não representa um comportamento "naturalmente" feminino. Nada existe na natureza das mulheres que as torne menos participativas. Se isso ocorre deve-se às barreiras à participação, erguidas a partir das relações sociais e de gênero e do código de valores que as sustentam. Estes fatores, juntamente como o estabelecimento nos lotes, tem implicações de gênero, a partir do retorno, em muitos casos, à tradicional divisão sexual do trabalho, na organização das unidades familiares de produção.

Está realidade nos leva a corroborar a premissa colocada por Lavinias e Carneiro (1987) de que a participação política das mulheres nas lutas sociais se dá, com grande frequência, quando a sobrevivência do grupo familiar se acha ameaçada, seja pela falta de perspectiva no futuro, seja pela dificuldade de sobrevivência no lote, e, normalmente, em momentos em que os papéis atribuídos a cada sexo são transitoriamente atenuados e os espaços que lhes são reservados tornam-se imprecisos.

Concordamos com Esmeraldo (2006), que, embora exercitando práticas políticas no acampamento, que apontam para resignificações de seus papéis de gênero, é a força investida na individualização e no reordenamento do núcleo familiar, onde o homem volta a ocupar o

papel de representante, de autoridade institucional, que contribui para a recuperação dos papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres no âmbito do assentamento. *Para as mulheres, parece restar a ação no circuito da casa e do quintal, o retorno ao velho modelo de representação da identidade feminina, ao modelo molar instituído.* (ESMERALDO, 2006).

A ordem na casa volta a funcionar para garantir a vida, para manter a reprodução humana, para permitir a reposição das energias dos membros da família, numa ordem que se naturaliza e eterniza-se dentro da casa e que, sendo uma ordem a-histórica, não parece possível de mudanças. A mulher retoma o seu papel de responsável pelo trabalho doméstico, pelo cuidado das crianças, dos idosos, pela formação moral da família (ESMERALDO, 2006).

No início quando conquistamos nossas terras, eu fazia de tudo, tanto eu quanto as crianças – meninos e meninas. Não dava muito tempo pra ir as reuniões pra resolver as coisas. Só quando era preciso mesmo, que Sr. XXXX pedia, dizia que vinha gente de fora, que era preciso que nós ia...ai a gente ia, mas era muita coisa pra fazer... então meu marido ia e eu ficava ... e daí em diante foi ficando assim... desse jeito sabe ... eu cuido da casa, das crianças e ele vai pra rua ... Até na cana eu não trabalho mais que ele não quer. Mas na que ele planta aqui na terra ... que não é do engenho ... eu ainda ajudo ... sempre não. (Assentada – Arariba da Pedra).

A separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, por gênero, se traduz na divisão espacial do assentamento, onde o espaço público, da plantação, do futebol, do boteco, da militância, é masculino e o privado feminino, a casa e os seus arredores. A roça é um lugar de cooperação entre os gêneros, contudo, ainda é presente o trabalho da mulher como subalterno. Em algumas vezes, não reconhecido como componente integrante da produção, mas sim como componente de ajuda. Uma ajuda ao trabalhador principal, o homem.

Nós trabalhamos os dois na roça... ele vai todo dia e eu vou depois que os meninos vão pra escola. Eu só fico aqui no lote mesmo, mas ele trabalha pra usina. Eu trabalhei lá também, principalmente no período do acampamento, mas hoje fico mais em casa. (Assentada – Arariba de Baixo).

Não participei de acampamento, mas tive sempre contato com o povo que veio com o movimento ... o pessoal que invadiu ... e depois os projetos desenvolvidos aqui pelo CMC mostrou que dá pra fazer as coisas igual que o marido, junto com ele. Eu faço as coisas aqui em casa, ajudo na área da gente. Mas quem assina tudo é ele. Só na criação é que eu participava mais, quando tava todo mundo junto... (Assentada – Arariba de Baixo).

Ao observarmos o cotidiano das assentadas notamos que elas têm uma carga de trabalho extremamente pesada e, quase não têm tempo, nem espaços de lazer. As mulheres acordam por volta das quatro horas da manhã, para preparar o café e fazer o almoço, em seguida vão trabalhar na plantação da família ou se preparam para ir trabalhar na área da usina. Umhas poucas se dedicam a atividades externas à área rural. Ao retornarem do trabalho

agrícola, cuidam das crianças, da casa, das roupas. Preparam o jantar e só conseguem parar um pouco por volta das seis horas da tarde.

Cabe adicionar que o trabalho reprodutivo, nas sociedades ocidentais, de um modo geral, está vinculado à mulher e é, normalmente, desconsiderado, devido ao fato desse trabalho ser tido como improdutivo do ponto de vista da remuneração econômica, não sendo expresso em valores econômicos (monetarização). Ou seja, as desigualdades entre homens e mulheres ainda hoje persistem no meio rural de forma naturalizada e estruturada sob relações de poder e em bases econômicas. Historicamente, as mulheres trabalhadoras rurais ainda não foram completamente reconhecidas pelas políticas públicas e pela sociedade como agricultoras familiares e assentadas pela reforma agrária.

Os depoimentos obtidos também indicam uma realidade já assinalada por outros pesquisadores, como Almeida (2005) e Medeiros (2008), que é a dificuldade em manter os laços de solidariedade e a singularidade das relações que se constituíram no período de intensa mobilização que corresponde aos acampamentos, quando da conquista do lote e concretização do assentamento. Podemos argumentar que isto ocorre como consequência natural do momento vivido, que é o da organização da propriedade da família, o que demanda uma dedicação quase que exclusiva do tempo de todos os membros desta. Salientamos que há nesse momento um retorno ao *habitus* de gênero e à antiga divisão sexual das tarefas, o que faz com que as mulheres desempenhem duplo, quando não triplo papel – responsáveis por atividades produtivas, reprodutivas e de agentes sociais, o que contribui para que atuação das mulheres, em especial das casadas, nos espaços públicos seja ainda mais reduzida, do que a dos demais membros da família.

Quanto a isso Medeiros (2008, p. 11) ao argumentar, e ressalta, que

a experiência da luta e a constituição dos trabalhadores do campo em “sem-terra”, com todas as implicações da construção de uma nova identidade política, não necessariamente implica em rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes no interior da família. Se elas parecem estar “suspensas” em momentos críticos, relações de poder anteriores se reavivam e se refazem na volta ao cotidiano. Como mostram diferentes pesquisas sobre assentamentos, isso se verifica não só no que se refere às relações de gênero, mas também em relação à política, à vida associativa, às formas de organização produtiva.

Outro fator que contribui para a baixa participação é a questão do acesso dos assentamentos ao centro do município, às informações e aos serviços sociais.

Tem sido mais fácil trabalhar com os jovens, independente do sexo, pois eles têm maior liberdade de locomoção. Mas como se percebeu que o número de rapazes envolvidos na comercialização da produção era superior ao de moças passou-se a

estimulá-las mais. Como muitas delas ainda não formaram famílias, temos conseguido que elas participem mais. Mesmo assim quando precisamos que elas viajem para eventos em locais mais distantes e que tenham um período de ausência maior, às vezes, é difícil obter a autorização dos pais. (Técnica do CMC).

Contudo, não podemos negar que, muitas mulheres, têm consciência que a assimetria de poder entre homens e mulheres é o que mais impede a participação equitativa na vida do assentamento e na mobilização política, sendo inclusive a submissão da mulher ao companheiro ou ao pai, constantemente, encontrada e, comentada nas áreas em estudo.

A irmã dele (companheiro) não participa de nada, nem na área deles ela trabalha. Ela fica em casa. Só ajuda na horta, que fica logo atrás da casa. Não vai a lugar nenhum sem ele, ou o povo da família. Só orar... (Assentada – Arariba de Baixo).

Tem muita mulher que quer participar, mas os maridos não deixam. Tem umas que até veio pras reuniões, até trabalharam, mas depois os maridos não quiseram mais. Acho que foi porque elas tava ganhando o dinheiro delas. Eles proibiram, queriam que elas saíssem pro projeto. Teve até um que bateu na mulher. Nós fomos e contamos ao técnico, mas ela não quis ir na policia, daí a gente não pode fazer mais nada... mas acho que agora ele não faz mais isso com ela, sabe que está todo mundo de olho. (Assentada – Potozi).

A existência de vontades individuais, no âmbito do projeto da familiar, que podem, ou não, gerar tensões, não é uma questão exclusiva das mulheres. Outros membros no grupo doméstico também enfrentam esse tipo de questionamento, como por exemplo, os jovens. Como já foi dito anteriormente, a família não pode ser vista como um todo homogêneo e não conflituoso. Muito pelo contrário, é, exatamente, no seio dessa nova família que se observam os conflitos e a busca pela solução destes.

Mas observamos que as mulheres, mais do que os demais membros da família tendem a abrir mão dos seus interesses pessoais em favor do projeto familiar, e é exatamente o que representa a luta pelo pedaço de terra “para morar e trabalhar” (WANDERLEY,2003).

Eu queria trabalhar com artesanato, ate faço umas coisinhas, queria fazer ir pra cidade e aprender. Mas não dá, a vida aqui é difícil, todo mundo tem que fazer uma parte, ajudar. Isso é tudo que temos, onde vou criar meus filhos, isso é o que eu tenho pra oferecer a eles. Nós nunca tivemos nada, mas isso é nosso. Lutamos muito por isso, nossos filhos e netos não vão passar fome... (Assentada – Arariba de Baixo).

No momento atual o fundamental é problematizar que novos conflitos se tecem a partir das experiências vivenciadas no cotidiano, ou que disputas de poderes se constituem no interior das famílias e que tudo indica que essa tensão é ainda maior quando a questão de gênero é introduzida.

De acordo com o observado na área, e confirmado junto a outros pesquisadores, tais como Almeida (2005), apesar de na prática, as mulheres se submeterem, pelo menos parcialmente, às vontades dos seus maridos, visando evitar conflitos/enfrentamentos diretos, elas já não concordam em ser tão passivas, quanto já foram, o que faz como que, dos três assentamentos estudados, o assentamento Potozi apresente os maiores índices de conflito entre os gêneros.

Notamos também que as mulheres, já com famílias formadas, principalmente aquelas que ainda possuem filhos pequenos e dependentes, são mais propícias à busca de soluções “pacíficas” para os conflitos e antagonismos existentes no seio da família. Tal fato pode ser ilustrado através da conversa paralela, entre mãe e filha, presenciada durante a realização de uma das entrevistas de campo no assentamento Potozi.

M- aqui tudo é decidido por ambos...

F – é não. Quem faz é papai. É ele que vai pras reunião. Ele não deixou ela ir pro treinamento, só foi ele.

M – Não tinha como eu ir mesmo. Quem é que ia cuidar da casa? Você? Você ia pro estudo... Alguém tinha que ficar... então foi ele e eu fiquei

F – eu tinha ido, eu fui pro estudo pra aprender a comercializar... eu faço parte do grupo que cuida da venda, vendo pra prefeitura...

M – então pra você poder ir, eu não fui ... na hora de trabalhar aqui, eu vou ... já disse isso. Eu faço tudo de casa cedo, deixo tudo pronto e vou.... e se ele não quiser deixar ... eu fico de cara ruim, fico sem falar com ele... isso sempre funciona....

Apesar de, em várias ocasiões, ficar nítido para nós pesquisadores, que a participação feminina é limitada por constrangimentos fundados nos papéis de gênero, que as impedem de se ausentar livremente do assentamento, não é apenas essa a justificativa encontrada por elas. Essas justificativas, muitas vezes refletem o grau de politização de cada uma das entrevistadas. Algumas mulheres encaram a não participação de outras na associação e/ou nas reuniões, convocadas para discutir benefícios para as áreas dos assentamentos, como sendo simples falta de interesse, de vontade.

É de suma importância, no entanto, apontar que, para algumas das entrevistadas, essa “falta” de vontade e/ou ausência nas reuniões, ou mesmo, o fato de estarem presente, mas não externarem publicamente as suas opiniões, na realidade, representa uma estratégia da qual elas fazem uso, visando conquistar espaços sem, contudo, enfrentar diretamente os maridos e pais. Para estas mulheres, não importa tanto quem fale, se ela ou o seu parceiro, ou mesmo que seja ele tido como o tomador de decisões, o chefe da família. Apesar delas se

considerarem sujeitos ativos e desejarem cada vez mais serem vistas desse modo, o que na realidade mais importa para elas é o fato de colaborarem com a melhoria da qualidade de vida de todos, com o projeto da família, e que, segundo uma delas:

Sempre querem ouvir o que ele – homens - diz. Mas sempre converso com VVV e digo o que penso... o que acho errado e certo. Ele não gostava muito disso não, mas sempre termina falando outra vez... e assim eu acho que eu participo. (Assentada – Potozi).

Almeida (2005) também observou, nos mesmos assentamentos, que durante as reuniões, nas quais os homens não estão presentes, as mulheres eram mais dinâmicas, participativas, chegando a um denominador comum para os problemas existentes. Mas que o mesmo não acontecia quando as reuniões contavam com a participação masculina. Nesses casos, as mulheres, normalmente, se retraíam, esperando muitas vezes as colocações dos maridos, pais e companheiros, ou até mesmo por um sinal de aprovação deles, numa atitude de insegurança. Almeida (2005) aponta ainda que ao se analisar profundamente as relações de gênero vivenciadas na área, com suas continuidades e rupturas, pode-se observar que a insegurança e a fragilidade os atingem igualmente como descreve Perrot (1998, p. 92):

O acesso das mulheres ao domínio público reforça-se, a ponto de se ter podido falar de ‘feminização do mundo’, já que essa ‘invasão’ das mulheres às vezes provoca angústia de seus parceiros, ansiosos com sua própria identidade.

Medeiros argumenta:

mudanças são inevitáveis e não só por estarmos falando de assentamentos. Várias delas correspondem a transformações mais amplas na dinâmica da vida social que afetam o cotidiano das famílias rurais. (MEDEIROS, 2008, p. 13).

Não me meto a ir às reuniões não. Ia ser muita briga e eu nunca falei no meio de gente, só aqui em casa, então não gosto. E já não sou nova. Mas tem a filha. Daí eu digo que ela deve participar dos projetos, trabalhar na fábrica, aproveitar tudo que eles ensinaram, principalmente. E aproveitar tudo isso aqui no lote também. Meu marido não queria, mas como eu é que cuido dos filhos. Da educação, da doença, da comida, tudo é comigo. Então, eu decidi que a filha e o filho deveriam participar do projeto, na época que os técnicos estavam aqui. Tem gente que reclama d’eu não ir, de não participar, falam que sou acomodada, mas eu acho melhor manda os filhos, o futuro é deles. (Assentada – Arariba da Pedra).

Eu participo das decisões junto com ele. Eu sempre digo o que penso e ele escuta. Mas como aqui sempre quem manda é o homem, ele também não quer ficar por baixo, então é ele que manda. (meu nome não vai aparecer não, né? - risos) Mas na verdade, os dois decidem. Eu não fazia isso no começo, mas depois vi que não era ele que sabia tudo, como eu leio um pouquinho a mais que ele, tinha mais facilidade de ver o que o moço tava dizendo, e daí ensinar a ele e as outras pessoas. Foi assim que comecei a participar, e lógico, ele não queria, mas deixei claro que temos lugar pros dois. (Assentada - Arariba de Baixo).

A maioria das entrevistadas, porém, deixaram claro que os seus companheiros são os responsáveis pelo controle do dinheiro na casa, existindo casos em que, os companheiros, nem sequer permitem que elas possuam alguma remuneração própria, ou que administrem os recursos adquiridos individualmente. Por meio de suas falas, podemos argumentar que muitas delas têm em primeiro plano a satisfação das necessidades da família, ou seja, a realização, concretude de um projeto de vida maior, no qual o *habitus* tradicional ainda está muito arraigado e que envolve todos os membros da família, e seus devidos lugares na hierarquia existente em seu seio, mesmo assim, também expressam a vontade de terem mais liberdade de ação, maior autonomia, e de realizarem atividades de lazer e artesanato.

Não queria que eu trabalhasse fora, mas depois que o dinheiro começou a aparecer, e o dele não, ele quer pegar o meu. Dizer o que fazer. É sempre pra coisas da gente, mas eu quero escolher o que fazer, quero comprar as minhas coisinhas. (Assentada – Potozi).

Eu não deixo ele mandar em mim, não. Ele bem que tenta, mas eu sei o que fazer. Quem decide como fazer as coisas aqui dentro sou eu. Afinal quem tem que cuidar de tudo sou eu. Cuidar dos filhos, dos pais e até dele mesmo. Eu sei que posso fazer as coisas. Tenho mais escola que ele, assim uso isso para saber o que eu posso. Ele um dia disse que essa casa era dele, que eu só ficava aqui porque ele deixava. Ah. Foi uma confusão só. Eu disse que as coisas não eram assim não. Eu sei ler, sei das coisas. Ele não sabe, então sabe que precisa de mim pra resolver umas coisas e sabe que eu não vou me dobrar fácil. Não gosto de brigar, não quero o lugar dele, mas também não vou deixar ele passar por cima de mim. Isso não. Ele pode ate ser o homem da casa, mas eu sou a mulher, e uma casa só está completa com os dois. A gente tem que se ajudar, pra família poder crescer, pras crianças (que não são tão crianças assim) aprendam a ser gente. Quem educa sou eu, senão fosse eu queria ver o que ele fazia. Eu cuido da casa, das crianças e ainda trabalho na cana e na rocinha da gente, coisa pouca, mas uso pra fazer a comida. (Assentada – Arariba de Baixo).

Aqui em casa é assim... ele traz o dinheiro e eu cuido de tudo. Ele só resolve o que ta fora da casa. A casa, os filhos, a comida tudo quem cuida sou eu. Ainda ajudo ele no trabalho fora. Na época da colheita eu vou também, eu e o meu mais velho (filho), vamos pro engenho. Todos têm que ajudar. Mas eu fico com, pelo menos, uma parte do que ganho. Ai dele se tentar se meter nisso. Eu faço tudo, mas o meu é meu. Não vou dizer que gosto dele resolver tudo sozinho, mas sempre foi assim... então mudar de um dia pro outro é difícil. Eu aqui sempre dou minha idéia, mas se ele não tá bem eu não continuo. Fico na minha e com o meu (o dinheiro ganho no corte da cana-de-açúcar) vou resolvendo as coisas, principalmente as coisa dos filhos ... roupa, material pra escola, coisas pra casa. Meu maior sonho é que meus filhos estudem e terminem a escola, que eles sejam alguém e ajudem, como novas idéias, aqui na terra. (Assentada – Arariba de Baixo).

Para Perrot (1998) esse modo de agir feminino é, na realidade, mais um “hábito do silêncio” e um despreparo para falar em público. A referida autora ainda argumenta que, para enfrentar essa situação, em Paris, ainda no ano de 1895, as mulheres criaram cursos para ensinar a controlar as emoções e serem oradoras em palanques, tendo em vista o fato de a palavra pública ser muito mais organizada, regulamentada, relacionada a lugares e estilo.

As entrevistadas deixam claro, também, a dificuldade que sentem em quebrar padrões culturais estabelecidos secularmente na nossa sociedade, como é o caso de “ganharem” o espaço público – cooperativas, órgãos públicos, etc - , mas ressaltam que tal fato se faz necessário, até mesmo diante da evolução dos tempos. Deixam explícito o desejo de participarem mais ativamente das decisões, tanto no âmbito privado quanto no público, sem deixarem de levar em consideração a importância de evitar desentendimentos no seio da família. Ou seja, elas querem ser reconhecidas como sujeitos de suas próprias vidas, mas não estão dispostas a sacrificar a família. Para tanto, procuram estabelecer novas relações de poder, sem, contudo entrar em choque direto com os maridos e pais.

Mas, algumas das mulheres de Arariba de Baixo, quando desafiadas, se uniram e atingiram os seus objetivos. Essa situação ocorreu quando houve a necessidade de construir uma sala de beneficiamento de peixes, uma vez que os homens participantes do projeto colocaram muitos obstáculos para executarem a obra e que os custos aumentariam significativamente se tivessem que contratar pessoas de fora, elas mesmas executaram a construção da base da sala. Tal atitude deixou todos surpresos, já que até então elas não tinham demonstrado juntas, tanto querer no projeto, e nem mesmo enfrentado tão abertamente, e em público, a opinião de maridos e pais.

Beauvoir (1980, p. 369) assim se refere à situação como esta: Quando incitam concretamente as mulheres às ações, quando elas se reconhecem nos objetivos que lhes designam, são tão ousadas e corajosas quanto os homens. Nesse caso, concordamos com Almeida (2005) que elas foram mais ousadas e corajosas do que os homens, pelos menos, os homens que estavam ao seu redor naquele assentamento, uma vez que além de desconsiderar seus julgamentos, ainda se envolveram em uma tarefa tida como tipicamente masculina, quebrando assim a tradicional divisão sexual de tarefas, mesmo sem nenhum saber adquirido anteriormente para a execução da mesma.

Este fato corrobora com o posicionamento de Foucault, para quem a idéia da resistência esta contida na própria noção de poder, juntamente com a idéia das práticas disciplinares. Ou seja, ao mesmo tempo, em que a sociedade estabelece os locais e modos de agir corretos para as mulheres assentadas, também gera, em seu cotidiano, espaços para que tais mulheres demonstrem a sua insatisfação perante a situação vivida e criem mecanismos de enfrentamentos.

Para Almeida (2005) existe uma dúvida se as mulheres têm ou não consciência da força que possuem e a autora argumenta que talvez, para elas, seja mais cômodo/fácil fingir não ter conhecimento desta força. Uma vez que não expor tal força não as incomoda por muitas

razões, dentre as quais, o fato de seus companheiros continuarem acreditando que ainda estão dando as ordens, o que evita enfrentamentos diretos. Uma situação semelhante foi expressa por uma das assentadas ao se referir a sua participação no projeto de desenvolvimento do assentamento, conforme transcrição abaixo.

Eu sempre quis fazer parte do projeto, só que ele não deixava. Daí eu comecei a ficar sem fazer nada, a “incomodar” o serviço dele, todo dia tinha uma coisa pra ir fazer no centro, e depois passava muito tempo na casa de mãe. Daí ele cansou de ficar só aqui, de ter que fazer as coisas da casa, esquentar comida, e terminou “mandando” eu acompanhar ele no serviço, pois eu precisava me ocupar, em vez de ficar o dia todo passeando. Eu reclamei, reclamei.... (risos), no fim ele fez o que eu queria, só que parece que não. Ele nem desconfia, senão acho que ele ia embora. (Assentada – Arariba da Pedra).

Outra situação encontrada na área de estudo é a das mulheres que, em um primeiro momento, se apresentam como simples donas de casa e como aquelas que auxiliam aos maridos nas tarefas do lote e assumem sozinhas as atividades domésticas. Porém ao nos aproximarmos mais dessas mulheres essa *performace* vai sendo descortinada e o que se apresenta são sujeitos plenamente participantes, e que nem sempre aparecem nas estatísticas das pesquisas sobre a agricultura no país. São exatamente estas mulheres que contribuem diretamente para a manutenção do sonho do agricultor familiar. Ou seja, de buscar um lote de terra, para que através do seu trabalho, poder alcançar o seu bem estar e de toda a sua família.

Eu ajudo a ele. Sempre foi assim, ele é que decide o que plantar e como vender. Eu fico em casa, cuido dos filhos, mas tem que ser assim mesmo. Pra nós poder deixar alguma coisa pra eles, nós temos que trabalhar muito... No início não foi fácil, mas era pro bem de todos. Ta certo eu trabalho na roça também ... Tenho um hortinha aqui atrás e na hora da necessidade corto cana pra usina, ele paga ruim, mas paga. Eu dou opinião nas coisas aqui no lote sim, pego no pesado, então tenho que falar o que penso... No fundo nós decide tudo junto, ou quase. Mas o que importa se tem dia que ele faz sozinho, mesmo que eu não queira, que fique brava, é pro bem de todos. Mas que não gosto de não ser escutada, não gosto não. (Assentada – Arariba de Baixo).

Só não entendendo por que tem uma pessoal que chega, como você, e faz tanta questão de saber disso. Muda alguma coisa? Eu gosto de fazer o que acho certo, o que tenho vontade, mas nem por isso preciso ta brigando quando o XXX faz. É pra família, serve pra todos e todos têm que ajudar. Quando ele não ta em casa, todos tem que responder a mim. E tudo é feito pra família. Então qual é a diferença. Sei que não pode ser só ele sempre, ele tem que me escutar, mas eu não preciso sair dizendo por ai. Ele fica chateado, então eu fico quieta e deixo cada um pensar o que quer. E se me perguntam que decide as coisas eu digo que é ele assim ta todo mundo bem. O ruim é quando eu quero do meu jeito e ele não ouve. Daí tenho que achar como ele pode escutar, e discutir comigo. Quando não acontece assim, eu fico danada. (Assentada – Arariba da Pedra).

Essa insatisfação, que ocorre quando da não participação nas decisões que precisam ser tomadas para o desenvolvimento do lote, e até mesmo do assentamento, pode ser

percebida em todas as mulheres com quem conversamos. Algumas expressam isso mais claramente, e outras de um modo mais sutil.

É, desse modo, entre tensões, antagonismo e harmonia entre os projetos de vida da família e o desejo de crescimento individual das mulheres que vai sendo construído o novo mundo dessas pessoas, que recomeçam a vida da estaca zero no acampamento em busca de futuro digno para si e para toda a sua família.

Eu bem que gostaria de ter mais tempo pra mim. Sempre gostei muito de trabalhar com artesanato, mas isso sempre foi complicado. Agora que os filhos tão grandes, não moram mais aqui, e tenho conseguido me dedicar. No início não dava, ou eu fazia as minhas coisinhas, ou ajudava aqui na roça. Não era o que eu queria, mas era preciso e o pior é que ainda era tratada como se não tivesse vontade, opinião. Tudo era com ele, mas temos, em uns momentos, que aceitar. Depois quando eu chegava em casa, dava um jeito de discutir com ele tudo que foi dito na rua. E com jeitinho colocava as minhas vontades, nem sempre funcionava, mas às vezes dava certo. (Assentada – Potozi).

Devemos também salientar que nem todas as mulheres estão dispostas a se expor publicamente, mas que mesmo estas, utilizam táticas em seus cotidianos, visando a alcançarem seus objetivos, como é o caso exposto por uma das entrevistadas que afirma

Ele (o companheiro) não permite que eu participe de atividades fora de casa, mesmo pra vir à casa de meu irmão tem que ser com ele ou com as crianças. Às vezes me sinto triste, mas quando vejo que ta tudo certo em casa, que ele sempre traz as coisas, que ta sempre na Igreja, é um homem sério. Penso que não faz muita diferença... Mas quando quero vir aqui e ele não deixa, sempre dou um jeito, arrumo uma desculpa, e daí, quando estou aqui cuido de uma pequena roça, minha (cunhada) e dela. Ela (cunhada) sempre fala que não deve ser assim. Que eu não tenho que chegar escondida..., mas ela também fazia assim antes de trabalhar no projeto... era quase não saia sozinha... agora não ela vai pra todo canto. (Assentada – Arariba de Baixo).

Tal fato é confirmado pela assentada citada e por outras que são unânimes a dizer que a participação na luta pela terra, em busca do sonho da família, e nos projetos de desenvolvimento foram muito importante para que elas se sentissem em condições de debater com as demais pessoas (pais, mães e companheiros) as questões de gênero. Principalmente as limitações impostas ao seu ir e vir, a sua participação nas decisões e o fato de não reconhecerem mais o seu trabalho no lote apenas como ajuda.

Porém apesar desses posicionamentos podemos perceber que muito do *habitus* de gênero ainda é mantido na área, inclusive que não houve grandes mudanças em relação à propriedade da terra, cujo título de posse continua estando prioritariamente, em nome do homem. Quanto a isso, a maioria das mulheres diz que gostariam que a terra estivesse em seu

nome, mas que isso não é o mais importante, o que realmente conta é que agora a família tem o seu lugar próprio.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho procurou-se oferecer ao leitor a oportunidade de descortinar o papel altamente significativo reservado às mulheres no que se refere ao desempenho das atividades produtivas, reprodutivas e comunitárias, no âmbito das unidades familiares de produção, em áreas de assentamento. Ao fazer isto consideramos a forma de organizar a unidade de produção como ponto central para se entender o modo de vida no espaço rural, e nos detemos na questão da agricultura familiar e nas relações de poder que se estabelecem em seu interior, mais especificamente, nas relações de gênero.

Concordamos com os estudos realizados (HEREDIA; GARCIA; GARCIA, 1979; CARNEIRO, 1986; WANDERELY, 1988; LOUREIRO, 1984; EIGENHEER, 1982), que existe, em todo Brasil, de modo geral, uma hierarquia na unidade doméstica, na qual o pai está em posição de superioridade quanto à autoridade, e nesta é seguido pela mãe ou do filho mais velho. Tal situação, quando observada cotidianamente, nos mostra uma realidade que não pode ser vista como totalmente harmoniosa e não conflitante, apesar de reconhecermos a existência de uma complementariedade entre os papéis desempenhados por homens e mulheres em seu seio.

A pesquisa realizada em campo fornece elementos que nos levam a afirmar que as mulheres são, e se vêem como, detentoras de poderes e não como coitadinhas subjugadas, que não sabem o que querem e como alcançar seus objetivos. Tal afirmação confirma os argumentos de Foucault, já citados anteriormente, de que “o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” e que onde existe poder, há resistências - plurais, possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, planejadas, irreconciliáveis - e, no entanto, estas não se encontram em posição de exterioridade em relação ao poder. A resistência está sempre presente na relação de poder e pode tomar as mais variadas formas, pode “jogar” conforme a situação de cada momento da disputa.

A relação de gênero contém conflitos, tensões, negociações e alianças, que se expressam nas tentativas dos homens em manterem a sua situação e das mulheres de resistir a tal manutenção (CORDEIRO, 1995).

Nas áreas de assentamentos tanto as tensões, quanto as táticas cotidianas de enfrentamento das tradicionais hierarquias de gênero, podem se tornar mais visíveis do que em outros espaços, tendo em vista as experiências vivenciadas durante o processo de luta pela terra e na construção de uma nova vida no lote recém conquistado. Esta luta e recomeço abrem espaço para que um agir diferente do tradicional e permitem que determinadas relações sejam ressignificadas. Foi observado em campo, que em decorrência do crescimento pessoal das agricultoras, na integração da dinâmica do acampamento e do assentamento, as relações sociais e familiares tendem, inicialmente, a fazer com que a posição das mulheres na rede de poderes dentro da própria organização do assentamento e do acampamento, seja transformada, em direção de um maior reconhecimento e espaço da atuação da mulher. Esse processo acontece gradualmente e, freqüentemente, sem prévia intenção, uma vez que os movimentos sociais de luta pela terra, em sua maioria, não visarem, prioritariamente, às práticas de resistência às desigualdades contidas nas relações de gênero (PINTO, 1992).

O processo de mudança das relações entre os gêneros, não é linear, mas, sim, uma busca de soluções com legitimidade externa e inseguranças internas, que beiram, como afirmam Paoli (1995, p. 92) e Schmuckler (1995, p. 142), um antagonismo entre a rebeldia e a submissão, entre o desejo de responder a suas próprias necessidades pessoais e a identificação com o seu papel familiar, entre o altruísmo público e o privado. Tais situações ocorrem no cotidiano que é tecido de numerosos gestos e ações, de relações com o espaço e o tempo, de usos de linguagem que geram variadas representações, temporalidades, e permite que as mulheres assumam a posição de protagonistas chaves do jogo social e implementem as táticas necessárias para alcançar os seus objetivos.

A participação na luta pela terra contribui para uma redefinição do papel das agricultoras, contrastando com seu papel tradicional na esfera doméstica e no interior das entidades rurais, com conseqüências importantes para seu bem-estar (em vários sentidos) e de sua família.

Ao assumirem, pela própria situação, papéis que antes estavam restritos ao universo masculino, as mulheres vão reelaborando as condições de sua existência, em termos de tradição e necessidades; vão rompendo hierarquias simbólicas que as mantiveram numa posição subordinada, de exclusão e de discriminação.

Tornar o trabalho feminino visível e reconhecido é um ponto inicial e de fundamental importância, para a reversão da situação secundária atribuída à mulher até o momento. Confirmamos em campo que a mulher é um membro essencial para o desenvolvimento da

unidade familiar de produção e que sua posição no âmbito desta é, ao mesmo tempo, tanto de complementaridade quanto de subordinação.

Lopes e Butto (2008) trazem em todos os artigos, de sua recém publicada obra, que

a produção agropecuária nos assentamentos está organizada por meio do trabalho da família e que o homem, na qualidade de responsável pelo lote e como marido, apresenta-se como o “chefe”. É ele quem organiza a produção e gere seu desenvolvimento no cotidiano, toma as decisões a ela relativas, comercializa e decide o que fazer com eventuais ganhos ou como agir para minorar perdas, assim como para viabilizar outras possíveis fontes de rendas, inclusive externas à agropecuária. É, via de regra, o homem quem coordena e distribui – a partir de práticas costumeiras, entre os familiares que vivem no lote, tanto adultos como crianças – as diferentes atividades: plantio, tratos agrícolas, colheita, cuidado dos animais, administração e planejamento, a definição da finalidade dos itens da produção de seu lote (mercado e/ou consumo), os contatos com bancos, cooperativas, técnicos etc. Ao fazer esta distribuição, o homem acumula um capital específico de conhecimento e de relações que o habilita a permanecer com as mesmas atribuições e manter sua posição de poder (LOPES; BUTTO, 2008, p. 13)

Apesar das mulheres se ressentirem com tal situação, como o fato de não serem consultadas, ou não terem suas opiniões levadas em consideração pelos maridos, nos momentos das decisões quanto ao que, como, onde, quando e de que modo produzir e comercializar, o que mais importa para elas é a realização a contento do projeto familiar, é a conquista de uma “estabilidade” sócio-econômica e da oportunidade de crescimento/ascensão para todos, em especial dos filhos.

Como nos foi dito na área, quando elas buscam modificar as relações de gênero, não estão em busca de assumir o lugar do homem, estão na realidade lutando para terem o seu espaço reconhecido, para serem vistas e tratadas com equidade em relação aos homens, e não mais como subordinadas a eles. Querem que esta equidade seja reconhecida, tanto pelos membros, em especial pelos homens, da unidade doméstica de produção, como por toda a sociedade, incluindo-se aqui os técnicos de desenvolvem atividades na área.

Mas mesmo que, para as mulheres, o fato de modificarem as relações de gêneros, adquirindo uma posição de equidade no seio da família, do assentamento e da sociedade, não significaria a perda por parte dos homens de seus papéis, ocorreria apenas um reconhecimento e expansão da complementariedade entre de papéis de ambos, a luta pelas mudanças e as suas concretizações geram inúmeros conflitos.

Como forma de amenizar algumas situações conflituosas, e por ser o esperado delas, na presença de terceiros, elas admitem mais nitidamente a diferença de posição entre marido e mulher, assumindo, quase sempre, a posição de subalterna. Podemos, então, argumentar que

nesses casos, como em tantos outros, elas utilizam uma “performace”, como tática para de preservação e de resistência. Ao fazer isso, elas assumem o *habitus* de gênero.

Lutar pela transformação das relações de gênero significa que as agricultoras se levantaram contra o poder de decisão que os homens têm sobre elas, para poderem decidir sobre as suas próprias vidas. A maternidade e o cuidado do outro são centrais na inserção política das pequenas agricultoras, e, reivindicando a mudança nas relações de gênero, elas pedem um *co-partnership* no estabelecimento agrícola; querem preencher seu papel de mães e esposas de outra forma. Importante, para elas, é o envolvimento dos homens no processo de mudança, já que a vida num estabelecimento agrícola é mais do que somente uma opção profissional. O trabalho da mulher está interligado com a sua vida afetiva e faz parte do contrato matrimonial (CARNEIRO, 1996, p. 352-353).

Ressaltamos ainda que se o homem é o representante da família nos espaços públicos, a mulher, é o centro da vida familiar e a autoridade da família. Afinal é ela quem toma conta de todos, em especial da prole. Então, do ponto de vista das relações, a família é centrada na mulher, a quem cabe assegurar a existência e a continuidade da célula familiar, cuidando também dos velhos e dos doentes, o que por si só já denota o grande poder que essas mulheres possuem. A relação de complementariedade entre homens e mulheres, maridos e esposas, sem que haja anulação da mulher, ou mesmo de qualquer uma das partes, foi o que se mostrou prioritário para as assentadas entrevistadas, ficando explícito na fala de uma delas, que aqui retomo.

Não gosto de brigar, não quero o lugar dele, mas também não vou deixar ele passar por cima de mim. Isso não. Ele pode ate ser o homem da casa, mas eu sou a mulher, e uma casa só está completa com os dois. A gente tem que se ajudar, pra família poder crescer, pras crianças (que não são tão crianças assim) aprendam a ser gente... (Assentada – Arariba de Baixo).

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ALBUQUERQUE, Gustavo Leal de. **A crise do setor sucro-alcooleiro e suas conseqüências para a reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco**: uma análise a partir da década de 90. Recife: UFPE, 2004. (Dissertação de Mestrado).

ALMEIDA, Mariomar Martins Teixeira. **Gênero e desenvolvimento sustentável**: estudo junto a assentados e assentadas em Cabo de Santo Agostinho, Mata Sul de Pernambuco. Recife: UFRPE, 2005. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco).

ALVES, N. et al. **Pesquisar o cotidiano na lógica das redes cotidianas**. <<http://www.ufrds.br/faced/gtcurric/curso98.htm> .1999>.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Historia das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: Universitária, 2001.

_____. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ANDRADE, Sandra M. Correia de. **Trabalhadores rurais e luta pela terra no Nordeste**. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu (MG). 22 a 26/10/1996.

ANDRADE NETO, Joaquim Correia de. O grande capital na agroindústria açucareira e alcooleira alagoana. *In*: **Seminário relações de trabalho, relações de poder**: mudanças e

permanências, 1986, Fortaleza. *Anais Fortaleza: Mestrado de Sociologia da UFC e Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS)*, 1986. v. 1, p. 44-53.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. **Luta pela terra e modernização da agricultura**. Disponível em : <<http://www.fundaj.gov.br/docs/text/araujo.doc>> Acesso em 02 jul 2007.

ARENDT, Hannah. **A condição humana** (1958). 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

AZEVEDO, M. L. N. **Espaço Social, Campo Social, *Habitus* e Conceito de Classe Social em Pierre Bourdieu**. Revista Espaço Acadêmico. Ano III n. 24, 2003 Disponível em : <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24cneves.htm>> Acesso em 02 jul 2004.

BAPTISTELLA, Celma da Silva Lago;FRANCISCO, Vera Lúcia Ferraz dos Santos,. O trabalho feminino no rural paulista. [2005] Disponível em: <www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1653>. Acesso em 03 nov. 2005.

BAUER, M; GASKEL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERGAMASCO, Sônia; NORDER, Luisa A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, S. ; NORDER, L. A. C. **A trajetória do estatuto da terra e o paradoxo agrário dos anos 90**, Reforma Agrária, **25**, 169-184, Serie: Revista Reforma Agrária, 1995.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996a.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996b.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *In: Revista RURIS*. Vol. 1, numero 1. Mar 2007.

BRANDT, Marlon. **Redes sociais, táticas e estratégias no espaço do trabalho: algumas considerações**. [2007] Disponível em: <
<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=50>>. Acesso em 15 ago. 2007.

BRASTED, Leila. **Gênero e legislação rural no Brasil: A Situação Legal das Mulheres Face à Reforma Agrária**. Brasília: MDA/INCRA/FAO, 2002.

BROSE, M. (org.) (2004) **Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo editorial.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. *Rev. Estud. Fem.*, Jan./Apr. 2004, vol.12, no.1, p.205-227.

_____. **O sexo da ocupação**: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho. (s/d).

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. *In*: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andréa. **Mulheres na reforma agrária** – a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA/NEAD, 2008.

BRUSCHINI, Cristina., LOMBARDI, Maria. Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro. Um retrato dos anos noventa. *In*: MARUANI, Margaret.; HIRATA, Helena. (Coord.) **Novas fronteiras da desigualdade**. Homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora do Senac. 2003.

BUARQUE, Cristina.; VAINSENER, Semira. **Gênero e ONGs: O Trabalho da Pequena Agricultora**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. (mimeo).

CANAL, María Inés García. Foucault y el discurso del poder. La resistencia y el arte del existir. **Acción Educativa Revista Electrónica del Centro Investigaciones y Servicios Educativos**. Universidad Autónoma de Sinaloa. Volumen I, Número 1, Febrero del 2001. Culiacán, Sin. México **de**. Disponível em: <
<http://uas.uasnet.mx/cise/rev/Num1/>>. Acesso em 13 ago. 2006.

CANO, *Víctor Manuel Caamaño*. Perfil intelectual de Pierre. *In*: Patricio Loizaga (org). **Diccionario de pensadores contemporâneos**. Barcelona: Emecé, 1996. Disponível em : <
<http://www.latarea.com.mx/articu/articu15/caama215.htm>> Acesso em 02 jul 2004.

CPRH / MMA - PNMA II. **Diagnóstico socioambiental - litoral sul de Pernambuco - Caracterização sumária do litoral sul de Pernambuco**. Recife, (s/d). (Mimeo).

CARLINI JUNIOR, Reginaldo José; LISBOA FILHO, Waldeck. **Produção de flores tropicais na Zona da Mata de Pernambuco: uma nova alternativa de diversificação após a crise da agroindústria canavieira.** GEPEC Vol. 7, No 2 (2003) Disponível em : < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/290/208>> Acesso em 23 ago 2006.

CARNEIRO, Maria. José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade.** Rio de Janeiro: Contracapa livraria, 1998.

_____. Esposa de agricultor na França. In: **Estudos Feministas**, v. 4, n.2, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1996, p. 338-354.

_____. Vidas irrigantes In: **Ciência Hoje**, v.4, n.24, p.67-72, mai/jun. 1986.

CASTRO, Mary.Garcia. "Marxismo, Feminismos e Feminismo Marxista - mais que um gênero em tempos neoliberais". **Crítica Marxista**, n. 11, São Paulo, 2000 (pp. 98-108).

CARVALHO, Horário Martins de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** Curitiba, Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento (NEAD). [1999] Disponível em: <<http://www.nead.gov.br>>. Acesso em 04 ago. 2006.

CERTEAU, M. D. **A cultura no plural.** 2ª edição. Campinas: Papius, 2001.

_____. **A invenção do cotidiano.** Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **A invenção do cotidiano.** Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAYANOV, Alexandre V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires : Nueva Vision, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** 12ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência**. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CICOUREL, Aaron. “Teoria e método em pesquisa de campo”. In: ZALUAR, Alba (org.). **Desvendando máscaras sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CONDEPE/FIDEM - AGENCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO -. **Região de desenvolvimento Mata Norte**, CONDEPE/FIDEM, 2007.

Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/regiao_desenvolvimento/mata_norte/economia.asp> Acesso em 13 ago 2007.

CORCUFF, P. **Les Nouvelles Sociologies**. Paris: Nathan, 1995.

CORDEIRO, Rosineide. **Apanhar dói e machuca**: as ambivalências das mulheres sobre a violência de gênero. Recife: UFPE, 1995 (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico de gênero. **Cadernos Pagu**, 11. Campinas, p. 127-140, 1998.

COULOURIS, Daniella G. **Violência, Gênero e Impunidade**: A construção da verdade nos casos de estupro. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, 2004.

COUTO, A. T. **Produção Familiar e estratégias de reprodução social em assentamentos rurais**. Campinas, UNICAMP, 1999. (Tese de Doutorado em Engenharia Agrícola).

CPRH – AGENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **Perfil socioeconômico e ambiental** – Cabo de Santo Agostinho PE. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/pnma2/projeto-orla-cabo/1.introducao.pdf>> Acesso em 23 ago 2007.

CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Cartografia Geomorfológica do município do Cabo de Santo Agostinho PE.** Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/recife/rel04.pdf>> Acesso em 23 ago 2007.

DA ROS, César. Augusto. **O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo**, [2002]. Disponível em: <http://www.ruralidades.org.br/producao/archives/txt13_mst_assentamentos.doc> Acesso em: 28 ago. 2005.

DEERE, Carmén, LEÓN, Magdalena. **Empoderamento de mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. **Gender differences regarding assets: land property in Latin America.** *Sociologias*, 2003, no.10, p.100-153.

DELGADO, Guilherme; CARDOSO Jr, José. Universalização de Direitos Sociais no Brasil: a experiência da previdência rural no Brasil. *In: Política Social* n.1, IPEA, junho de 2000.

DIAS, M.O.L.S. Teoria e métodos de estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. *In: COSTA, A.; BRUSCINI, C. Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

DINIZ, T. M. R. G. (1994) Pesquisa em Serviço Social: Análise das implicações metodológicas no Estudo de Caso. *NEPI*, São Paulo, n. 1, p. 26 – 38, maio 1994. O Uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social.

DORDELLY, Luisa Elena Guillén; BUARQUE, Cristina; GARCIA, Vileni. **Comportamento de gênero nos assentamentos da reforma agrária – os casos de Guarani-Bom Lugar/CE e Campo Bonito/CE.** Brasília: MDA/INCRA/FAO, 2002.

EGGERT, E. **Narrativa: uma filosofia a partir da experiência das mulheres.** *In TIBURI, M.* Et al (org). As mulheres e a filosofia. São Leopoldo:Unisinos, 2002.

EIGENHEER, Stela Cristina Fernandes. A pequena produção e o trabalho feminino numa área do alto Jequitinhonha. *In*: BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúliva. (org.).

Trabalhadoras do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 135-160.

FAGUNDES, Cristina. Pereira Carvalho. **Identidade e relações de gênero**. Cadernos de Pesquisa do NUFIHE. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Educação/UFBA. V.3, n.1,p.169-186. jan./dez.1991.

FALCI, Miridiam Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. *In*: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

FAO/INCRA “**Evolution and Planning of Development Support Activities for Settlement Areas in the State of São Paulo**”, Roma: 1994 (mimeo).

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no limiar do século XXI. *In*: **15º Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Goiânia, 02 a 05 de dezembro de 2000 **Anais...**, CD-Rom.

_____. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária**. Presidente Prudente: NERA, Departamento de Geografia. Série Estudos n.2, p.1-32, 1998.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. **Assentamentos rurais e agricultura regional: contrapontos e ambigüidades**. *In*: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE APIPSA. Agricultura regional entre o local e o global. 4, Recife, 1997.

_____. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. p. 73-154 *In*: FERRANTE, V. L. S B. (Org). **Retratos de assentamentos**. Cadernos de Pesquisa – Ano I – nº 1. Araraquara: Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – NUPEDOR/Programa de Pós-graduação em Sociologia/F.C.L./UNESP, 1994.

_____. Assentamentos rurais: ações coletivas na contramão das idealizações do Estado. *In: Anais do XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*. Petrópolis, 2000. Disponível em : <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs00/gt14/00gt1431.doc > Acesso em 15 ago 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **No Aurélio século XXI**. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de Intervenção do Estado em Áreas de Assentamento: As Políticas de Assentamento do Governo Federal, *In: MEDEIROS, L et al. Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, p.29-47, 1994.

FINLEY, M. I. As silenciosas mulheres de Roma. *In: FINLEY, M. I. Aspectos da antigüidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FISCHER, Isaura Rufino. **O protagonismo da mulher num acampamento rural**. Recife: UFPE, 2004. (Tese de doutorado apresentada a Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE)

FISCHER, Isaura Rufino; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. **Reforma agrária: chão masculino, pão feminino**. Texto para Discussão nº 130/2002. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

FISCHER, Izaura Rufino e MELO, Lígia Albuquerque de. **O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola**. Recife: Ed. Massangana, 1996.

FONTE, Eliane. Reestruração produtiva na área da canaveira pernambucana: as soluções propostas o papel do Estado. *In: WANDERLEY, M. N. Baudel. (org). Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo: POLIS/CERES-IFCH-UNICAMP, 2004, vol.1, p. 173 – 190.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Vigiar e punir**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986.

GARCIA, Maria Franco; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. *Scripta Nova - revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona, Vol. VI, núm. 119 (27), 1 de agosto de 2002. Disponível em : < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-27.htm> > Acesso em 15 ago 2005.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo, Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, E.. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem- Terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOLDANI, Ana. Maria. Mulheres envelhecendo: desafio para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO. Ana. Amélia. (Org) **Muito além dos sessenta**: os novos idosos brasileiros. Cap. 3, p 75-114. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Aplicada, 1999.

GOUVEIA , Taciana. **Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras**.

[2003].

Disponível

em:

<http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileiroa2003_bra.pdf> Acesso em: 28 ago. 2005.

GROSSI, M. O significado da violência nas relações de gênero no Brasil. **Sexualid., Gênero e Saúde**. v. 2, n.4, 1995.

GROSSI, P. ; AGUINSKI, Beatriz . Por uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais, pp. 19-46. In **Violências e gênero - coisas que a gente não gostaria de saber**. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2001.

GUANZIROLI, Carlos. Et Al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **La reforma agraria en el marco de una economia global: El caso de Brasil**. FAO, 1998. Disponível em: <<http://www.fao.org/waicent/faoinfo/sustdev/ltdirect/landrf.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2005.

GUILLÉN, Rosa. Gênero nos direitos econômicos. *In*: INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS (Org). **Economia solidária no fórum Social Mundial 2002**. p.38-49. Rio de Janeiro: PACS, 2003. (Semeando Socioeconomia, 7).

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. Trad. de Carlos N. Coutinho e Leandro Konder, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.

HEREDIA, Beatriz e CINTRÃO, Rosangela. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *In*: **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: UNIFEM/Fundação Ford/CEPIA, 2006.

HEREDIA, B. M. A.; GARCIA, M. F.; GARCIA, JR, A. R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. *In: AGUIAR, N. Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 29-44

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

IBGE. Pesquisa nacional de amostra domiciliar (PNAD) [2006] Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>>. Acesso em 03 jan. 2007.

IBGE. Censo agropecuário [1996] Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/> > Acesso em 03 mai. 2004.

IBGE. Censo demográfico [2000] Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/> > Acesso em 03 mai. 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Indicadores Cadastrais**, INCRA, 2005. Disponível em : < <http://www.incra.gov.br/>> Acesso em 15 ago 2005.

JAGGAR, Alison. **Feminist Politics and Human Nature**. Totowa: Rowman & Littlefield Publishers Ltd., 1988.

KAGEYAMA, Ângela. **Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais**. (2001) Disponível em:< www.eco.unicamp.br/artigog/html >. Acesso em: 28 ago 2005.

KAGEYAMA, A. ; SILVA, J. G.. Diferenciacion campesina y cambio tecnologico: los productores de frijol en São Paulo, Brasil. *In: MARTIN PIÑERO; Ignacio Llovet. (Org.). Transición tecnologica y diferenciacion social*. San Jose, Costa Rica: IICA, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tomo I. Trad. TIJIWA, Angela Maria Naoko. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1993.

_____. **A agricultura familiar: comparação internacional: Do mito à realidade**. Trad. BAZIN, Frédéric. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1998.

LAVINAS, Lena; CARNEIRO, Maria José. **Mulheres: Espaço Adquirido/Espaço Permitido na Luta pela Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

ESMERALDO, G. G. S. L. . Ressignificações do feminismo e da política em práticas de mulheres assentadas. *In: VALE, Alexandre Fleming Câmara; PAIVA, Antonio Crístian Saraiva. (Org.). Estilísticas da Sexualidade*. 1ª ed. Campinas: Pontes editores, 2006, v. 01, p. 95-113.

LEITE, Sérgio. O estado dos assentamentos rurais e os parâmetros da ciência econômica. *In: Reforma Agrária: produção, emprego e renda*. O relatório da FAO em debate (Romeiro,A.R.;Guanzirolli, C.;Leite,S.Orgs) 2 ed. Petrópolis:Vozes, 1994. p. 202-216

LEITE, Sérgio, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, L. S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Ed. UNESP/NEAD/INCRA/MDA, São Paulo, 2004.

LEON, M. **De la mujer en el desarrollo al género en el desarrollo**. políticas y recomendaciones. San Jose, Costa Rica: FIDA, 1993. Mimeografado.

L'ESTOILE, Benoit de ; SIGAUD, Ligia (org). **Ocupações de terra e transformações sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LIMA FILHO. **O campo artístico na sociologia de Bourdieu** Disponível em: <<http://.terravista.pt/AguaAlto/2884/casb.html>> Acesso em 02 jul 2004.

LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andréa. **Mulheres na reforma agrária** – a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA/NEAD, 2008.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Assentamentos rurais e desenvolvimento local: dimensões econômicas, sociopolíticas e redes sociais no campo sergipano**. Brasília: NEAD, 2001. (Prémio NEAD – categoria pós-graduação).

LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andréa. *Mulheres na reforma agrária* – a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA/NEAD, 2008

LOUREIRO, Maria Rita. Mulher e trabalho familiar na agricultura moderna. *In: SPINDEL, C.R.; JAQUETE, J.; CORDINI, Mabel (org.). **A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola***. Brasília: IICA, 1984, p.75-82.

MACHADO, Lia. Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade. *In: COSTA, A. O. ; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero***. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder***. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **Ciência e saber: a trajetória de Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MACKINNON, Catharine. **Hacia una teoría feminista del Estado**. Madrid: Cátedra, 1995.

MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pósmodernas**. São Paulo: Zouk, 2003.

_____. **O Tempo das Tribos**. São Paulo: Forense Universitária, 2002.

_____. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis/RJ. Editoras Vozes, 2001.

MARQUES, Pedro Eduardo Moruzzi. Reflexões sobre os impactos das intervenções da linha infra-estrutura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

In: Anais do VI congresso da associação Latino-Americana de Sociologia Rural. p.1911-1921. Porto Alegre, 2002 (CD-ROM).

MARTINS, José de Souza. **Travessias:** estudo de caso sobre a vivência de reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

_____. **A sociabilidade do homem simples:** Cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo, Editora Hucitec, 2000.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf:** análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

MATTEI, L. Reforma agrária e programas de assentamentos rurais: o dilema atual da questão agrária brasileira. *In: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd. (Org.). Assentamentos em debate.* 01 ed. Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário (NEAD Debate; 8), 2005, v. p. 168-183.

MICELI, José Carlos. **Construção do espaço social dos vileiros:** a subjetividade do agricultor familiar nas Vilas Rurais do Paraná. Curitiba: UFPR, 2005. (Dissertação de Mestrado).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa *In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andréa. Mulheres na reforma agrária – a experiência recente no Brasil.* Brasília: MDA/NEAD, 2008.

MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sergio. **Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região.** *In: Dataterra, [1997]. Disponível em: < <http://www.dataterra.org.br>>.* Acesso em: 28 ago. 2005.

MELO, Hildete Pereira de, CAPPELLIN, Paola.; CASTO, Elisa Guaraná. **Agricultura familiar nos assentamentos rurais:** as relações entre as mulheres e os homens - o caso do Pontal de Paranapanema. Rio de Janeiro: FAO/INCRA, 1996.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar.** [2002]. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_PO9_Albuquerque_texto.pdf Acesso em: 28 ago. 2005.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Gênero: uma questão no Programa de Emergência de Seca?**- Recife: mimeografado 1999.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas.** Trad. LINDOSO, Maria José da Silveira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MENEZES, Marilda Aparecida. Relações entre pais, mães e filhas(os) em famílias camponesas: memórias de infância. **Teoria & Pesquisa**, v. 49, p. 87 – 110, JUL/DEZ DE 2006.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 2 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

_____ (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.**Petrópolis: Vozes, 1998.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Plano nacional de reforma agrária** (proposta): paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: MDA, 2003. (mimeo).

MITSUE Morissawa. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.

MOLYNEUX, M. Movilización sin emancipación? Intereses de la mujer. El estado y la revolución: caso de Nicaragua. In: SOTO, N. et al. **En la transición difícil de la autodeterminación de los pequeños países periféricos**. Managua: Vanguardia, 1987.

MORISSAWA, Mitsue. **A história de luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NOGUEIRA, M. Alice e NOGUEIRA, Cláudio M. *Bourdieu e a educação*. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2004.

NOVAES, Regina. A trajetória de uma bandeira de luta. In.: COSTA, Luiz Flávio Carvalho e SANTOS, Raimundo (org.) **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 1998.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **Nosso corpo nos pertence: Uma reflexão pós anos** [2005] Disponível em: < <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/leo.htm> >. Acesso em 03 abr. 2007 - labrys, estudos feministas / études féministes janeiro / julho 2005 - janvier /juillet 2005.

OLIVEIRA, Hersilia Monteiro Cadengue. **Organização das mulheres e estratégia de sobrevivência no semi-árido: o caso de Caraíbas – Arcoverde/PE**. Recife: UFPE, 2001. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ORTIZ, Renato. **Um outro território: Ensaio sobre a mundialização**. São Paulo, Editora Olho d'água, 1997.

ORTIZ, R. (Org). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Atica, 1994.

OUTHWAITE , William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PALMEIRA, Moacir. **Casa e Trabalho**: notas sobre as relações sociais na *plantation* Tradicional. Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutela. Ano II, nº 2, novembro de 1977.

PAOLI, M. C. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: Hellmann, M. (Ed.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito**. São Paulo: Marco Zero & Ildesfes & Labor, 1995, p. 24-55.

PAULILO, Maria Igenes Silveira. **Trabalho familiar**: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

PAULILO, Maria Igenes. **Movimento de mulheres agricultoras**: terra e matrimônio. Cadernos de pesquisa, PPGSP/UFSC. nº21. junho 2001.

_____. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. In: ROMEIRO, Adhemar et. al. (orgs). **Reforma agrária**: produção, emprego e renda. **O relatório da FAO em debate**. Petrópolis: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

_____. A mulher e a terra no brejo Paraibano. In: **Trabalhadoras do Brasil**. S. Paulo: Brasiliense/ F. C. Chagas, 1982.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Mulheres Públicas**. São Paulo: fundação Editora da UNESP, 1998,

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Céli. **Uma história do feminismo no Brasil** Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. *In: Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

_____. Movimentos Sociais: espaços privilegiados a mulher enquanto sujeito político. *In* COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PORTELLA, Ana Paula; SILVA, Carmem; FERREIRA, Simone. **Mulher e trabalho na agricultura familiar**. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1986.

PRONAF: **Relatório Institucional do PRONAF**. SAF/MDA. [2002] Disponível em: < <http://www.mda/saf.org> >. Acesso em 03 abr. 2004.

QUEIROZ, Fernanda. **Não se rima amor e dor**: representações sociais sobre violência conjugal. Recife: UFPE, 2004. (Tese de Doutorado).

QUINIOU, Y. **Das classe à ideologia**: determinismo, materialismo e emancipação na obra de Pierre Bourdieu. *In*: Crítica marxista n.11- outubro. Boitempo: São Paulo, 2000.

RAHAL, Lilian Santos. Homens e mulheres no campo: trabalho familiar e mudança social no meio rural *In*: **Anais do VI congresso da associação Latino-Americana de Sociologia Rural**. p.550-560. Porto Alegre, 2002 (CD-ROM).

RICHARDSON, R. **Pesquisa social**: método e técnica. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos**. A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROSA COUTO, S.L. **Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável**. 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - SOBER, Foz dos Iguaçu, 1999.

RUA, Maria das Graças.; ABROMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de Panelas"**. Brasília: UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2ª ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. "Rearticulando gênero e classe social". In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. **Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher – um estudo das operárias têxteis de confecções no Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAUER, Sérgio. A luta pela terra e a reinvenção do rural. In: **Anais do XI Congresso Brasileiro De Sociologia**. Campinas: UNICAMP, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/download.php?form=.doc&id=266>>. Acesso em: 23 jul. 2005.

SCHAFF, A. Van der. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Sociologias, 2003, vol., n. 10. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-5222003000200014&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 15 ago 2005.

SCHMIDT, Benício; MARINHO, Danilo; ROSA, Sueli. (Orgs). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed. Da Universidade de Brasília, 1998.

SCHMUCKLER, B. Las mujeres en la democratización social. In: **Estudos Feministas**, v. 3, n. 1, 1995, p. 136-152.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. São Paulo Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, p. 99-123, fev. 2003.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **A luta pela terra e a recriação social da vida no campo**. Maringá: Revista GeoNotas vol. 4 n. 3 jul/ago/set 2000 Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/geonotas/vol4-3/Schwendler.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Recife: S.O.S. Corpo, 1995.

SCOTT, Parry. Mensagens cruzadas: políticas públicas e relações familiares no meio rural In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura familiar e gênero**: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL E REFORMA AGRÁRIA. **Indicadores Cadastrais**. 2005 Disponível em : < <http://www.producaorural.pe.gov.br> >. Acesso em 15 ago 2005.

SIGAUD, Ligia. **Os clandestinos e os direitos**: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Claiton. Representações e práticas sociais: um olhar sobre a Extensão Rural no Brasil (1946-1961). In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**. Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2006.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. Previdência social rural e seus efeitos sobre a questão de gênero. In: **Anais do XXIV Encontro Anual da ANPOCS**. Petrópolis: ANPOCS, 2000.

SILVA, Maurício Roberto da. Recortando e colando as imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas-mulheres e das mulheres-meninas da zona da mata canavieira Cadernos CEDES, 2002, vol.22, n. 56.

SILVA, N. **A importância do ensino da Língua Portuguesa no processo de inserção de migrantes em grandes cidades**. 2000a Disponível em: < http://www.artmed.com.br/patioonline/fr_conteudo_patio.php?codigo=690&secao=54&pai=53 >. Acesso em 02 jul 2004.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois Sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

SPAROVEK, G (Org) **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira.** São Paulo: Página & Letras Editoras e Gráficas, 2003.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família** – racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TEDESCO, J. C., **Paradigmas do Cotidiano:** Introdução à Constituição de um Campo de Análise Social. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999b.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1980.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum** - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TSUKAMOTO, Ruth Youko; ASARI, Alice Yatiyo; LIMA, Rosely Maria de. **O assentado rural : da conquista da terra à inserção na comunidade local.** Disponível em: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/E1_170.htm>. Acesso em: 23 jul. 2005.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

VILA NOVA, S. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Atlas, 1985.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods.** London: SAGE. (Applied social research methods series; 5) 1989.

YOUNG, Iris. **La justicia social y la política de la diferencia**. Madrid: Cátedra, 2000.

YOUNG, Kate. **Planning development with women: making a world of difference**. Londres: Macmillan, 1993.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; MUTZEMBERG, Remo (Coord.) **Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro**. Recife, 2006. (Relatório de pesquisa - CNPq).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentamentos de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). P.203-246 *In*: MARTINS, José de Souza. **Travessias: estudo de caso sobre a vivência de reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

_____. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social e pelo desenvolvimento rural. *In*: SABOURIN, Eric.; TEXEIRA, Olívio. (orgs.) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p. 41-52.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, J.C. (Org) **Agricultura familiar: realidades e perspectives**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexandre V. Chaynov. *In* FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. (orgs). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

_____. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. *In*: Resumo dos **Anais do 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: O público e o privado na agricultura brasileira**, Natal, 1997. SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 1997.

_____. **A Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. 1996 (mimeo).

_____. **Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo.** 1a ed. Campinas: IFCH/UNICAMP, junho 1988. 162p. (Cadernos IFCH/UNICAMP, 19).

_____. **Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira** – suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

WELTER, T. **Revisitando a comunidade cafuza a partir da problemática de gênero.** Florianópolis: UFSC, 1999. (Dissertação de Mestrado).

WHITEHEAD, A . Women's solidarity and divisions among women. **IDS Bulletin**, Brighton, v. 15, n. 1, p. 06 – 11, 1984.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindication de los derechos de la mujer.** Madrid: Cátedra, 1994.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste.** São Paulo: HUCITEC, 1995.

WOORTMANN, Klaas. **A família das mulheres.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra.** Brasília: EDUNB, 1997.